



# DIÁRIO

# da Assembleia da República

I LEGISLATURA

2.ª SESSÃO LEGISLATIVA (1977-1978)

## SESSÃO SUPLEMENTAR

### REUNIÃO PLENÁRIA DE 11 DE SETEMBRO DE 1978

Presidente: Ex.<sup>mo</sup> Sr. Vasco da Gama Fernandes

Secretários: Ex.<sup>mo</sup> Srs. Alfredo Pinto da Silva  
 José Gonçalves Sapinho  
 Maria José Paulo Sampaio  
 José Manuel Maia Nunes de Almeida

**SUMÁRIO:** — O Sr. Presidente declarou aberta a sessão às 14 horas e 50 minutos.

Antes da ordem do dia, — Aprovados os n.<sup>os</sup> 77 e 78 do Diário, foi lida uma carta do Sr. Presidente da República, pedindo o assentimento da Assembleia para uma deslocação oficial, em Outubro, à Bulgária, à Roménia e à Hungria, e informando que a mesma baixava, para parecer, à Comissão de Negócios Estrangeiros e Emigração.

Seguidamente, o Sr. Presidente deu conta à Assembleia das impressões da sua recente visita oficial à Polónia, a convite do Parlamento polaco.

Ordem do dia. — Iniciada a discussão do Programa do III Governo Constitucional, usaram da palavra os Srs. Deputados Salgado Zenha (PS), Herculano Pires (PS), para ler uma moção de rejeição do Programa do Governo, apresentada pelo seu partido, Carlos Brito (PCP), que no fim também leu uma moção, apresentada pelo seu partido, de rejeição do Programa do Governo, Freitas de Amaral (CDS), que na sua intervenção anunciou uma moção de rejeição do Programa do Governo, apresentada pelo seu partido, Acácio Barreiros (UDP), Sousa Franco (PSD), Vital Rodrigues (indep.) e Arons de Carvalho (PS).

Usaram ainda da palavra os Srs. Ministros dos Negócios Estrangeiros (Correia Gago) e Adjunto do Primeiro-Ministro (Costa Freitas).

Em pedidos de esclarecimento, protestos ou esclarecimentos, intervieram os Srs. Deputados Carlos Brito (PCP), Barros de Sousa (PS), Vital Moreira (PCP), Veiga de Oliveira (PCP), João Lima (PS), Rodolfo Crespo (PS), Maria Emilia de Melo (PS), Coelho de Sousa (PSD), Azevedo Coutinho (CDS), António Guterres (PS), Rui Pena (CDS), Amaro da Costa (CDS), Narana Coissoró (CDS) e Manuel Alegre (PS), tendo os oradores interpelados respondido nas partes respectivas.

O Sr. Presidente encerrou a sessão às 20 horas e 30 minutos.

O Sr. Presidente: — Vai proceder-se à chamada.

Eram 14 horas e 35 minutos.

Fez-se a chamada, à qual responderam os seguintes Srs. Deputados:

Partido Socialista (PS)

Adelino Teixeira de Carvalho.  
 Agostinho Martins do Vale.  
 Alberto Arons Braga de Carvalho.  
 Alberto Augusto M. da Silva Andrade.  
 Alberto Marques Antunes.  
 Alfredo Fernando de Carvalho.  
 Alfredo Pinto da Silva.  
 Álvaro Monteiro.

António Alberto Monteiro de Aguiar.  
 António Barros dos Santos.  
 António Cândido Macedo.  
 António Carlos Ribeiro Campos.  
 António Duarte Arnaut.  
 António Francisco Barroso de Sousa Gomes.  
 António Jorge Moreira Portugal.  
 António José Sanches Esteves.  
 Armando F. C. Pereira Bacelar.  
 Armando dos Santos Lopes.  
 Avelino Ferreira Loureiro Zenha.  
 Bento Elísio de Azevedo  
 Carlos Cardoso Lage.

Carlos Manuel da Costa Moreira.  
 Eduardo Ribeiro Peteira.  
 Etevina Lopes de Almeida.  
 Eurico Manuel das Neves Henriques Mendes.  
 Fernando Reis Luís.  
 Fernando Tavares Loureiro.  
 Florival da Silva Nobre.  
 Francisco de Almeida Salgado Zenha.  
 Francisco António Marcos Barracosa.  
 Francisco de Assis de Mendonça Lino Neto.  
 Francisco Manuel Marcelo Monteiro Curto.  
 Gualter Viriato Nunes Basílio.  
 Herculano Rodrigues Pires.  
 João Alfredo Félix Vieira Lima.  
 João Francisco Ludovico da Costa.  
 João Joaquim Gomes.  
 João da Silva.  
 Joaquim Manuel Barros de Sousa.  
 Joaquim Oliveira Rodrigues.  
 Jorge Augusto Barroso Coutinho.  
 José Cândido Rodrigues Pimenta.  
 José dos Santos Francisco Vidal.  
 José Ferreira Dionísio.  
 José Gomes Fernandes.  
 José Luís do Amaral Nunes.  
 José Manuel Niza Antunes Mendes.  
 José Maximiano de Albuquerque de Almeida Leitão.  
 Júlio Francisco Miranda Calha.  
 Ludovina das Dores Rosado.  
 Luis Abílio da Conceição Cacito.  
 Manuel Alegre de Melo Duarte.  
 Manuel Alfredo Tito de Moraes.  
 Manuel Branco Ferreira Lima.  
 Manuel Francisco Costa.  
 Manuel Joaquim Paiva Pereira Pires.  
 Manuel Lencastre Menezes de Sousa Figueiredo.  
 Maria Emilia de Melo Moreira da Silva.  
 Maria de Jesus Simões Barroso Soares.  
 Maria Teresa Vieira Bastos Ramos Ambrósio.  
 Mário Alberto Nobre Lopes Soares.  
 Mário Augusto Sottomayor Leal Cardia.  
 Raúl d'Assunção Pimenta Régo.  
 Rodolfo Alexandrino Suzano Crespo.  
 Sérgio Augusto Nunes Simões.  
 Vasco da Gama Lopes Fernandes.

#### Partido Social-Democrata (PSD)

Amândio Anes de Azevedo.  
 António Augusto Gonçalves.  
 António Júlio Simões de Aguiar.  
 Arcanjo Nunes Luís.  
 Arnaldo Ângelo de Brito Lhamas.  
 Carlos Alberto Coelho de Sousa.  
 Francisco M. L. de Sá Carneiro.  
 João Lucílio Cacela Leitão.  
 João Manuel Ferreira.  
 Joaquim Jorge de Magalhães Saraiva da Mota.  
 José Ângelo Ferreira Correia.  
 José Bento Gonçalves.  
 José Gonçalves Sapinho.  
 José Joaquim Lima Monteiro de Andrade.  
 José Júlio Carvalho Ribeiro.  
 José Manuel Meneses Sampaio Pimentel.  
 Júlio Maria Alves da Silva.  
 Manuel Cunha Rodrigues.

Manuel Sérgio Vila Lobos Menezes.  
 Maria Elia Brito Câmara.  
 Nuno Aires Rodrigues dos Santos.  
 Rúben José de Almeida Martins Raposo.  
 Victor Hugo Mendes dos Santos.

#### Centro Democrático Social (CDS)

Adriano Vasco da Fonseca Rodrigues.  
 Alexandre Correia Carvalho Reigoto.  
 Ângelo Alberto Ribas da Silva Vieira.  
 António Simões Costa.  
 Carlos Alberto Faria de Almeida.  
 Carlos Martins Robalo.  
 Francisco Manuel Farromba Vilcela.  
 João Carlos Filomeno Malhó da Fonseca.  
 João José Magalhães Ferreira Pulido de Almeida.  
 José Manuel Macedo Pereira.  
 José Vicente de Jesus Carvalho Cardoso.  
 Luis Esteves Ramires.  
 Maria José Sampaio.

#### Partido Comunista Português (PCP)

Álvaro Augusto Veiga de Oliveira.  
 António Joaquim Navalha Garcia.  
 António Marques Jusarte.  
 António Marques Pedrosa.  
 António Pedro Valverde Martins.  
 Cândido de Matos Gago.  
 Carlos Alberto do Vale Gomes Carvalhas.  
 Carlos Alfredo de Brito.  
 Custódio Jacinto Gingão.  
 Diamantino José Dias.  
 Domingos Abrantes Ferreira.  
 Eduardo Sá Matos.  
 Ercília Carreira Pimenta Talhadas.  
 Fernanda Peleja Patrício.  
 Georgete de Oliveira Ferreira.  
 Hermenegilda Rosa Camolas Pacheco Pereira.  
 Jorge do Carmo da Silva Leite.  
 José Cavalheira Antunes.  
 José Manuel da Costa Carreira Marques.  
 José Manuel Maia Nunes de Almeida.  
 José Rodrigues Vitoriano.  
 Lino Carvalho de Lima.  
 Manuel Duarte Gomes.  
 Manuel Gonçalves.  
 Manuel do Rosário Moita.  
 Manuela Fernanda de M. dos Santos Nunes.  
 Maria Alda Barbosa Nogueira.  
 Nicolau de Ascensão Madeira Dias Ferreira.  
 Octávio Floriano Rodrigues Pato.  
 Raul Luís Rodrigues.  
 Severiano Pedro Falcão.  
 Vital Martins Moreira.  
 Victor Henrique Louro de Sá.  
 Zita Maria de Seabra Roseiro.

#### União Democrática Popular (UDP)

Acácio Manuel de Frias Barreiros.

#### Independentes

António Poppe Lopes Cardoso.  
 José Justiniano Taboada Brás Pinto.  
 Reinaldo Jorge Vital Rodrigues.

O Sr. Presidente: — Responderam à chamada 140 Srs. Deputados.

Está aberta a sessão.

Eram 14 horas e 50 minutos.

## ANTES DA ORDEM DO DIA

O Sr. Presidente: — Estão em apreciação os n.º 77 e 78 do Diário.

Há alguma oposição?

Pausa.

Consideram-se aprovados.

Srs. Deputados, encontra-se na Mesa uma carta do Sr. Presidente da República, do seguinte teor:

Sr. Presidente da Assembleia da República:

Exceléncia:

Tencionando deslocar-me nos dias 8 a 16 do próximo mês de Outubro à Bulgária, Roménia e Hungria, em viagem de carácter oficial, venho, nos termos do artigo 132.º, n.º 1, da Constituição, solicitar o necessário assentimento dessa Assembleia.

Apresento a V. Ex.ª os meus melhores cumprimentos.

Lisboa, 5 de Setembro de 1978. — O Presidente da República, António Ramalho Eanes.

Vou entregar a carta ao presidente da Comissão dos Negócios Estrangeiros e Emigração, o Deputado Manuel Alegre, para que numa reunião próxima a Comissão possa dar o seu parecer.

Pausa.

Srs. Deputados, tenho o dever de comunicar à Câmara que acabei de regressar de uma visita oficial à Polónia a convite do Parlamento polaco. Trago à Assembleia da República saudações muito afectuosas da Assembleia polaca, do seu Governo e do Sr. Presidente da República da Polónia. Foi uma viagem cheia de interesse, embora tivesse sido muito curta.

Trouxe da Polónia recordações que hei-de reter e reflectir sobre elas e, sobretudo, um facto que eu não consigo furtar-me de comunicar à Assembleia, a despeito de reconhecer que não deve ser novidade para muitos dos que se encontram aqui presentes. Visitei o campo de Auschwitz, que fica perto de Cracóvia, onde foram assassinados pelos fascistas nada mais nada menos do que 6 milhões de pessoas. Este é um número macabro e foi com comoção que eu coloquei um ramo de flores junto do muro dos fuzilamentos. Tive ocasião de sentir, naquele ambiente, o que teria sido a tragédia que não foi só do povo polaco, ao contrário do que muita gente supõe, pois os 6 milhões de mortos não eram todos polacos, mas sim 1 milhão e meio de polacos é que lá foram assassinados pelo nazismo, os outros eram de outros países do Mundo — cerca de vinte e oito, suponho eu — que foram despejados nesse campo de concentração e ali sofreram as maiores infâmias que a História pode registar.

Por outro lado, também é meu dever dizer à Câmara que me sensibilizou profundamente a recon-

trução de Varsóvia, cidade que foi destruída pedra por pedra, casa por casa.

O povo polaco conseguiu, num tempo record, reconstituir a sua cidade em moldes perfeitamente iguais aos que existiam antes da catástrofe.

Transmito, portanto, à Assembleia da República as saudações da Assembleia da Polónia, do Sr. Presidente da República da Polónia e do seu Governo.

## ORDEM DO DIA

O Sr. Presidente: — Vai iniciar-se a discussão do Programa do III Governo Constitucional.

Para uma intervenção, tem a palavra o Sr. Deputado Salgado Zenha.

O Sr. Salgado Zenha (PS): — Sr. Presidente da Assembleia da República, Sr. Primeiro-Ministro e Membros do Governo, Srs. Deputados:

Em política, ou melhor, em democracia, que é o Governo do povo, pelo povo e para o povo, há que transpor em ideias claras as perspectivas de acção. Por mais complexa que seja a realidade, a ideia tem de constituir um guia para a acção. E só o poderá ser se for clara. Se não há ideias claras, é porque não há ideias. E à confusão da realidade acrescerá a confusão dos espíritos, o que será muito pior.

Para nós, socialistas, este Governo não serve e o seu programa é um novelo acabado de confusão institucionalizada, e até a melhor prova da inanidade dos motivos alegados para a escolha da fórmula política que lhe serve de base.

O Sr. Manuel Alegre (PS): — Muito bem!

O Orador: — Isto sem menos respeito pelas pessoas que o compõem. É essa talvez a grande revolução cultural que se não fez ainda em Portugal, onde, como no tempo da Inquisição, se incineraram simultaneamente as ideias e os homens, isto sempre com as melhores intenções e os piores resultados. Para não falar já da queda do I Governo Constitucional, onde também ocorreram fenómenos similares, o que é que esteve na origem do desencadear do processo que culminou com a queda do II Governo Constitucional?

Como todos se lembram, nesta mesma Assembleia, em 25 de Abril último, o Sr. Presidente da República exprimiu, em termos de pouca compreensão das dificuldades de um Executivo há pouco empossado, as suas preocupações quanto à falta de eficácia de medidas a curto prazo do II Governo Constitucional, relativamente aos graves problemas que afligem o povo português. Esse foi o princípio do fim do II Governo Constitucional.

Seria de supor, portanto, que este Governo apresentasse agora um programa de acção onde se enumerassem as medidas a curto prazo, eficazes e prontas, cuja omissão fora censurada ao anterior, acrescido do tão falado «projeto nacional» também reclamado pelo Sr. Presidente da República e que seria suposto mobilizar as energias populares.

Mas nada disto acontece. O Programa deste Governo não aponta nenhuma nova medida a curto prazo que, por si só ou conjugada com outras da

mesma natureza, vise alcançar os objectivos preconizados pelo Sr. Presidente da República. Em seu entender, elas não existem.

Segundo o mesmo Programa, a resolução dos problemas de fundo da sociedade portuguesa — em suma, o seu atraso económico e cultural — é obra de monta para longos anos de esforçado trabalho colectivo e actividade governativa.

Portanto, as críticas endereçadas ao II Governo Constitucional, e que iniciaram o processo da sua queda, são consideradas por este Governo como desituídas de fundamento. Mais ainda: são inúmeras as referências do Programa ao acerto das medidas anteriormente postas em prática ou apenas preconizadas.

Mas haverá ao menos no Programa deste Governo alguma novidade de tomo em confronto com o do Governo anterior? Também não.

Nas suas longas 410 páginas, o Programa deste Governo parece mais uma dissertação académica, pois que, em linguagem fechada e hermética, reenumera as consabidas generalidades que se resumem nestas palavras: sofremos de um grande atraso económico e cultural. Mas como recuperá-lo? Responde-nos então o Programa deste Governo: continuando a política dos dois Governos anteriores.

**Vozes do PS:** — Muito bem!

**O Orador:** — Fica-se perplexo e é caso para perguntar: se este Governo diz que não fará o que ao II Governo foi requerido, limitando-se apenas a continuar a actuação dos anteriores, porquê então a mudança?

**O Sr. António Arnaut (PS):** — Muito bem!

**O Orador:** — Maior é a perplexidade quando se atenta na incoerência deste Programa. Por um lado, reconhece expressamente que, para além das medidas de estabilização imediata, apenas uma actuação a médio e longo prazos terá a virtude de superar as nossas dificuldades. Porém, o Programa deste Governo, ora se escuda por detrás do seu alegado carácter provisório para se recusar a empreender medidas a médio prazo, comprometendo-se, quando muito, a continuar os estudos já iniciados, ora avança contraditoriamente sobre o médio prazo e apresenta uma longa lista de piedosas intenções, mas tão-só para inglês ver, porque nem sequer analisa a sua exequibilidade, prática e financeira. Uma das maiores ambiguidades deste Programa é a óbvia inadequação da listagem das medidas e intenções anunciadas à duração previsível deste Governo e aos meios de que dispõe. Sendo certo que só com orçamentos de múltiplos anos se poderiam executar as medidas alinhadas, é caso para respeitosamente perguntar se não se pode legitimamente criticar por demagogia ou inconsciência política um Governo que se diz transitório e não obtante procede por tal forma?

**O Sr. Manuel Alegre (PS):** — Muito bem!

**O Orador:** — De qualquer modo, e em consonância com o gigantismo do seu Programa, este Governo rejeitou confinar-se aos parâmetros de um Governo

de gestão, do mesmo passo colocando em crise o facto de o Sr. Presidente da República o ter crismado como Governo de recurso.

Mas então o que é o III Governo? Não é um Governo de gestão, não apresenta quaisquer medidas a curto prazo inovadoras e relevantes, mas também não empreenderá as acções a médio ou longo prazo que não obstante programou, dadas as suas limitações temporais. Continuará a actuação dos anteriores, mas com amputações, hesitações e indefinições. Quanto ao grande «projecto nacional» desejado pelo Sr. Presidente da República, dele lá se não encontra o mais ligeiro resquício.

Quer dizer, o III Governo não é um Governo para governar, é um Governo para adiar.

*Aplausos do PS.*

Não é um Governo de recurso como se pretende, mas um Governo de recuo. Estamos de novo no domínio dos Governos provisórios. Este é de facto o VII Governo Provisório.

**Vozes do PS:** — Muito bem!

**O Orador:** — Mas então para que se elegeu a Assembleia da República em 25 de Abril de 1976?

É altura de se dizer: o povo português quer um Governo para governar, não quer um Governo para adiar.

São, aliás, facilmente detectáveis, ao longo das 410 páginas do Programa, os primeiros sintomas de uma política de pêndulo. Carecido de apoio partidário próprio, à nascença ameaçado pelo PPD/PSD de que vai exigir a cabeça dos Ministros que não governarem a seu gosto, o novo Governo começa já no Programa a fazer vénias à esquerda e à direita, consoante a oportunidade e a matéria, sendo isso particularmente sensível a propósito da Reforma Agrária e do Serviço Nacional de Saúde. Debalde se procurará no Programa uma linha de acção clara e inequívoca a esse respeito.

O Sr. Primeiro-Ministro disse que o seu Governo vai desagradar a gregos e a troianos. Nós diremos antes que esta política de pêndulo mais cedo ou mais tarde se desafinará.

Onde está, portanto, a originalidade deste Governo? A sua originalidade está na fórmula política. Este Governo pretende-se apartidário. Depois de quase cinquenta anos de ditadura corporativa e unicidade partidária, tem-se sedimentado a ideia aqui e além de que ser apartidário equivale a ser-se suprapartidário, isto é, representaria um sintoma de pureza de espírito expurgado de qualquer apetite condenável. Mais do que isso, segundo a boa tradição corporativa, a unicidade é uma virtude, a unidade na diversidade, ou seja, o pluralismo democrático e partidário, um vício temível senão imperdoável.

Ainda hoje essa herança do fascismo persiste. Ainda hoje alguns dos chamados parceiros sociais, mesmo quando se confrontam, irmanam-se surpreendentemente (ou talvez não) como legítimos herdeiros da unicidade corporativa ao reclamarem-na agora como privilégio herdado do antigamente. Por exemplo — a Intersindical, a CAP, a CIP e a CCP —, todos reclamam para si antidemocraticamente o privilégio da unicidade dos bons tempos corporativos e perseguem com terrível sanha verbal quem quer que delaouse

discordar. Mas, se a unicidade é por tantos reclamada no mundo corporativo, numa curiosa evolução na continuidade, por que motivo insólito no mundo político ou partidário — perguntam alguns bem no fundo do seu espírito — se terá de acatar a regra da pluralidade? Eis o que não pode deixar de provocar uma certa confusão mental na vida democrática portuguesa. E, se há tantos partidos, o melhor não será ser-se sem partido, como se apartidário equivalesse a suprapartidário?

Este é um longo equívoco pós-fascista, termo que se não escolhe por acaso. Já o Programa do MFA não aceitava frontalmente a legalização imediata de partidos políticos e, depois disso, os chefes militares e políticos mais em evidência na época, como o general Vasco Gonçalves, o almirante Rosa Coutinho e o Dr. Álvaro Cunhal, criticavam sistematicamente, de forma directa ou enviesada, o facto de não haver uma unicidade partidária na pluralidade aparente, mas sim um autêntico pluralismo partidário, de direito e de facto. Isto para já não falar do célebre plebiscito popular que o Dr. Sá Carneiro pretendia organizar sob a égide do então Presidente da República general Spínola e que não era senão uma técnica clássica de ultrapassagem dos partidos políticos. Aliás, essa ideia tem-lhe voltado recentemente ao espírito, como é do conhecimento geral. A atitude benévolas do PPD/PSD perante este Governo não é alheia a essa velha vocação plebiscitária ou bipolarizante do Dr. Sá Carneiro.

*Risos do PS.*

A verdade é que os Governos Constitucionais partidários desempenharam responsavelmente as suas funções. E tanto assim que o presente Governo apartidário não só não se propõe fazer algo de diferente dos anteriores, como nem sequer se propõe fazer tudo o que os mesmos tinham o propósito de realizar.

Para quê então o Governo apartidário que nos aparece como o seguidor e executor testamentário dos Governos partidários anteriores?

Porque é um Governo de competências? Mas que competência pode ter um Governo que não teve competência para apresentar um programa próprio e se limitou a plagiar o programa alheio?

*Aplausos do PS.*

E se este Governo não teve competência para apresentar ideias próprias, que competência poderá ter para executar as ideias dos outros?

**Vozes do PS:** — Muito bem!

**O Orador:** — Porque é um Governo de técnicos apartidários — facto que nem sequer é totalmente exacto, conforme se verá — que se propõe não já executar um programa próprio que não teve capacidade de elaborar, mas sim dar lições de democracia aos partidos políticos?

Mas onde, quando e como é que os técnicos apartidários defenderam a democracia antes, durante e depois do 25 de Abril?

*Aplausos do PS.*

Onde estavam eles, o que fizeram, quais os riscos que correram, quais os actos que praticaram em

defesa da democracia? Ou pondo o problema em termos não pessoais: o que deve a liberdade e a democracia à tecnocracia?

**O Sr. Manuel Alegre (PS):** — Muito bem!

**O Orador:** — E o que seria da democracia em Portugal se não fossem os partidos políticos e, nomeadamente, o Partido Socialista?

*Aplausos do PS.*

Não viveríamos seguramente no Portugal democrático de hoje, mas numa qualquer e melancólica segunda edição de uma Cuba marxista-leninista ou de um Chile fascista para aqui transplantados com os retoques e adaptações de conveniência.

Há que afirmar com clareza que a democracia não precisa de aparelhos ortopédicos para caminhar.

**Vozes do PS:** — Muito bem!

**O Orador:** — Bem ao contrário, a ortopedia poderia degenerar em paralisia. O doente poderia não morrer da doença, mas morrer da própria cura. Não está ainda inventada a especialidade de ortopedistas da democracia. A democracia faz-se com democratas, com liberdades democráticas, com eleições democráticas e com partidos políticos democráticos.

**Vozes do PS:** — Muito bem!

**O Orador:** — O Poder só é legitimamente exercido quando se baseia em eleições democráticas. Não com base em supostas competências com técnicos de programas alheios ou ortopedistas de democracia, o que é já em si um conceito discutível. Há outras soluções e melhores para governar Portugal, e essas soluções têm de respeitar o veredito das eleições democráticas e o disposto na Constituição. É preciso respeitar a vontade popular.

*Aplausos do PS.*

Além disso, em democracia não deverá haver nem ambiguidades nem clandestinidades. Não se pode viver em democracia como no tempo do fascismo. Ser-se democrata clandestinamente em democracia é algo que se não entende. Nem se poderia exercer a democracia se uns agem à luz do dia e outros na clandestinidade. Nem se pode exercer o direito de crítica democrática se uns se apresentam como são e outros pretendem manter-se numa ambígua indefinição.

Analicemos, por isso, apenas como amostragem, dois casos concretos relativos à composição deste Governo.

Quem ocupa a Secretaria de Estado do Trabalho? O Dr. Dinis de Lacerda, conhecido adepto da Intersindical e fervoroso defensor da unicidade sindical. Quem ocupa a Secretaria de Estado da Estruturação Agrária? O Dr. Ferreira de Amaral, conhecido dirigente do PPM, pequeno partido sem expressão parlamentar mas que goza de grande audiência junto da CAP.

*Risos do PS.*

Quer dizer, este Governo aparece-nos como um Governo de coligação entre a Intersindical e a CAP, sob a égide de um cesarismo tecnocrático ...

**A Sr.<sup>a</sup> Helena Roseta (PSD):** — Que disparate!

**O Orador:** — ... que teria a virtude de conciliar as várias unidades em nome de um «interesse nacional» definido por via hierárquica. Este marcelismo retardado não pode ser acolhido em democracia.

*Aplausos do PS.*

**A Sr.<sup>a</sup> Helena Roseta (PSD):** — Não apoiado!

**O Orador:** — Nem a hierarquia mais a tecnocracia nunca foram iguais à democracia. Nem da soma de várias unicidades antidemocráticas pode jamais resultar a unidade na diversidade, ou seja a liberdade.

Por isso, nós, socialistas, pensamos que este Governo não deverá passar. Pelo menos, com os nossos votos, não passará, pelo que apresentámos uma moção de rejeição.

*Aplausos do PS e da Deputada independente Carmelinda Pereira.*

**O Sr. Presidente:** — Tem a palavra o Sr. Deputado Herculano Pires para proceder à leitura de uma moção.

**O Sr. Herculano Pires (PS):** — Vou ler a moção de rejeição do Programa do Governo apresentada pelo meu partido:

Considerando que o Governo Nobre da Costa foi constituído numa lógica de marginalização dos partidos políticos, altamente inconveniente numa democracia pluripartidária como a nossa, e que não serve o País nem a democracia;

Considerando que a equipa heterogênea que se conseguiu formar, com personalidades ditas independentes, não dá ao País quaisquer garantias de uma política governativa coerente nem, portanto, de eficácia;

Considerando que o Programa apresentado constitui, no essencial, um decalque, sem novidade nem imaginação, dos Programas dos Governos Constitucionais anteriores — os quais foram elaborados num contexto partidário e para governos de legislatura, quando o Governo Nobre da Costa não dispõe de qualquer apoio parlamentar e tem, à partida, um horizonte temporal muito limitado;

Considerando, finalmente, que as poucas notas inéditas do referido Programa são meras concessões oportunistas, à direita ou à esquerda, sem coerência global nem pensamento próprio:

O Grupo Parlamentar do PS propõe à Assembleia da República a rejeição do Programa do Governo Nobre da Costa, nos termos e com as consequências do artigo 195.<sup>º</sup> da Constituição.

*Aplausos do PS e da Deputada independente Carmelinda Pereira.*

**O Sr. Carlos Brito (PCP):** — Peço a palavra.

**O Sr. Presidente:** — Para que efeito, Sr. Deputado?

**O Sr. Carlos Brito (PCP):** — Sr. Presidente, é para fazer um pedido de esclarecimento ao Sr. Deputado Herculano Pires acerca da moção que acabou de ler.

**O Sr. Presidente:** — Tenha a bondade.

**O Orador:** — Era para perguntar a data da moção.

**O Sr. Herculano Pires (PS):** — A data é a de hoje.

**O Orador:** — É que eu tenho aqui um exemplar que tem a data de 11 de Novembro de 1978. Como o Dr. Mário Soares tem falado que daqui por dois ou três meses talvez haja qualquer coisa, eu admiti que não era por acaso.

*Risos gerais.*

**O Sr. Herculano Pires (PS):** — Sr. Deputado Carlos Brito, considero que esta sua intervenção é uma especulação sem altura, sobretudo à altura do seu partido.

**Vozes do PS:** — Muito bem!

**O Orador:** — É evidente que se trata de um mero lapso e considero profundamente lamentável que V. Ex.<sup>a</sup> se socorra de um lapso de data para fazer uma especulação dessa natureza.

*Aplausos do PS.*

**O Sr. Carlos Brito (PCP):** — Rejeito, naturalmente, e não lhe vou responder no mesmo tom às suas afirmações caluniosas.

*Protestos do PS.*

Trata-se apenas de chamar a atenção para um lapso que pode ter implicações políticas. Portanto, eu esperava que o Sr. Deputado, ao ler a moção, corrigisse a data. Foi só para isso que eu quis chamar a atenção, porque, além de poder ter complicações políticas, também pode ter complicações jurídicas. Até porque nós entregámos, depois de vocês, uma moção e podemos levantar o problema sobre qual é a primeira que deu entrada na Mesa.

*Risos do PS.*

**O Sr. Herculano Pires (PS):** — Eu considerava-me dispensado de lhe responder, mas há uma expressão na sua intervenção que me fere profundamente, quando chama caluniosa à minha intervenção. Eu não fiz qualquer calúnia, antes pelo contrário considerei que a sua intervenção não estava à altura do seu partido. Se isto é caluniar o seu partido, V. Ex.<sup>a</sup> o dirá.

*Aplausos do PS.*

**O Sr. Presidente:** — Tem a palavra o Sr. Deputado Carlos Brito para uma intervenção.

**O Sr. Carlos Brito (PCP):** — Sr. Presidente, Sr. Primeiro-Ministro, Srs. Representantes do Governo, Srs. Deputados: Após ter apreciado na totalidade a

composição governamental e ter examinado o Programa apresentado à Assembleia da República no passado dia 7, o PCP considera inaceitável o Governo Nobre da Costa, como já ontem foi tornado público em comunicado do seu Comité Central.

Quanto à composição, incluindo embora o Governo algumas pessoas empenhadas em dar boa solução aos problemas nacionais, o PCP, na sequência das sérias reservas que foi formulando, sublinha como particularmente negativa a equipa do MAP, com as Secretarias de Estado confiadas a agrários ou a seus defensores.

Quanto ao Programa, apesar de orientações positivas para alguns sectores, a política definida é contrária aos interesses dos trabalhadores, dos pequenos e médios agricultores e das outras classes e camadas laboriosas. Merecem-nos saliência, entre outras, como particularmente graves, as medidas contra a Reforma Agrária e contra as nacionalizações, as indemnizações, a submissão fatalista aos empréstimos externos e às exigências do FMI.

Em intervenções posteriores, os Deputados comunistas fundamentarão desenvolvidamente este juízo, que aqui deixamos em síntese. Entretanto, não podem deixar de se fazer desde já algumas referências.

Primeiro: no que se refere à Reforma Agrária, registando como positivas as declarações do Sr. Primeiro-Ministro no sentido do diálogo e da negociação, da leitura do Programa, e apesar de o respectivo capítulo ser propositadamente vago e impreciso, destaca-se com clareza o propósito de acelerar o ritmo da entrega de reservas, destruindo postos de trabalho e provocando o alastramento do desemprego, não se escondendo a intenção de adoptar medidas autoritárias para a realização destes objectivos. Simultaneamente, não são dadas quaisquer garantias às cooperativas e unidades colectivas de produção para, no respeito pela sua autonomia e dinâmica próprias, as apoiar com subsídios e outras medidas eficazes, para que possam atingir os objectivos que as norteiam: o aumento da produção, a manutenção dos postos de trabalho, o desenvolvimento da agricultura; ignorando-as propositadamente, o Programa do Governo contém expressões que podem significar que se preparam novos ataques contra elas, novas medidas de discriminação e de estrangulamento. Em síntese, não é a consolidação da Reforma Agrária que se visa com este Programa, mas rigorosamente um ritmo mais apressado na contra-reforma agrária.

As preocupações que a simples leitura do Programa legitimamente autoriza são agravadas quando se considera a equipa que as vai realizar. Tudo se passa neste domínio como se o Governo Nobre da Costa retomasse a questão nos termos em que o CDS a deixou, quando desencadeou a crise governamental, para se dar razão ao CDS e atingir, por uma nova forma, aquilo que o CDS na altura não conseguiu.

No que se refere às nacionalizações, o Programa define uma política de favor ao grande capital, ao mesmo tempo que estabelece medidas de grande severidade para com as empresas e sectores nacionalizados, como se o sector público, em vez de sector de arranque para a estabilidade e a recuperação económica, como nós o entendemos, fosse o grande inimigo a abater. Multiplicam-se pelo Programa as indicações de medidas discriminatórias, entre outras nos domínios do crédito, do investimento e do emprego. No contexto

desta política, a anunciada autorização à constituição de sociedades de investimento, de desenvolvimento regional e de leasing não podem deixar de ser consideradas como um novo ataque em preparação à banca nacionalizada, da mesma forma que o anunciado regime de concessões dos terminal portuários tem de ser visto como uma operação de entrega ao capital privado da gestão de sectores dos mais rentáveis das empresas nacionalizadas.

No que se refere às indemnizações, o Governo anuncia a entrega de milhões de contos aos grandes capitalistas, inventa motivos adicionais de indemnização, pretende que os juros dos títulos respectivos sejam pagos pelas empresas nacionalizadas, o que significa que os grandes senhores do capital continuariam a comer parte considerável da riqueza que se forma em sectores básicos da nossa economia.

A anunciada alienação ilegítima de participações do Estado tem de ser vista em relação com esta operação e como mais uma forma de atacar e atingir o sector público.

No domínio da política económica e financeira, e apesar de alguns aspectos positivos que não ignoramos, o Governo advoga uma chocante submissão fatalista aos empréstimos externos e ao FMI.

No domínio da política social, embora se observem algumas orientações correctas, o Governo ameaça abertamente com novos pacotes.

Ante uma tal política e a equipa organizada para a realizar, o PCP não pode deixar de formular a sua clara e firme oposição e, consequentemente, o Grupo Parlamentar do PCP apresenta uma moção de rejeição do Programa do Governo.

#### *Aplausos do PCP.*

Ao anunciarlo no início deste debate, no seguimento do anúncio público que já ontem fizemos, pretendemos contribuir para que se clarifique o quadro político de forma a dificultar as manobras desestabilizadoras que à sombra da indeterminação dos partidos e favorecidas por ela está em curso nos gabinetes.

#### *Uma voz do PCP: — Muito bem!*

**O Orador:** — A posição do PCP não visa a fórmula de um governo composto, total ou parcialmente, por pessoas não filiadas em partidos políticos, pois, considerando embora que ela não corresponde à solução consagrada como regra na Constituição, não é inconstitucional e é admissível, como solução provisória ou transitória, no caso de não se concretizar a possibilidade de formação de um Governo de base partidária e contando à partida com apoio parlamentar.

#### *Vozes do PS: — Não apoiado!*

**O Orador:** — Rejeitamos por isso não a fórmula, mas a expressão concreta que ela assumiu com o Governo Nobre da Costa.

É por isso que, anunciando a apresentação de uma moção de rejeição por parte do nosso grupo parlamentar, anunciamos simultaneamente, para que não subsistam dúvidas, que não votaremos favoravelmente qualquer moção de rejeição apresentada por outros partidos.

#### *Aplausos do PCP e risos do PS.*

Não comprehendo como se riem. Há pouco, depois da resposta que me foi dada pelo Sr. Deputado Herculano Pires, julguei que o Partido Socialista tinha perdido todo o sentido de humor. Vejo que não é assim e fico contente.

*Protestos do PS.*

Não comprehendo porque reagem assim. Apresentámos uma moção de rejeição. Naturalmente, o Partido Socialista tem aqui uma opção a tomar.

*Aplausos do PCP.*

**Vozes do PS:** — É para disfarçar!

**O Orador:** — Trata-se de fazer uma clara demarcação dos objectivos já explicitados por outros partidos face à crise política e que não são, de maneira nenhuma, os nossos.

**Vozes do PS:** — Pois não!

**O Orador:** — Esta circunstância — não o ignoramos — pode conduzir a uma situação em que sejam apresentadas várias moções de rejeição sem que qualquer delas obtenha uma maioria com eficácia constitucional e que o Governo Nobre da Costa possa passar na Assembleia da República ...

**O Sr. Manuel Alegre (PS):** — É o que vocês querem!

**O Orador:** — ... embora não tenha o apoio desta. A verificar-se uma tal situação, entendemos que ela não poderá deixar de condicionar a actividade do Governo enquanto se mantiver em gestão, facilitando no mais curto espaço de tempo uma alternativa democrática.

*Aplausos do PCP.*

Não sabemos, neste momento, se o Governo passa, se não passa.

Mas importa dizer desde já, para a hipótese de o Governo passar, que, apesar da apreciação severa e crítica que fazemos e da moção de rejeição que apresentamos, o POP não adoptará nenhuma posição negativista ou contestatária (*risos do PS*) e procurará, tal como fez em relação aos dois anteriores Governos, dialogar e intervir em geral e junto de cada departamento para que se encontrem soluções, ainda que parciais, para os graves problemas do nosso país.

*Aplausos do PCP.*

O PCP sopesou não apenas as questões decorrentes da composição e do Programa do Governo, mas todos os aspectos da situação política e da situação político-militar e examinou a possibilidade de alternativas a curto prazo.

Consideramos particularmente grave o plano desestabilizador da reacção, que visa criar um vazio de poder e a paralisação e o impasse das instituições democráticas. Este plano revelou-se com grande clarice no desencadeamento da crise governamental por parte do CDS e nas atitudes que ao longo dela foram assumidas pelo CDS, pelo PPD e outros partidos e forças reaccionárias.

*Risos.*

Consideramos com particular preocupação o bloqueio à formação de um novo Governo, a eventual paralisação da actividade efectiva da Assembleia da República, as campanhas que visam diminuir o exercício da competência do Conselho da Revolução e a desestabilização do Órgão de Soberania Presidente da República.

O Comité Central do meu partido definiu claramente a posição dos comunistas nesta questão, ao afirmar: «Lutando pela estabilidade das instituições democráticas, o PCP opõe-se a quaisquer actuações que, em torno da discussão do Programa do Governo, tendam a criar oposição entre a Assembleia da República e o Presidente da República e a abrir um conflito entre estes dois Órgãos de Soberania.»

**O Sr. Salgado Zenha (PS):** — Apoiado!

**O Orador:** — O facto de não estarem criadas as condições concretas para a formação no imediato de um Governo democrático de base partidária e apoio parlamentar, como a situação exige, é outro motivo de grave preocupação.

Consideramos que, passe ou não passe o Governo Nobre da Costa na Assembleia da República, há que trabalhar aturadamente para se encontrar uma alternativa democrática.

Mas esta não pode ser entendida apenas tendo como pressupostos a base partidária e o apoio parlamentar prévio. Um eventual governo PS/CDS ou PS/CDS/PPD não constituiria, como a experiência dos governos anteriores já demonstrou, uma solução democrática para a crise e não se diferenciaria, no plano político, do actual Governo Nobre da Costa.

*Aplausos do PCP.*

Uma alternativa democrática pressupõe, entre outras, as seguintes condições: uma decisão favorável do Presidente da República; a participação ou acordo do PS; um entendimento entre o PS, o PCP e outras forças e sectores democráticos.

O PCP fará todos os esforços para, mantendo o diálogo com o PS e com outras forças e sectores democráticos, ...

**Vozes do PCP:** — Muito bem!

**O Orador:** — ... contribuir para que as três condições de alternativa democrática se possam concretizar.

Simultaneamente, o PCP insiste em que, a não se tornar possível a formação de um governo democrático de base partidária e apoio parlamentar, há que encarar, apesar dos conhecidos inconvenientes, a outra saída democrática para a crise, isto é, a realização de eleições antecipadas para a Assembleia da República logo que possam realizar-se, na base das novas leis eleitorais e do recenseamento.

São fundas as razões de preocupação.

São fortes também os motivos de esperança e de confiança de que as forças de democracia, contando entre elas com o poderoso movimento operário e dos trabalhadores, serão capazes de se entender para assegurarem a recuperação económica nacional, para defender as conquistas da Revolução de Abril, para estabilizar e consolidar o regime democrático em Portugal.

*Aplausos do PCP.*

Sr. Presidente, peço agora licença para ler a proposta do meu partido de rejeição do Programa do Governo.

O Sr. Presidente: — Tenha a bondade.

O Orador: — Sr. Presidente, Srs. Deputados: Passo a ler a proposta do PCP de uma moção de rejeição do Programa do Governo:

1 — Considerando que na composição do Governo do Primeiro-Ministro Nobre da Costa vários dos mais importantes departamentos, designadamente o MAP, foram confiados a personalidades cujas filiações e posições políticas ou ligação directa a interesses económicos de classe provocam sérias dúvidas acerca da orientação democrática e da isenção na sua acção governativa;

2 — Considerando que tal Governo anuncia no seu Programa a aceleração da recuperação capitalista, latifundista e imperialista (*risos*), salientando-se medidas contra os interesses dos trabalhadores e demais classes laboriosas, as indemnizações, medidas contra a Reforma Agrária e as nacionalizações e a submissão passiva às exigências do FMI;

Nestes termos, apreciada a composição e o Programa:

Ao abrigo e para os efeitos do disposto nos artigos 195.<sup>º</sup> e 198.<sup>º</sup> da Constituição, a Assembleia da República delibera rejeitar o Programa do Governo apresentado pelo Primeiro-Ministro Nobre da Costa.

*Aplausos do PCP.*

Assembleia da República, 11 de Setembro de 1978. — Pelo Grupo Parlamentar do Partido Comunista Português, *Carlos Brito*.

Vozes do PS: — Muito bem!

*Aplausos do PCP.*

O Sr. Barros de Sousa (PS): — Peço a palavra, Sr. Presidente, para solicitar um esclarecimento ao Sr. Deputado Carlos Brito.

O Sr. Presidente: — Tenha a bondade.

O Sr. Barros de Sousa (PS): — Sr. Deputado Carlos Brito, V. Ex.<sup>a</sup> afirmou, referindo-se à composição do Governo, que o seu partido era de opinião que ele incluía personalidades empenhadas em dar boa solução aos problemas nacionais e eu gostaria que esclarecesse a esta Câmara, concretamente, qual é a opinião do seu partido quanto aos nomes dessas personalidades.

O Sr. Presidente: — Tem a palavra o Sr. Deputado Carlos Brito para responder, se assim o entender.

O Sr. Carlos Brito (PCP): — Sr. Deputado, fico um tanto surpreendido com esse desejo investigador que o Sr. Deputado revela.

*Risos.*

Mas já reparou que há neste Governo pessoas que fizeram parte de governos de que o Sr. Deputado fez parte e que foram presididos pelo secretário-geral do seu partido, o Dr. Mário Soares? Pois devo dizer-lhe que de entre esses que foram seus colegas de Governo há alguns de que nós temos essa opinião.

Vozes do PCP: — Muito bem!

Vozes do PS: — Quem são?

O Sr. Barros de Sousa (PS): — Queria saber os nomes — foi o que perguntei, concretamente, ao Sr. Deputado.

O Orador: — Quando o Sr. Deputado era Secretário de Estado, fazia essas perguntas, mas agora, como Deputado, deve moderar-se.

*Aplausos do PCP.*

O Sr. Presidente: — Tem a palavra o Sr. Deputado Freitas do Amaral para uma intervenção.

O Sr. Freitas do Amaral (CDS): — Sr. Presidente, Srs. Deputados: Começou o debate do Programa do III Governo Constitucional. Compete-me expor nesta tribuna a posição oficial do partido a que presido, tal como foi expressamente definida e aprovada pelo seu Conselho Nacional no passado dia 7 do corrente. De acordo com essa deliberação, o CDS acaba de enviar, nos termos constitucionais, para a Mesa, uma moção de rejeição do Programa deste Governo.

*Aplausos do CDS.*

Vou explicar porquê.

Ao propor a rejeição, o CDS tem perfeita consciência do significado e do alcance da sua atitude, bem como da gravidade da iniciativa que, em consciência, decidiu tomar. O CDS não o faz, neste caso, por manobra partidária, nem por táctica, nem sequer por razões estratégicas: fá-lo, sim, por uma questão de princípio.

Vozes do CDS: — Muito bem!

O Orador: — E, como já tem sido dito, para nós os princípios estão acima da estratégia e da táctica.

Devo também esclarecer, desde já, que a nossa proposta de rejeição do Programa do Governo é aqui trazida por nós na base de uma decisão política inteiramente autónoma e entendemos que pode e deve ser analisada, debatida e votada em completa liberdade.

O mesmo é dizer que, em nossa opinião, o CDS, os partidos políticos em geral e a Assembleia da República podem e devem determinar-se por si mesmos na resolução do problema que têm neste momento entre mãos, sem qualquer espécie de receios e, nomeadamente, sem qualquer temor reverencial para com o Presidente da República.

O Sr. Amaro da Costa (CDS): — Muito bem!

O Orador: — A rejeição do programa de um Governo não constitui, de modo nenhum, no nosso regime, um desafio ou uma afronta ao Chefe do Estado,

tal como o derrube de um governo nomeado pela coroa numa monarquia constitucional não traduz nunca um xeque ao rei.

**Vozes do PS e do CDS:** — Muito bem!

**O Orador:** — Se a rejeição do Programa do Governo passasse de algum modo em falso o Presidente da República, isso equivaleria a reduzir praticamente a zero os poderes, a competência e a autoridade da Assembleia dos Deputados.

**Vozes do PS e do CDS:** — Muito bem!

**O Orador:** — A função desta Câmara é tomar decisões políticas próprias, não é nem pode ser apenas a de aplaudir decisões alheias.

**Vozes do PS e do CDS:** — Muito bem!

**O Orador:** — A nossa obrigação consiste em representar o povo português que nos elegeu, optando de acordo com o que nos pareça ser o interesse nacional, não consiste em delegar outros a responsabilidade de pensar pelas nossas cabeças.

**Vozes do PS e do CDS:** — Muito bem!

**O Orador:** — Estamos pois inteiramente à vontade para decidir da sorte do III Governo Constitucional, de acordo com a nossa consciência. O Presidente da República exerceu os seus poderes, nomeando este Governo: nós não exorbitaremos os nossos, quer lhe aprovemos o Programa, quer lho rejeitemos.

**Vozes do PS e do CDS:** — Muito bem!

**O Orador:** — O CDS propõe, pois, a rejeição.

E não o faz porque tenha ficado decepcionado com a personalidade escolhida pelo Presidente da República para Primeiro-Ministro. Dissemos-lhe logo claramente: não tínhamos qualquer objecção de fundo a levantar; o perfil do indigitado correspondia a um modelo previamente traçado em abstracto; a decisão parecia uma boa escolha.

Também se não baseia a nossa moção de rejeição — e nisto nos distanciamos do Partido Socialista — na alegada violação da Constituição pelo Presidente da República, no processo de formação deste Governo e ao modo de designação do Primeiro-Ministro indigitado. Quanto a nós o artigo 190.<sup>º</sup> da Constituição foi cumprido, se bem que de harmonia com uma interpretação bastante restritiva.

Enfim, o CDS não propõe a rejeição do Programa do actual Governo porque tenha já na manga outro governo por acordo com este ou aquele partido. Semelhante acordo não existe nem está à vista. Se na semana passada nos encontrámos com o Partido Socialista foi porque somos adeptos do diálogo e reconhecemos a vantagem da informação directa sobre posições recíprocas.

Sempre estivemos e estaremos abertos ao diálogo com os restantes partidos democráticos. Aceitámos as conversações propostas pelo PS, da mesma forma que teríamos aceitado um diálogo com o PSD, se nos tivesse sido proposto.

Mas não ligamos a nossa atitude perante o Governo à posição de nenhum outro partido; não entramos em acordo com ninguém sobre o nosso voto nesta matéria, e também não condicionamos a nossa posição à existência prévia de outras alternativas, porque o que a Constituição manda fazer é apenas, por agora, que digamos se sim ou não o Governo deve passar, não é que nos entendamos desde já sobre qual deva ser o Governo que há-de suceder ao actual, no caso de ele ser recusado.

**Vozes do CDS:** — Muito bem!

**O Orador:** — A construção de alternativas viáveis é uma tarefa decerto muito necessária e não será o CDS que se negará a dar-lhe todo o seu contributo, se lá se chegar, mas só se se chegar lá: trata-se de uma tarefa a executar na fase seguinte e não na actual.

**Sr. Presidente, Srs. Deputados:** Excluídas algumas motivações que poderiam eventualmente ter determinado, mas que de facto não influenciaram, de todo em todo, a posição do meu partido, vou agora referir-me com maior desenvolvimento às razões em que se baseia e fundamenta a moção de rejeição do CDS. Essas razões têm a ver com três realidades diferentes: primeira, a natureza deste Governo; segunda, a composição do Governo, e terceira, o Programa do mesmo Governo. Analisemo-las uma a uma e por esta ordem.

Quanto à natureza do Governo, importa principiar por recordar e sublinhar alguns princípios fundamentais. Em democracia, o governo do País compete aos partidos ou àquele dos partidos que sozinho conseguir a maioria absoluta dos Deputados ou, se não for esse o caso, a uma coligação (formal ou informal) que disponha de uma maioria parlamentar.

É certo que nos sistemas presidencialista e semi-presidencialista o Presidente da República possui consideráveis poderes de intervenção na função governativa, participando, assim, ele também, no exercício do Poder Executivo, e não apenas no poder moderador.

A verdade, porém, é que tanto o presidencialismo como o semipresidencialismo não dispensam os partidos políticos nem funcionam sem os partidos e, muito menos, contra eles.

**O Sr. Amaro da Costa (CDS):** — Muito bem!

**O Orador:** — Primeiro, porque nesses sistemas políticos o presidente dispõe de uma maioria presidencial e parlamentar que o apoia enquanto chefe executivo e é com ela, e não sem ela ou contra ela, que o presidente governa. E depois, porque a própria eleição presidencial assenta num compromisso de tipo partidário: os candidatos a presidente, pelo menos os candidatos viáveis, ou são eles mesmos chefes de partido ou recebem para o efeito a investidura de um partido ou de uma coligação de partidos.

Em democracia, por consequência, os partidos têm por função não apenas concorrer para a formação e expressão da vontade popular, mas também — como diz a Constituição no seu artigo 117.<sup>º</sup> — participar nos órgãos do Estado baseados no sufrágio universal.

Não basta, portanto, afirmar, como fez o general Ramalho Eanes, que o Governo para ser democrá-

tico tem de ter a confiança do Presidente da República e respeitar a existência e a função dos partidos políticos. Por um lado, estas duas condições são necessárias, mas não suficientes, para garantir a democracia de um governo: para além delas são essenciais mais algumas e, nomeadamente, mais três, a saber: que o Governo não veja o seu programa inicialmente rejeitado pela Assembleia da República; que não perca, subsequentemente, a confiança do Parlamento e que exerça as suas funções de modo a respeitar na prática a Constituição, os direitos do homem e as praxes universalmente consagradas como elementos essenciais de qualquer regime democrático.

**O Sr. Rui Pena (CDS): — Muito bem!**

**O Orador:** — Por outro lado, é preciso definir com rigor o que se entende por «respeitar a função dos partidos políticos». É que, como já disse, uma das funções mais importantes dos partidos é justamente participar no Poder Executivo. Ora, se de uma parte se recusam quaisquer compromissos partidários na base da eleição presidencial e se de outra parte se exclui a presença de representantes dos partidos no Governo, a consequência inevitável é que os partidos deixam pura e simplesmente de participar no Poder Executivo.

**Vozes do CDS: — Muito bem!**

**O Orador:** — A sua inserção no Estado ficará então circunscrita ao nível dos colégios eleitorais e do Poder Legislativo. Os partidos reduzir-se-ão, então, a meros aparelhos de propaganda eleitoral e confinar-se-ão, nos intervalos entre eleições, a simples grupos parlamentares.

**O Sr. Amaro da Costa (CDS): — Muito bem!**

**O Orador:** — Em tal hipótese ficarão sem sentido as eleições legislativas: o eleitorado não votará para produzir a formação de um governo nem para eleger um autêntico parlamento, mas apenas para nomear um conselho fiscal.

**Vozes do CDS: — Muito bem!**

**O Orador:** — Nesse caso ganhará todo o seu real significado a conhecida máxima anarquista, que em 1975 encheu os muros de Lisboa: «O voto é a arma do povo; não votes que perdes a arma.»

Estes são os princípios gerais que decorrem logicamente do próprio conceito de democracia. Deles resulta que um governo de independentes é, em princípio, algo que não faz sentido em democracia.

**Vozes do PS e do CDS: — Muito bem!**

**O Orador:** — Por isso se não conhecem nas democracias ocidentais governos de independentes.

Governos de independentes, compostos por pessoas ditas competentes, mas sem obediência partidária, que não lutaram pelo Poder (pelo menos às claras) e que apenas procuram servir desinteressadamente o interesse nacional enquanto lhe for pedido esse serviço, que por sinal até constitui para eles um sacrifício

pessoal, porque não alimentam quaisquer ambições políticas — governos desses já os tivemos em Portugal e durante muitos anos.

**Vozes do PS e do CDS: — Muito bem!**

**O Orador:** — Não era outra a linguagem do antigo regime. Sabe-se o que significava. Sob a aparente da democracia orgânica, era a realidade da ditadura. Por detrás da fachada das competências, era o jogo oculto dos interesses. Para além do mito do apartidismo, o que havia era a verdade nua e crua do partido único, que é, como quem diz, do monopólio do Poder por uma só facção, com exclusão e depois perseguição de todas as demais.

*Aplausos do PS e do CDS.*

**Sr. Presidente, Srs. Deputados:** Que os adeptos de um regime de autoridade, que os partidários da ditadura, que os que sonham com o regresso ao passado vejam com bons olhos aquilo que julgam ser o primeiro passo dado nesse sentido; que aplaudam a marginalização dos partidos e a suposta presidencialização total do regime; e que se congratulem com a formação de um Governo que, sem ofensa para a sinceridade democrática de nenhum dos seus membros, é objectivamente, pela sua natureza, o Governo mais parecido com os governos da Constituição de 1933 de entre todos quantos tivemos depois do 25 de Abril — nada mais natural.

*Aplausos do PS e do CDS.*

Mas é preciso não deixar confundidos ou desorientados os adeptos da democracia, da liberdade, da civilização ocidental.

Não há democracia sem partidos. Não há democracia sem os partidos no Governo. E não haverá para nós Europa nem Mercado Comum sem democracia.

**Vozes do PS e do CDS: — Muito bem!**

**O Orador:** — Um Governo sem os partidos pode conduzir — e bem mais depressa do que ... julga — ao Estado sem partidos, isto é, ao regime do partido único, ou seja, à ditadura.

*Aplausos do PS e do CDS.*

A democracia exige situações claras e a sua defesa não é compatível com quaisquer ambiguidades. Não se pode querer respeitar a existência e a função dos partidos e, simultaneamente, dizer mal deles, desprestigiá-los, marginalizá-los e paralisar-lhes o desempenho de funções essenciais.

*Aplausos do CDS.*

Não se pode querer manter os partidos e esvaziá-los da sua substância, da sua finalidade, da sua missão.

**O Sr. Amaro da Costa (CDS): — Muito bem!**

**O Orador:** — Não se pode pretender respeitar os partidos, tirando-lhes o direito de governar.

Mais ainda, Sr. Presidente, não se pode querer ao mesmo tempo a democracia e a ditadura. Não se pode pretender acumular num só sistema as vantagens da

democracia e as supostas vantagens da ditadura. Numa palavra, não se pode misturar num mesmo e único regime o 25 de Abril e o 28 de Maio.

*Aplausos do PS e do CDS.*

É tempo de clareza e de nitidez. Que haja adeptos da ditadura — é natural. O que não é natural é que os adeptos da democracia se deixem seduzir pelas soluções que agradam aos partidários da ditadura e se façam aplaudir entusiasticamente por estes. O que não é natural é que se queira para Portugal um regime formalmente democrático, mas substancialmente anti-democrático. O que não é natural é que os democratas se deixem confundir pelos seus adversários e acabem por se sentir unidos em matérias que deviam separá-los.

Não é, de facto, natural que soluções tão pouco democráticas sejam bem recebidas tanto pelos inimigos como pelos amigos da democracia. E este é um motivo de reflexão para todos quantos desejam firmemente defender e consolidar em Portugal as instituições democráticas.

*Aplausos do CDS.*

É forçoso reconhecer que os partidos políticos se encontram neste momento com uma má imagem perante a opinião pública portuguesa.

**Vozes do PSD:** — Nem todos!

**O Orador:** — E não é por acaso que isso acontece. Muitas razões concorrem nesse sentido.

E, se é certo que a campanha antipartidos faz parte de uma campanha mais vasta, já lançada e em curso, que é a campanha contra a democracia, não é menos certo que os próprios partidos têm também as suas culpas no cartório. Nenhum de nós, dirigentes partidários, está por inteiro isento de responsabilidades nesta delicada situação.

**O Sr. Olívio França (PSD):** — Olhe para o espelho!

**O Orador:** — E impõe-se-nos a todos um sério exame de consciência.

Mas a primeira condição que devemos observar para que o povo português acredite em nós e nos respeite é que nós nos respeitemos a nós próprios, que mostremos ter a noção das nossas responsabilidades e que, portanto, não nos demitamos delas.

*Aplausos do CDS.*

Se hoje nos deixarmos pisar, não poderemos esperar ser poupadados amanhã.

Que os erros cometidos tenham de ser emendados e não devam ser repetidos — é uma proposição em que todos estaremos de acordo. Que se impõe uma cuidada revisão de métodos, procedimentos e orientações e, bem assim, um redobrado esforço de recuperação da imagem dos partidos e dos seus dirigentes — é uma conclusão para mim evidente. Que o próprio sistema de partidos cristalizou numa forma inadequada e que o xadrez partidário actualmente existente em Portugal carece de alterações de grande tomo — também não me oferece dúvidas.

**Vozes do CDS:** — Muito bem!

**O Orador:** — Mas nada disso obriga a renunciar ao que é essencial, nem os necessários reajustamentos devem ser levados a efecto com quebra de dignidade. Tudo na vida tem limites. E o respeito pela existência e função dos partidos políticos pressupõe limites muito precisos que não podem ser excedidos, que têm de não ser ultrapassados.

**Vozes do CDS:** — Muito bem!

**O Orador:** — Por isso nos compete a nós defender com firmeza as fronteiras que nos estão confiadas e não deixar criar precedentes que seriam sempre, pela força das coisas, perigosíssimos.

**O Sr. Amaro da Costa (CDS):** — Muito bem!

**O Orador:** — Sr. Presidente, Srs. Deputados: Resultará então de tudo quanto acabo de dizer, no plano dos princípios, que nunca e em caso algum é admissível em democracia um governo da natureza do III Governo Constitucional?

Não é essa a opinião do CDS. Pensamos, com efeito, pelo nosso lado, que poderia admitir-se a título excepcional um governo de independentes, desde que se verificassem e respeitassem algumas condições. Assim, seria para o efeito necessário, pelo menos, que esse governo tivesse uma duração curta e bem delimitada no tempo e visasse principalmente preparar eleições e, até lá, administrar o País como governo de gestão.

Concentrar-me-ei apenas neste último ponto. Creio que todos compreenderão que um governo de exceção, como por natureza tem de ser em democracia um governo de independentes, só pode admitir-se a título excepcional e dentro de limites bem apertados.

Por definição, um governo de natureza anormal não deve poder dispor dos poderes normais de um governo democrático típico, ...

**O Sr. Amaro da Costa (CDS):** — Muito bem!

**O Orador:** — ... isto é, de um governo com participação dos partidos e com apoio parlamentar.

Poderá portanto admitir-se — embora, repito, apenas a título excepcional — um governo de independentes, se tal governo se nos apresentasse como um mero governo de gestão. Acontece, todavia, que o presente Governo não aceita nem se apresenta com essa qualidade: este Governo considera-se a si próprio como um governo normal, como um típico governo constitucional, como um governo de parte inteira, equiparado em capacidade de acção política a qualquer governo de base partidária e com apoio parlamentar.

O Governo não só recusa limitar-se aos moldes de um simples governo de gestão, rejeitando expressamente este qualificativo, como vai ao ponto de apresentar um programa que é manifestamente excessivo e despropositado em função das missões que lhe foram atribuídas, bem como em função do horizonte temporal marcado ao III Governo.

**O Sr. Amaro da Costa (CDS):** — Muito bem!

**O Orador:** — A verdade é que para administrar o País até umas eventuais eleições no 1.º semestre

de 1979, governando de forma não polémica, e para preparar o aparelho eleitoral para aquela eventualidade, não era de todo necessário um programa de mais de 400 páginas, salvo erro o maior de quantos esta Assembleia até hoje debateu.

**O Sr. Amaro da Costa (CDS): — Muito bem!**

**O Orador:** — E isto é tanto mais de estranhar quanto é certo que se prevê a hipótese de, por ocasião do pedido de um voto de confiança, haver um reajustamento do Programa, naturalmente para o adequar ao período de vigência alargado que nessa altura se terá em vista.

Mas há pior. É que este Governo não só recusa manter-se dentro dos limites formais de um governo de gestão, como inclusivamente chega a lamentar que lhe não seja possível ir mais longe do que vai nas suas ambições.

Cito textualmente uma passagem bizarra da «introdução» ao Programa do III Governo:

[...] As especiais características deste III Governo Constitucional concorrem — como já ficou dito — para definir o quadro em que se inscrevem as suas possibilidades, limitando-o nos seus naturais desejos de resolver rapidamente os mais graves problemas do nosso país e forçando-o a uma certa contenção nas suas intenções que não pôde, pois, evitar, mas que, naturalmente, lamenta (pp. 2-3).

Quer dizer: o Governo não se considera um governo de gestão, mas um governo constitucional dotado de plenos poderes. Mas mesmo assim ainda lamenta, como coisa natural, ver-se forçado a uma certa contenção, porque os seus naturais desejos seriam resolver — e rapidamente — os problemas do nosso país, e os mais graves.

É aqui precisamente que reside a nossa discordância. Que os cidadãos que integram este Governo sintam individualmente o desejo de governar sem limitações e de resolver os problemas do País, comprehende-se. Agora que o Governo como tal — um governo de excepção, com o objectivo de tornar possível a curtíssimo prazo a realização de eleições ou a formação de um governo democrático normal —, que um Governo assim venha dizer que a sua intenção é resolver rapidamente os mais graves problemas do País e que lamenta ver-se forçado a uma certa contenção nessa matéria, isso é quanto a nós inadmissível. Um pouco mais de humildade democrática não faria mal nenhum ao III Governo Constitucional.

**Vozes do CDS: — Muito bem!**

**O Orador:** — Se este se considerasse como um simples governo de gestão e se se nos apresentasse aqui nessa qualidade, com um programa breve, singelo e desprevensioso, definido em função de uma capacidade de acção política limitada e de um prazo curto de duração, o CDS não teria de levantar este último tipo de objecções.

Mas, dado que assim não é e visto que o Governo quer e julga que pode ir muito mais longe, o CDS objecta, contesta e rejeita.

**Vozes do CDS: — Muito bem!**

**O Orador:** — E não se diga que existem problemas tão urgentes carecidos de rápida solução que o Governo para os resolver necessita de ser dotado de plena capacidade de decisão. Pois, em primeiro lugar, muitos dos problemas que como tais são evocados não têm gravidade política que os excluisse necessariamente da competência típica de um governo de gestão: caberiam nela sem dificuldade. E, em segundo lugar, existem outros tantos assuntos que, pelo contrário, revestem um tal melindre político que por definição não deveriam poder ser resolvidos por um Governo como este, completamente desligado dos partidos e, portanto, das indicações do sufrágio popular.

**Vozes do CDS: — Muito bem!**

**O Orador:** — Lê-se, por exemplo, a p. 13 do Programa que a política económica de estabilização conjuntural, no tocante ao deficit externo e ao desemprego, não é capaz de resolver esses graves problemas nacionais; daí que este Governo se proponha enquadrá-la «numa política com incidência a médio prazo contendo as necessárias acções sobre as estruturas produtivas».

O que é isto? Como é que um governo que devia ser de gestão, e cujo horizonte temporal é no máximo de seis a oito meses, se permite lançar-se numa política económica de médio prazo e introduzir reformas na estrutura da produção?

Por outro lado, propõe-se a este Governo encaminhar e conduzir as negociações com vista à adesão de Portugal ao Mercado Comum: mas será que as opções delicadíssimas que aí se vão pôr ao nosso país podem ser feitas por um governo destes? Que garantias nos dá o Governo de que terá na devida conta, sob esse aspecto, a expressão dos resultados eleitorais? E qual expressão desses resultados? E que orientação política de fundo se propõe seguir nessa matéria, para além dos aspectos técnicos que essas negociações sempre comportam? Eis algumas interrogações a que um governo de independentes terá por certo a maior dificuldade em responder *a priori*. Mas, se assim é, não se nos peça que — nessa como em tantas outras questões — lhe passemos um cheque em branco.

Chegamos assim à conclusão de que a natureza deste Governo não é o que devia ser e excede em muito os limites de um governo de gestão, único figurino em que o CDS poderia excepcionalmente aceitar, verificadas todas as outras condições, um governo de independentes.

Afirmou o Primeiro-Ministro neste hemiciclo, na semana passada, que o Governo entende ser mais do que um simples governo de gestão, mas que se a Assembleia quiser que o Governo se limite ao despacho dos negócios correntes, tem remédio fácil: votar a rejeição do Programa, transformando assim o actual Executivo num mero governo de gestão.

Não posso deixar aqui passar em claro uma crítica severa a este pensamento do Primeiro-Ministro. Porque nele se contém uma confusão entre o conceito de governo de gestão, como tal aprovado pela Assembleia para governar nessa qualidade, e o conceito diferente de governo demitido por a Assembleia lhe haver rejeitado o Programa. Ora não há confusão possível entre ambas as noções: no primeiro caso,

: Governo passa no debate parlamentar e pode verdadeiramente começar a governar, embora dentro de certos limites, ao passo que, no segundo caso, o Governo não passa, a rejeição do Programa implica a sua demissão e o Governo tem de deixar de governar, só podendo administrar os assuntos correntes até à posse do novo Governo, que imediatamente terá de ser formado.

O Sr. Rui Pena (CDS): — Muito bem!

O Orador: — Só espero que na aludida passagem do discurso do Primeiro-Ministro não esteja também implícita a sugestão de que no caso de rejeição do Programa deste Governo ele se manterá indefinidamente em funções como governo de gestão e sem que por quem de direito sejam feitas as necessárias diligências urgentes para substituí-lo de imediato. Recuso-me a acreditar que possa ter esse alcance o trecho citado. Porque, se tivesse, correria o grave risco de poder ser interpretado como uma sugestão de golpe de estado constitucional. É de facto uma passagem redigida da forma mais infeliz.

Sr. Presidente, Srs. Deputados: As críticas e reservas que nos merece a natureza do III Governo Constitucional cumpre-me agora acrescentar as críticas e reservas que a sua composição nos suscita.

Devo desde já esclarecer que o CDS nada tem de animosidade pessoal contra as individualidades que integram o actual Governo, algumas das quais conhece, aprecia e até já tem elogiado.

Inclui o Governo personalidades que, apesar de independentes, são, como é natural, afectas a diversas correntes ideológicas e, em certos casos, próximas de determinados partidos. Num Governo de independentes demora normalmente muito tempo a saber-se com precisão quais as orientações políticas dos diferentes Ministros: neste caso, porém, tudo se soube mais depressa, e ainda bem, pois ficaram mais claras assim as coisas e mais bem caracterizadas as pessoas.

Já é do conhecimento público que o que o CDS não aceita, na composição deste Governo, é, em primeiro lugar, a circunstância de nele haver pessoas à esquerda do PS e, em segundo lugar, o facto de entre essas pessoas algumas serem próximas do Partido Comunista Português ou do MDP/CDE.

Quero, entretanto, sublinhar que não acusamos ninguém de ter essas ideias políticas, tão diferentes das nossas, mas julgamo-nos no direito de não aceitar, aprovar ou apoiar um Governo em que tais pessoas, com essas ideias, estejam presentes.

Não pode o CDS, enquanto partido político com assento na Assembleia da República, impedir que simpatizantes do comunismo soviético sejam convidados para membros do Governo ou nomeados como Ministros: isso só o Primeiro-Ministro e o Presidente da República estão em posição de fazê-lo. Mas o que o CDS pode fazer é contestar semelhantes escolhas e recusar-se a dar o seu assentimento a um Governo em que participem pessoas com esse perfil político e ideológico.

*Aplausos do CDS.*

O Sr. Vital Moreira (PCP): — Ah, grandes democratas!...

O Orador: — Não consideramos, com efeito, e em primeiro lugar, que devessem ser chamadas ao Governo do nosso país individualidades situadas à esquerda do PS. Estranhou o Primeiro-Ministro que traçássemos aí a fronteira entre o que é para nós aceitável e inaceitável, em termos de governo. Mas não tem nada que estranhar. Quer em termos ideológicos, quer em termos de prática política, quer ainda em termos de relação internacional, é fácil de entender que a linha divisória entre o PS e os grandes partidos à esquerda deste diferencia e separa dois mundos absolutamente distintos: por essa linha passa a fronteira entre a democracia política e a ditadura do proletariado, entre o mundo ocidental e o mundo comunista, entre a NATO e o Pacto de Varsóvia e entre os adeptos da integração europeia e os partidários do nacionalismo terceiro-mundista.

Vozes do CDS: — Muito bem!

O Orador: — Por outro lado, e em segundo lugar, as nossas objecções vão contra o facto de participarem neste Governo algumas personalidades próximas do PCP ou do MDP/CDE.

O povo português não esquece o que foi o ano de 1975, nem está disposto a considerar irrelevantes os comportamentos antidemocráticos de que aqueles partidos foram os principais inspiradores, guias e intérpretes.

O Sr. Domingos Abrantes (PCP): — Não esqueça os fascistas e os bombistas do CDS!

O Orador: — Desde o 25 de Novembro, entretanto, e quer no plano militar quer no domínio civil, foram efectuados esforços muito relevantes e em grande parte bem sucedidos no sentido de estabilizar a democracia, de estabelecer a autoridade do Estado e de eliminar a hegemonia de partidos políticos a quem a Revolução tinha conferido um poder superior à respectiva representatividade eleitoral. O Partido Comunista foi assim afastado da área do Poder e deixou de ter, tanto na administração pública como na sociedade civil, aquele estatuto privilegiado que havia conquistado a golpes de audácia revolucionária.

Deste modo, a escolha e a nomeação de pessoas próximas do PCP ou do MDP/CDE para o Governo constituem, em nossa opinião, não apenas actos objectivamente negativos e politicamente reprováveis, mas também um sério retrocesso em relação ao que se tinha já conseguido alcançar, entre 1976 e 1978, na democratização da sociedade e do Estado.

O Sr. Lino Lima (PCP): — É o macarthismo do Largo do Caldas!

O Orador: — Eu não pretendo que os comunistas sejam excluídos do aparelho de Estado; pretendo apenas que não sejam incluídos no Governo.

*Risos.*

O Sr. Carlos Brito (PCP): — Para já! Para começá-l...

O Orador: — Vendo agora as coisas noutro plano, afigura-se-nos que não é com simpatizantes comunis-

tas no Governo que este poderá pretender contribuir, minimamente que seja, para resolver a crise económica. Porque ela só encontrará solução se for retomado o investimento; este depende da confiança dos investidores, nacionais e estrangeiros; e com elementos afectos ao PCP ou ao MDP/CDE no Governo não haverá confiança para investir.

**Vozes do CDS:** — Muito bem!

**O Orador:** — Acresce que no campo internacional a composição dada ao III Governo não é de molde a suscitar simpatias, antes pelo contrário, nos nossos aliados tradicionais, na CEE, na NATO — e ainda na tão necessária aproximação com a China Popular e com os países árabes moderados.

*Aplausos do CDS.*

*Risos.*

A própria situação peculiar de Macau fica gravemente prejudicada.

Como se vai explicar aos países amigos e às suas organizações internacionais uma mudança tão significativa na política portuguesa, que de novo parece querer voltar, ainda que de forma indirecta, ao malogrado esquema de alianças ensaiado nos governos provisórios?

O caso é mais sério ainda se tivermos em conta os Ministérios que acabaram por ser confiados pelo Primeiro-Ministro, com o aval do Presidente da República, aos elementos situados à esquerda do PS e afectos ao PCP ou ao MDP/CDE.

**O Sr. Sousa Marques (PCP):** — Outra vez!

**O Orador:** — O general De Gaulle, quando a seguir à libertação da França presidiu a um governo em que participaram também comunistas, viu-se a braços, no momento da formação do gabinete com a exigência feita pelo Partido Comunista Francês de que lhe fosse atribuído um de três Ministérios — os Negócios Estrangeiros, a Guerra ou o Interior. O Presidente francês, todavia, recusou. E numa allocução pela rádio explicou aos Franceses por que não tinha aceitado tal condição, afirmindo que não podia de modo nenhum confiar aos comunistas qualquer dos três principais instrumentos da política externa do seu país, a saber, «a diplomacia que a exprime, as forças armadas que a garantem e a polícia que a cobre». Quatro dias depois o Governo estava formado e as pretensões comunistas tinham sido retiradas.

Claro que a nossa situação actual é muito diferente e a história não se repete. Mas é sempre útil conhecê-la, meditá-la e extrair dela as lições que encerra.

**O Sr. Vital Moreira (PCP):** — E o Sr. Deputado ainda não é o De Gaulle!

**O Orador:** — O que sobretudo mais impressiona o CDS é o facto de, com as nomeações efectuadas para alguns postos-chave do nosso III Governo Constitucional, se ter continuado a dar a ideia aos Portugueses de que o País não é governável sem que se peçam concessões ao Partido Comunista.

**Vozes do CDS:** — Muito bem!

**O Orador:** — Foi esse, sem dúvida, um dos males dos governos provisórios; foi essa, como é sabido, uma das razões que, na área da agricultura, conduziu à queda do II Governo Constitucional; se agora, para formar um simples governo de recurso que leve o País até eleições, se considera necessário apesar de tudo procurar o apoio do PCP, colocando no Governo homens que lhe são próximos — como pode o nosso país libertar-se da convicção de que só com o PCP é possível governar?

*Aplausos do CDS.*

**Vozes do PCP:** — Muito bem!

**O Orador:** — Como pode Portugal viver numa democracia normal de estilo europeu, onde não é necessário fazer concessões programáticas ou estratégicas aos partidos comunistas para que estes respeitem, ou sejam obrigados a respeitar, os resultados do sufrágio universal?

E não se compreenderá que ao fazer concessões por sistema ao PCP para assegurar a viabilidade dos governos se está a dar argumentos aos extremismos de sinal oposto e se está a alimentar a contra-revolução?

*Aplausos do CDS.*

O CDS é, portanto, contrário a que se façam concessões ao Partido Comunista como contrapartida da formação de governos ou da obtenção da necessária paz social.

E pouco nos importa que o Partido Comunista aceite essas concessões ou as repudie. O que acima de tudo interessa não é saber se existem ou não pactos celebrados, secretamente ou em público, com o PCP pelos governos de cada momento: o que verdadeiramente interessa é saber se os governantes se encontram psicológica e politicamente livres para definir a política nacional sem hipóteses; ...

**O Sr. Vítor Louro (PCP):** — Olha quem fala!

**O Orador:** — ... é saber se têm ou não a coragem moral para pautar a sua conduta de harmonia com as declarações públicas que preferem, sem contratos anexos que as modifiquem ou condicionem; ...

**O Sr. Carlos Brito (PCP):** — Está a pensar no Strauss?

**O Orador:** — ... é saber, enfim, se à frente do Estado se encontra quem se sinta capaz de fazer aplicar as leis tal como foram votadas em nome do Povo pelo parlamento ou se, pelo contrário, os governantes se sentem inibidos de governar se não por negociação prévia com os potenciais infractores das leis que se trata de executar.

*Aplausos do CDS.*

É opinião do CDS que enquanto este problema não for cabalmente encarado e resolvido não haverá em Portugal uma democracia sólida e enraizada nem será vencida a actual crise económica.

Por isso discordamos da presença de elementos afectos ao PCP ou ao MDP/CDE no Governo; por isso baseamos nela, também, a nossa noção de rejeição.

E ao fazê-lo, somos coerentes com a atitude que há dois meses tomámos face ao II Governo Constitucional: não faria sentido, na verdade, que, tendo posto em causa um governo de que fazímos parte por força das concessões que na prática foram sendo feitas ao PCP no Ministério da Agricultura, ...

**Vozes do PS:** — Não apoiado!

**O Orador:** — ... aceitássemos agora deixar passar um governo em que não participamos e cujas concessões ao PCP são bem mais numerosas, e logo à partida.

*Aplausos do CDS.*

Haverá decerto quem nos pergunte como se compreenderá que, se há concessões ao Partido Comunista, este tenha decidido apresentar uma moção de rejeição. A nossa resposta é simples: se o PCP vai rejeitar o Programa do Governo, isso não prova que lhe não tenham sido feitas importantes concessões; só demonstra que ele as não julgou suficientes.

*Aplausos do PCP.*

Aliás, a declaração ontem feita pelo PCP de que proporá a sua própria moção de rejeição, mas não votará nenhuma moção de rejeição alheia comprova que o Partido Comunista, se não está inteiramente satisfeito com este Governo, também não está particularmente interessado em vê-lo derrubado.

*Aplausos do CDS e de alguns Deputados do PS.*

Sr. Presidente, Srs. Deputados: Passo agora ao último ponto da minha intervenção, que tem a ver com o conteúdo do Programa apresentado a esta Assembleia pelo III Governo Constitucional. Tal como a natureza e a composição deste, também o Programa merece as nossas reservas.

Os meus colegas do Grupo Parlamentar do CDS encarregar-se-ão nos próximos dias de focar aqui os aspectos mais relevantes da nossa posição crítica relativamente ao conteúdo do Programa, nos seus vários capítulos. Por mim, limitar-me-ei a uma quantas observações de carácter genérico.

E a primeira é para recordar o que já atrás ficou dito: este Programa não corresponde, de modo algum, à natureza excepcional, de recurso, de curto prazo, que o actual Governo reveste. De harmonia com essa natureza, o Executivo devia ter-se apresentado com um programa típico de um governo de gestão. Pelo contrário, o Programa aqui trazido, pela sua extensão, desenvolvimento e ambições, mais parece o de um governo de legislatura apostado em durar pelo menos quatro anos.

**Vozes do CDS:** — Muito bem!

**O Orador:** — Só isto já bastaria para que não pudéssemos, pela nossa parte, considerá-lo aceitável. Mas há mais.

No plano da política interna, o Programa afirma solenemente que um dos principais objectivos do Governo é «colaborar na criação de condições para entendimentos partidários que viabilizem um próximo governo de base partidária». Ora, para além de no

Programa não se dizer como vai ser prosseguido este objectivo, a verdade é que ele é inaceitável. O Governo arroga-se aqui uma função de mediador na criação de entendimentos partidários que ninguém lhe atribuiu e que ninguém lhe reconhece. Essa função de mediação tem de pertencer em primeira linha aos próprios partidos e, em última instância, sendo caso disso, ao Presidente da República.

**Vozes do CDS:** — Muito bem!

**O Orador:** — Não é o Governo, e muito menos um governo de independentes, que pode ou deve introduzir-se nas relações dos partidos políticos uns com os outros.

No plano da política externa, o primeiro objectivo que surge referido no Programa, a p. 17, é o de «prosseguir a política de grande abertura nas relações internacionais com vista ao seu aprofundamento e diversificação». O CDS discorda de maneira formal de que a diversificação das nossas relações internacionais deva ser tida como objectivo prioritário da política externa portuguesa. Aliás, o único dos grandes partidos portugueses que vem preconizando sistematicamente a diversificação das nossas relações internacionais como grande objectivo político e diplomático é o Partido Comunista Português. É de lamentar que as primeiras palavras escritas neste Programa sobre matéria de política externa sejam, precisamente, a transposição de conceitos específicos do PCP, que nem sequer são objecto de consenso da parte da maioria dos restantes partidos com assento nesta Assembleia.

**Vozes do CDS:** — Muito bem!

**O Sr. Vitor Louro (PCP):** — E a Constituição não conta?

**O Orador:** — Por último, no plano da política económica e financeira, o Programa deste Governo — a mais de, como já disse, se abalancar a prometer reformas estruturais a médio prazo no aparelho produtivo, que manifestamente excedem o seu mandato e que não terá tempo para executar — afirma-se especialmente interessado em «consolidar as diferentes formas de propriedade pública e social dos meios de produção», mas não alude, ao menos como objectivos prioritários, nem à racionalização do sector público nem à devolução ao sector privado daquilo que à face da lei lhe pertence ou daquilo que seja legítimo e conveniente devolver-lhe para maior eficiência da economia nacional.

**O Sr. Ângelo Correia (PSD):** — Não é verdade!

**O Orador:** — Parece assim consagrada a tese do PCP segundo a qual é indispensável respeitar na integra as diferentes formações económicas existentes e mantê-las nos seus actuais limites.

Aliás, e noutro passo do Programa, as estruturas do sector empresarial do Estado aparecem referidas como «poderosas alavancas susceptíveis de permitir que o Governo imprima à economia a dinâmica adequada no sentido da resolução dos grandes problemas nacionais». O sector privado fica assim, e uma vez mais, subalternizado perante a entronização do sector

público como grande motor do desenvolvimento — concepção que o CDS não aceita nem considera realista e que, de resto, o próprio Programa, noutras pontos, se encarrega de desmentir.

Nas carinhosas referências do Programa ao sector público aparecem expressamente citadas as nacionalizações e a Reforma Agrária. Noutro trecho, surge-nos ainda como grande objectivo do Governo a promulgação da lei sobre o *contrôle* operário. A conhecida trilogia está deste modo presente logo no primeiro capítulo do Programa deste Governo. O Programa esqueceu-se apenas de mencionar que aquelas três realidades são «as grandes conquistas da Revolução». Mas o Primeiro-Ministro reparou a falta e, no discurso que aqui fez na quinta-feira passada, não deixou de se referir à expressão mágica.

O Sr. Vital Moreira (PCP): — Também está próximo do PCP!...

O Orador: — Estes são os principais aspectos negativos que de um modo geral caracterizam o Programa do III Governo Constitucional no entender do CDS. Não nego que o Programa tenha também os seus aspectos positivos. Mas o balanço final é negativo e é esse juízo global que aqui me cumpre formular, em nome do CDS.

Sr. Presidente, Srs. Deputados: Acabo de expor à Câmara e ao País os principais motivos que levaram o CDS a apresentar uma moção de rejeição. Não quero, no entanto, terminar sem aludir brevemente a uma questão que a opinião pública tem levantado nos últimos dias: não seria melhor, apesar de tudo, deixar passar o Governo e deixá-lo fazer o que tem a fazer, atacando-o apenas depois, mais tarde, com ele já a governar, se houver razões para isso?

O CDS ponderou os vários ângulos dessa questão, mas entende em consciência que não se deve proceder desse modo.

Deixar passar, deixar fazer: será que, abandonado em economia, se quer agora adoptar em política o dogma do *laissez-faire*, *laissez-passer*?

Risos.

Pela nossa parte entendê-lo-íamos como uma demissão. Experimentar o que não se sabe o que vale, é admissível; mas experimentar o que já se sabe que é mau ou que é perigoso, seria correr riscos inúteis e prejudicar os mais altos interesses em jogo.

O País precisa quanto antes de um governo que governe, é certo. Mas o País nada lucrará com o facto de se deixar agora passar este Governo para depois o começar a criticar asperamente ao fim de um mês ou dois. Esse tipo de reserva mental não praticamos.

Aplausos do CDS.

Se o Governo não serve — e nós pensamos que pela sua natureza, composição e Programa ele de facto não serve — então o melhor é não deixar criar ilusões ou expectativas, que depressa se haveriam de desfazer e com acrescido custo para o prestígio do sistema político português. Se o mal existe e é, desde já, detectável, o melhor é cortá-lo pela raiz, atalhando enquanto é tempo.

Este Governo não merece o nosso apoio, nem pode dar-nos garantias suficientes.

Votar a favor seria impensável. E a abstenção significaria, em nossa opinião, neutralidade. Mas em causas de tamanha gravidade não se pode ser neutro, rejeitará este Governo e o seu Programa.

Aplausos do CDS.

Por nós, não aceitaremos situações dúbias: o CDS nem se deve lavar as mãos como Pilatos.

O Sr. Presidente: — Para pedir esclarecimentos tem a palavra o Sr. Deputado Vital Moreira.

O Sr. Vital Moreira (PCP): — Sr. Deputado Freitas do Amaral, não vou, obviamente, imiscuir-me nas questões com os vizinhos parlamentares e extraparlamentares do CDS, com que se ocupou na primeira parte da sua intervenção, e também não vou seguir o exemplo de um Deputado desta Assembleia perguntando-lhe quais são os Ministros independentes de que o CDS gosta e aprecia.

Mas, entretanto, perante a afirmação aqui produzida, de princípio e em tom absoluto, contra este Governo de independentes e, tendo em conta as declarações e as posições do CDS em relação à fórmula governativa, oferece-me fazer o seguinte pedido de esclarecimento ao Sr. Deputado: não será verdade que foi o Sr. Deputado Freitas do Amaral que, perante a indigitação do independente Nobre da Costa, disse que esta era uma escolha feliz? Não foi o Sr. Deputado Freitas do Amaral que, quando julgou esgotada a possibilidade de um governo partidário, disse que a partir daquele momento os partidos já nada tinham a ver com o Governo? Não foi o CDS que durante todas estas semanas, e após ser esta a alternativa em plena formação, não produziu uma palavra contra o Governo de independentes? Não é, pois, verdade que foi quando imaginou o espantalho dos Ministros próximo do PCP que o CDS, repentinamente, se lembrou dos ditos princípios, pondo-se enfão a clamar contra o Governo de independentes?

Perante este facto e perante as afirmações de princípio que aqui tem enfaticamente produzido, é ou não lícito perguntar se afinal para o CDS a questão de princípio não é o facto de se tratar de um Governo de independentes ou não independentes, mas sim de saber de quem é que eles são dependentes? Deste modo, é lícito concluir que para o CDS o problema não está em eles serem independentes, mas sim no facto de os independentes não serem suficientemente dependentes do CDS tanto quanto o CDS queria.

Aplausos do PCP.

E se isto é assim, não será também lícito concluir que o CDS apenas apresentou uma moção de rejeição, não porque o Governo lhe desgrade, mas apenas porque não lhe agrada tanto quanto julgaria ter-se direito a agradar. E se tudo isto é certo, como parece ser inquestionável, que nome dar a estas posições, assim como a uma grande parte da declaração do Sr. Deputado Freitas do Amaral, senão aquilo que, em linguagem política, tem o nome de hipocrisia, qualificando as afirmações de princípio do Sr. Depu-

tado Freitas do Amaral como uma rasteirinha e pedestre oportunice contra o Governo de independentes?

*Aplausos do PCP.*

**O Sr. Narana Coissoró (CDS):** — Coitadinho, está em baixo de forma!

**O Sr. Presidente:** — Sr. Deputado Freitas do Amaral, como certamente sabe, há mais Deputados inscritos para pedir esclarecimentos. Se porventura deseja responder imediatamente aos pedidos de esclarecimento formulados pelo Deputado Vital Moreira, conceder-lhe-ei já a palavra.

**O Sr. Freitas do Amaral (CDS):** — Prefiro responder já, Sr. Presidente.

**O Sr. Presidente:** — Então tenha a bondade, Sr. Deputado.

**O Sr. Freitas do Amaral (CDS):** — Eu tinha realmente dúvidas se este Governo sem apoio parlamentar teria algum grupo parlamentar que o defendesse. Afinal, parece que tem.

*Aplausos do CDS.*

**O Sr. Vital Moreira (PCP):** — Não tem, não, Sr. Deputado!

*Pausa.*

Eu queria responder-lhe, Sr. Deputado. Posso interrompê-lo?

**O Orador:** — Faça favor, Sr. Deputado.

**O Sr. Vital Moreira (PCP):** — É que, simplesmente, nós, ao contrário do Sr. Deputado, nunca considerámos esta escolha feliz, nem nunca dissemos que esta era a fórmula correcta. E é isto o que diferencia um partido com princípios e um que os não tem e diz que tem.

*Aplausos do PCP.*

**Vozes do CDS:** — Já lá vamos!

**O Orador:** — Sr. Deputado Vital Moreira, não se precipite, porque, se aguardar, receberá uma resposta detalhada a todas as suas perguntas e esta era já uma das suas perguntas a que eu não ia deixar de lhe responder.

**Vozes do CDS:** — Muito bem!

**O Orador:** — Antes, porém, de responder a todas e a cada uma das suas questões, gostaria, também eu, de lhe fazer uma pergunta, que é também uma resposta e uma afirmação, um pouco no estilo daquelas que o Sr. Deputado Vital Moreira me fez. Não será verdade que o PCP, durante quase todo o processo de formação deste Governo, foi multiplicando declarações apaziguadoras e só se virou contra ele quando soube qual era a composição do Ministério da Agricultura e aquilo que ia sofrer em matéria de Reforma Agrária?

*Aplausos do CDS.*

É verdade que afirmei, e não estou arrependido de o ter feito, quando soube pela primeira vez o nome do Primeiro-Ministro indigitado, que essa tinha sido uma boa escolha do Presidente da República. É verdade que o disse. Mas isso de modo nenhum me impediria de ter inteira liberdade de julgamento quanto à forma como o Primeiro-Ministro indigitado iria formar o seu Governo. É que eu não disse, quando afirmei que a escolha era boa, que acreditava que o Primeiro-Ministro iria fazer, também ele, uma boa escolha ao formar o seu Governo. De facto não o disse e a prudência foi recompensada: o Presidente da República fez uma boa escolha ao escolher o engenheiro Nobre da Costa para Primeiro-Ministro, mas o engenheiro Nobre da Costa fez uma má escolha ao escolher elementos próximos do PCP para o seu Governo.

*Aplausos do CDS.*

É verdade que, em certa altura, afirmei que os partidos já não teriam mais nada a ver com o processo de formação do Governo, mas não foi porque estivesse satisfeito com isso, mas sim porque esse facto me tinha sido declarado nesse preciso momento pelo Primeiro-Ministro indigitado, que tinha optado por, a partir daí, passar a fazer apenas um Governo de independentes.

É verdade que o CDS declarou que, em certos termos e condições, podia aceitar, a título excepcional, um Governo de independentes.

**O Sr. Vital Moreira (PCP):** — Disse-o agora!

**O Orador:** — É verdade e ainda há pouco expliquei no meu discurso ali da tribuna — e verifico que o Sr. Deputado Vital Moreira estava distraído — que o CDS, em certas condições, poderia aceitar, a título excepcional, um Governo de independentes.

Mas se o CDS evocou os princípios gerais aplicáveis foi porque este Governo de independentes não obedece a essas condições apertadas, antes extravasa delas, porque cometeu um excesso de poder em termos políticos, caindo assim sob a alçada das condenações genéricas que existem no plano dos princípios.

*Aplausos do CDS.*

O Governo Nobre da Costa não foi capaz de se conter dentro dos acanhados limites em que podia ainda ser admissível a sua legitimidade democrática, antes extravasando para fora deles. É por isso que lhe são aplicáveis as reprovações genéricas que tive ocasião de enunciar e foi por essa razão que as trouxe aqui neste momento.

**Vozes do CDS:** — Muito bem!

**O Orador:** — Não é verdade que o CDS tenha apenas tomado esta posição pelo facto de estarem no Governo elementos próximo do PCP. Mas é óbvio — e, Sr. Deputado Vital Moreira, não brinquemos com as palavras — que não é exclusivamente pelo facto de num governo haver ou poder haver independentes próximos do CDS que o CDS ficará desencantado. Porque, se houver independentes próximos do CDS num governo, quem ficará irritado é o Partido Comunista. E terá o direito de o dizer, assim

como terá o direito de, por esse facto, votar contra o Governo, se assim o entender. O que eu não percebo é porque é que o Partido Comunista em situação diametralmente oposta, quer recusar ao CDS o direito de rejeitar que num governo com a sua aprovação participem elementos do Partido Comunista.

*Aplausos do CDS.*

O Sr. Vital Moreira (PCP): — Os princípios, os princípios!

O Sr. Presidente: — Igualmente para pedir esclarecimentos, tem a palavra o Sr. Deputado Veiga de Oliveira.

O Sr. Veiga de Oliveira (PCP): — Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Deputado Freitas do Amaral: Ouvi a sua longa exposição com muita atenção e, embora não tenha o texto escrito, fiquei com muitas dúvidas, algumas das quais passarei a expor e espero que as possa esclarecer.

Em primeiro lugar, o Sr. Deputado Freitas do Amaral evocou muitos princípios e em certa altura disse que não se tratava nem sequer ao menos de uma estratégia — salvo erro, o Sr. Deputado disse nem uma táctica nem uma estratégia —, mas de princípios. E como fiquei na dúvida quanto ao seu conceito de estratégia e de princípios, gostaria que a desfizesse.

Em segundo lugar, o Sr. Deputado Freitas do Amaral permitiu-se, com todo o direito, aliás, interpretar as posições do Partido Comunista face ao actual Governo cujo Programa está em discussão nesta Câmara. A sua interpretação é, naturalmente, e do meu ponto de vista, totalmente falsa. O Sr. Deputado disse, nomeadamente, que se o meu partido não estava particularmente de acordo com este Governo, também não estava muito interessado em que ele caísse e fundamentara esta afirmação no facto de nós, tendo apresentado uma moção de rejeição, termos declarado também que não votaríamos qualquer outra — e eu lembro-lhe que não dissemos nenhuma outra — moção apresentada por outro grupo parlamentar. Mas se a moção de rejeição apresentada pelo Partido Comunista Português existe, e se ela pode ser votada apenas na sua resolução, sem nenhum espaço de considerandos e sem cuidar desses considerandos, a dúvida que me fica é a de se o Sr. Deputado Freitas do Amaral e, mais concretamente, o CDS, que, pelos vistos, tanto deseja, tão decididamente deseja, tão sem dúvida deseja que este Governo não passe e afirma que nós não o desejamos, votarão a nossa moção de rejeição nos seus precisos termos resultativos.

Tenho ainda outra questão a pôr-lhe: O Sr. Deputado Freitas do Amaral alegou que tinha todo o direito de ser anticomunista, ou, se preferir, ser contra a presença dos comunistas no Governo e especificou mesmo, dizendo que não pretendia que os comunistas fossem expulsos dos outros órgãos do poder, nomeadamente da Assembleia da República. E nós registamos isto não pela afirmação, mas pela negação. É que o Sr. Deputado Freitas do Amaral admite que poderia pretendê-lo, é isto que está implícito na sua afirmação. Sr. Deputado, eu nunca direi que não pretendo que o CDS deixe de ser o que na realidade é, porque não está na minha cabeça poder,

por um acto de força ou por qualquer outra forma, eliminar o CDS. Isso apenas poderá ser viável pelo combate político e pretendendo ou não pretendendo que o CDS seja o que é na realidade ou que não seja o que é.

O Sr. Deputado disse ainda que tinha todo o direito de se irritar com a presença de elementos que, supostamente, são próximos do MDP/CDE e do PCP e que daria também todo o direito ao Partido Comunista Português de se irritar com a presença de elementos próximos do CDS no Governo. Eu queria esclarecer o Sr. Deputado Freitas do Amaral que o Partido Comunista Português não se irrita, antes toma posições.

Também para esclarecer uma dúvida, gostaria ainda de lhe perguntar se de facto a sua intervenção, cheia de anticomunismo e de propaganda anticomunista, é um objectivo em si ou um pretexto.

Finalmente, o Sr. Deputado Freitas do Amaral estranhou o aparecimento no Programa do Governo de referências à Reforma Agrária, às nacionalizações, não porque essas referências sejam ou não desfavoráveis — e quanto a nós são-no —, mas sim porque se refere àquilo que está consagrado na Constituição. E eu pergunto se esta atitude é já um prelúdio de tentativa do CDS de apagar, não só dos programas do Governo, mas também da Constituição expressões como Reforma Agrária, nacionalizações, controlo operário, enfim como Abril, como 25 de Abril, para voltar atrás ao 24 de Abril e ao fascismo.

*Aplausos do PCP.*

O Sr. Presidente: — Tem a palavra o Sr. Deputado Freitas do Amaral para responder, se assim o entender.

O Sr. Freitas do Amaral (CDS): — Sr. Deputado Veiga de Oliveira, registo com prazer o facto de ter dito que ouviu com muita atenção a minha exposição o que já é um progresso em relação ao Sr. Deputado Vital Moreira.

*Risos do CDS.*

Começou por me perguntar qual é a distinção entre princípios e estratégia. Vou poupar à Câmara a mágoa de fazer uma longa exposição, pela qual seria logo acusado de inclinações professorais, mas vou-lhe dizer muito rapidamente qual é a minha opinião.

O Sr. Veiga de Oliveira (PCP): — Sr. Deputado, dá-me licença?

O Orador: — Faça favor.

O Sr. Veiga de Oliveira (PCP): — Sr. Deputado, o que eu disse é que me sobravam dúvidas sobre qual era o seu conceito de estratégia e de princípios. Não perguntei quais eram as diferenças para o Sr. Deputado, pois não é isso que está em causa, mas sim o seu conceito de uma coisa e de outra.

O Orador: — Sr. Deputado, os princípios são as regras gerais de validade universal. A estratégia é a forma de conseguir atingir esses princípios, tendo em conta as circunstâncias, os métodos e os meios de que se dispõe.

**Vozes do CDS:** — Muito bem!

**O Sr. Narana Coissoró (CDS):** — Pronto, já sabe!

**A Sr.º Álida Nogueira (PCP):** — Já sabia isso, Sr. Deputado.

**A Sr.ª Helena Roseta (PSD):** — Isso é táctica.

**O Orador:** — Não é, Sr.ª Deputada. Táctica é outra coisa diferente. Se quiser, também explico a diferença.

*Risos.*

A táctica é o conjunto das manobras de curto prazo que são necessárias para pôr em prática uma estratégia dentro dos limites traçados pelos princípios.

**O Sr. Pedro Roseta (PSD):** — Isso é discutível.

**O Orador:** — Em segundo lugar, o Sr. Deputado Veiga de Oliveira começou por declarar que, na sua interpretação, a posição tomada pelo Partido Comunista e que consiste — recordo — em apresentar uma moção de rejeição do Programa do Governo, mas declarando desde já que não votará qualquer outra, não significa menos interesse da parte do Partido Comunista em ver o Governo derrubado — registo a sua afirmação. Mas, senão significa isso, se portanto o Partido Comunista, ao fazê-lo, está interessado em ver este Governo derrubado e apesar disso, não vota em nenhuma outra moção de rejeição, então isso significa uma outra coisa talvez ainda pior: é que o Partido Comunista quer arrastar outros partidos — e designadamente o PS — a verem-se obrigados a votar na sua própria moção de rejeição, o que significa que o Partido Comunista ainda não desistiu da malfadada tendência para a hegemonia que sempre o tem caracterizado.

*Aplausos do CDS.*

Quanto à questão de saber se nós votaremos ou não a moção de rejeição do Partido Comunista, mesmo abstraindo dos seus fundamentos, devo dizer-lhe que o Sr. Deputado terá conhecimento disso no momento da votação, mas, até lá, sempre lhe vou adiantando que, ainda que o fizesse, seria inútil porque os nossos dois partidos juntos não têm, felizmente, maioria nesta Câmara.

**Vozes do PSD:** — Felizmente!

**O Orador:** — Em terceiro lugar, perguntou o Sr. Deputado por que é que eu tinha declarado que não estava na minha mente eliminar o PCP do aparelho de Estado. Bem, fiz essa afirmação porque me pareceu ouvir, da parte da sua bancada, dúvidas a esse respeito e pareceu-me ouvir falar em Mac Arthur que justamente pretendeu fazer isso. Portanto, quis esclarecer que não era esse o sentido exacto, não era esse o sentido da minha afirmação. O que eu queria, como disse, é que o Partido Comunista não fizesse parte do Governo, não estava na minha mente por qualquer outra exclusão. E essa exclusão do Partido Comunista do Governo é legítimo pretendê-la. É legítimo que um

partido pretenda que outro, seu adversário, não faça parte do Governo. É o que há de mais natural em democracia.

**Vozes do CDS:** — Muito bem!

**O Orador:** — De passagem, queria dizer-lhe, Sr. Deputado, que registei a sua afirmação de que nunca lhe passaria pela cabeça eliminar o CDS da cena política portuguesa. Em todo o caso, sempre gostaria de lhe perguntar por que é que na União Soviética, que o seu partido tanto aprecia, não há partidos de oposição nem partidos como o CDS.

**Vozes do CDS:** — Muito bem!

**O Sr. Veiga de Oliveira (PCP):** — Dá-me licença, Sr. Deputado?

**O Orador:** — Pode responder, Sr. Deputado, se for capaz.

*Risos.*

**O Sr. Veiga de Oliveira (PCP):** — Eu disse, Sr. Deputado, que não me passaria pela cabeça eliminar o CDS por um acto de força ou por qualquer outro meio não próprio que não seja o ataque político, o combate político. Disse isso, está na fita magnética, se quiser ouvir. Pelo combate político, pelo esclarecimento, isso sim, mas é outra questão. O que eu disse é que não me passa pela cabeça cortar uma realidade que tenho na frente, que existe e que é o CDS.

**O Orador:** — Portanto quer dizer que o Sr. Deputado considera que em todos os regimes políticos deve ser legítimo que possam constituir-se partidos diferentes do Partido Comunista, não é verdade?

*Aplausos do CDS.*

Continuo sem perceber, Sr. Deputado, por que é que em todos os países do mundo onde há um regime comunista não há partidos da oposição.

**Vozes do CDS:** — Muito bem!

**Vozes do PCP:** — Oh, Sr. Deputado!

**O Orador:** — Também o Sr. Deputado perguntou se a minha declaração que não é contra a presença de elementos afectos ao Partido Comunista no Governo era um objectivo ou um pretexto. Devo dizer-lhe, Sr. Deputado, que não comprehendo todo o alcance da sua pergunta e, se me quiser esclarecer melhor, agradeço, se não quiser, responder-lhe-ei apenas que não foi nem um pretexto nem um objectivo, foi uma tomada de posição e nada mais.

**O Sr. Amaro da Costa (CDS):** — Muito bem!

**O Orador:** — Em quinto lugar, o Sr. Deputado perguntou-me qual o sentido das minhas críticas à triologia das nacionalizações, Reforma Agrária e controle operário e se essas matérias não estarão porventura na Constituição. Claro que estão, mas, como o Sr. Deputado será certamente o primeiro a

reconhecer, uma coisa é o sentido, o alcance e o significado com que esses conceitos estão na Constituição e outra coisa bastante diferente é o sentido, o alcance e o significado com que essas palavras aparecem constantemente na boca do Partido Comunista Português.

**Vozes do PS:** — Muito bem!

**O Sr. Carlos Brito (PCP):** — Sr. Presidente, dá-me licença?

**O Sr. Presidente:** — Para que efeito é que o Sr. Deputado pretende usar da palavra?

**O Sr. Carlos Brito (PCP):** — Sr. Presidente, inscrevi-me para fazer um muito breve pedido de esclarecimento e depois fazer um protesto. Se o Sr. Presidente aceitar, propunha o seguinte método: fazia o breve pedido de esclarecimento, deixava que o Sr. Deputado Freitas do Amaral respondesse ou não, conforme quisesse, e em seguida fazia o protesto.

**O Sr. Presidente:** — Sim, se houver lugar a ele nessa altura, pois pode não haver.

Tenha a bondade, Sr. Deputado.

**O Sr. Carlos Brito (PCP):** — Vou fazer o muito breve pedido de esclarecimento, que é o seguinte: o amargo de boca de Mirandela tem alguma coisa que ver com a cor, com o nervosismo e com a incontinência do seu discurso?

*Aplausos do PCP.*

**O Sr. Presidente:** — Tem a palavra o Sr. Deputado Freitas do Amaral para responder.

**O Sr. Freitas do Amaral (CDS):** — Sr. Deputado, vou-lhe dar uma resposta também muito breve: não tem nada a ver uma coisa com a outra. O meu discurso foi escrito até às 11 horas da noite de ontem e Mirandela só entrou em minha casa à meia-noite.

**Vozes do CDS:** — Muito bem!

**O Sr. Ângelo Correia (PSD):** — Chegou tarde!

**O Sr. Narana Coissoró (CDS):** — Agora o protesto, não se esqueça, Sr. Deputado Carlos Brito.

**O Sr. Presidente:** — O Sr. Deputado Carlos Brito desiste do seu protesto?

**O Sr. Carlos Brito (PCP):** — Não, não, Sr. Presidente.

**O Sr. Presidente:** — Então faça o favor.

**O Sr. Carlos Brito (PCP):** — Sr. Presidente, Srs. Deputados: Em nome do Grupo Parlamentar do PCP e por razões de ordem política óbvia e de ordem moral que desenvolverei, protesto contra a intervenção do Sr. Deputado Freitas do Amaral.

Aliás esta intervenção é mais um exemplo da hipocrisia a que nos habituou o CDS: a hipocrisia bem evidente entre as afirmações de fins de Maio, prin-

cípios de Junho, fornecendo aos Portugueses um verão calmo, louvando o Governo, prometendo bons resultados da sua gestão, e depois, não respeitando o encerramento da Assembleia da República, o desencaadeamento da crise, com todas as graves consequências que a generalidade dos partidos e das forças políticas reconhece; hipocrisia bem evidenciada quando o Sr. Deputado, por um lado, reclama como função fundamental dos partidos, e justamente, o participar no Governo e quando, por outro lado, discrimina, segregando um partido da participação no Governo. Discriminação para já, porque o Sr. Deputado vai mais longe: o Sr. Deputado prepara a perseguição, não apenas a perseguição dos homens, mas também a das ideias. O Sr. Deputado localiza no Governo independentes que teriam simpatias pelo PCP, mas depois o Sr. Deputado vai mais longe, o Sr. Deputado procura identificar no Programa onde está a palavra do PCP, a palavra que os comunistas usam.

**O Sr. João Morgado (CDS):** — Está a sonhar!

**O Orador:** — Sr. Presidente, Srs. Deputados: Com razão deste partido se pode dizer que é o partido que leva numa mão a liberdade e a paz e na outra a bomba, como acontecimentos recentes bem comprovam.

*Aplausos do PCP.*

Por último, Sr. Presidente, queremos dizer: basta de lições sobre o 25 de Abril daqueles que estiveram com o 28 de Maio ...

**Vozes do PCP:** — Muito bem!

**O Orador:** — ...; basta de lições sobre a democracia daqueles que estiveram com o fascismo ...

**Vozes do PCP:** — Muito bem!

**O Orador:** — ... e basta de lições sobre patriotismo e sobre a independência dos partidos da parte do partido que mais comprovadamente está dependente de centrais internacionais.

*Aplausos do PCP.*

**O Sr. Presidente:** — Para um contraprotesto tem a palavra o Sr. Deputado Freitas do Amaral.

**O Sr. Freitas do Amaral (CDS):** — Sr. Presidente, queria fazer um breve contraprotesto, que começa aliás por um esclarecimento, porque o Sr. Deputado Carlos Brito se permitiu fazer alusões a uma previsão de verão calmo, e quero declarar que o verão foi calmo, não houve qualquer perturbação da ordem pública ...

**O Sr. Narana Coissoró (CDS):** — Não por vontade do PCP!

**O Orador:** — ... e todos os portugueses que já beneficiam de direito a férias — o que infelizmente não é ainda o caso de todos eles — tiveram as suas férias, salvo porventura a classe política. O Verão foi calmo e continua calmo a ser, Sr. Deputado.

Protesto pelo facto de o Partido Comunista entender que o CDS não tem o direito de pretender que o Partido Comunista esteja fora do Governo, porque em democracia todos os partidos têm o direito de pretender que outros partidos estejam fora do Governo.

**Vozes do CDS:** — Muito bem!

**O Orador:** — Isso só não é assim ou quando o Partido Comunista, como em tantos países do mundo faz, se arroga o monopólio do poder e exclui todos os outros ou então quando, como às vezes faz em democracia, o Partido Comunista pretende que todos os partidos estejam no Governo num cozido à portuguesa de União Nacional.

*Protestos do PCP.*

Nós estamos contra isso e reivindicamos, como parte essencial da democracia, o direito de dizer quais são, em nosso entender e em cada momento, os partidos que devem fazer parte do Governo e os que não devem fazer parte do Governo.

**Vozes do CDS:** — Muito bem!

**O Orador:** — Protesto também contra a acusação de que o CDS leva numa mão as palavras da paz e na outra mão a bomba, quando elementos infiltrados no CDS são apanhados com bombas.

**Vozes do CDS:** — Muito bem!

**O Orador:** — O CDS protesta e condena — o que nem sempre é o caso — todas as vezes em que militantes do Partido Comunista são apanhados em flagrante violação da lei e em que o Partido Comunista os cobre com a sua solidariedade.

*Aplausos do CDS e protestos do PCP.*

Por último, Sr. Deputado, quero também protestar pelo facto das suas últimas palavras e quero devolver-lhas com a alteração apropriada: basta de lições do Partido Comunista sobre a democracia, basta de lições do Partido Comunista sobre o 25 de Abril vindas daqueles que fizeram o 28 de Setembro, o 11 de Março e o 25 de Novembro ...

*Aplausos do CDS.*

..., basta de lições sobre a democracia da parte daqueles que fizeram o gonçalvismo.

*Aplausos do CDS.*

**O Sr. Presidente:** — Para uma intervenção, tem a palavra o Sr. Deputado Acácio Barreiros.

**O Sr. Acácio Barreiros (UDP):** — Sr. Presidente, Sr. Primeiro-Ministro, Srs. Membros do Governo, Srs. Deputados: O Governo que hoje aqui se vem sentar e que se auto-intitula de constitucional não é um governo qualquer, não é simplesmente mais um governo à direita.

A UDP já aqui afirmou que o Governo apresentado pelo engenheiro Nobre da Costa representa uma

solução estranha à Constituição e à vontade do povo português manifestada nas eleições de 1976. Os homens que o compõem não foram eleitos por ninguém nem são responsáveis perante o eleitorado. Estamos perante um Governo directamente inspirado pelo Presidente da República, um Governo que tenta reunir condições para realizar a política antipopular que a direita reaccionária exige.

Este Governo representa mais um passo na perigosa marcha há muito iniciada por todos aqueles que reclamam a solução presidencialista com a subalternização da Assembleia da República e a marginalização dos partidos políticos.

Quanto à apregoada «independência» dos homens que o compõem, pouco há a adiantar. Serão talvez independentes dos partidos políticos — pelo menos alguns deles —, mas não o são certamente do grande capital, são publicamente conhecidos os lugares que ocuparam nas administrações de empresas, assim como as suas ligações aos grupos monopolistas golpeados com o 25 de Abril. Se a isto acrescentarmos, a título de exemplo, que toda a equipa do Ministério da Agricultura é apadrinhada pela CAP e que é duvidosa a capacidade eleitoral do Secretário de Estado da Administração Interna, de uma coisa podemos estar certos e os trabalhadores portugueses certamente já o compreenderam: os homens deste Governo serão «independentes», mas independentes em relação aos trabalhadores, às suas necessidades e aspirações.

Vejamos brevemente o conjunto do Programa. Uma constatação salta desde logo à vista: o Programa pouco difere do elaborado pelos anteriores Governos. Mas logo a seguir se comprehende que há diferenças. E se aquilo que adopta dos anteriores Programas é mau, as modificações que introduz são sempre ainda para pior. De novo o Programa traz pouco e o que de novo traz seria melhor que não trouxesse.

Perante a tão apregoada competência da equipa de Eanes e Nobre da Costa poder-se-ia ser levado a crer que nos iriam brindar com um programa claro e conciso, com metas e prazos bem concretos e determinados, como sustentavam os adeptos e teóricos bem-pensantes da fórmula presidencialista. Desiludiram-se, porém, aqueles que tivessem tido tal ilusões. Ao longo de mais de quatrocentas páginas apontam-se objectivos vagos e imprecisos e não se indicam quais os meios a atingir nem praticamente se definem etapas, metas e prazos.

Caso curioso, porém: um dos raros, raríssimos, prazos referidos pelo Programa do Governo é nem mais nem menos o que estabelece noventa dias para regularizar o pagamento das indemnizações aos grandes capitalistas e latifundiários.

Tal facto mostra bem que a preocupação deste Governo não é a resolução séria dos problemas dos trabalhadores e do País, mas tão-somente o rápido acautelamento das exigências da direita.

O Governo que Eanes escolheu, nem é, afinal, um Governo de gestão, é um Governo à tarefa!

E quais são as tarefas, as «directivas» no dizer do Primeiro-Ministro, que a direita pela voz do Presidente da República atribui a este Governo? Antes de mais as que estiveram na origem visível da queda do Governo PS/CDS — a Reforma Agrária e o Serviço Nacional de Saúde.

**Sr. Presidente, Srs. Deputados:** Apoie o CDS este Governo ou aparente hostilizá-lo na mira de uma

nova coligação com o PS, uma coisa não pode negar: o Programa em discussão recebe no essencial as exigências que apresentou durante o II Governo para que aumentasse o ritmo dos ataques à Reforma Agrária com o objectivo bem claro de a destruir. E também ninguém pode negar que foi colocado no MAP um naipes de homens à altura deste Programa, chefiado pelo Ministro Vaz Portugal, que é um dos homens da antiga equipa de Barreto, apadrinhado e saudado pela CAP.

É impensável para os capitalistas a recuperação do seu poder sem a liquidação da Reforma Agrária. Nesta lógica, o capitalismo só pode ter uma meta: a destruição da Reforma Agrária.

Qual é então o objectivo central das propostas governamentais? O Programa expressa-o claramente e o Primeiro-Ministro confirmou-o em resposta a uma pergunta da UDP: aplicar a Lei Barreto de uma forma mais rápida e plena!

Num país em que anualmente se importam 40 milhões de contos de alimentos, a principal preocupação do Governo é a de destruir uma das grandes conquistas de Abril, em vez de definir uma linha de rumo para a insuficiência do País em produtos agrícolas.

Fala-se na necessidade da contracção do crédito por não existir. Hoje cerca de cem cooperativas não têm créditos de qualquer espécie, enquanto o Estado deve às explorações colectivas 235 mil contos de produtos não pagos. Não se pode, no entanto, vir dizer que não há dinheiro para crédito e para pagar o que devem aos trabalhadores. É que se não há dinheiro, então há que obrigar os latifundiários a pagar o que devem à banca nacionalizada e acabem com os escandalosos subsídios aos latifundiários que já sobem a 40 mil contos por ano. Se não há dinheiro, não se paguem os 20 milhões de contos aos latifundiários. Pague-se, sim, a quem trabalha.

Desce sobre o Alentejo o espectro do desemprego e da fome. O direito ao trabalho todo o ano, que é desde sempre a maior reivindicação dos assalariados rurais, do Norte e do Sul, corre sérios riscos ao sul do Tejo.

A Lei Barreto não é susceptível de uma «aplicação moderada ou razoável», como sempre o afirmou a UDP. O Ministro Barreto e a sua equipa tentaram abrir o caminho à sua aplicação integral, invadindo o Alentejo de GNR, para provocar e carregar violentamente sobre os trabalhadores.

Mas não é só a Reforma Agrária que o Governo se propõe atacar violentamente. Também os pequenos e médios agricultores e, em particular, os rendeiros vêem as suas vidas difíceis ainda mais ameaçadas.

Com uma arrogância tecnocrática, o Governo limita-se a falar do técnico agrícola, ignorando a realidade económica e social do campo.

Não é por acaso que nem uma só vez o Programa fala dos pequenos e médios agricultores, cuja instabilidade tende a prosseguir.

A Lei do Arrendamento Rural do PSD, lei dos senhorios ricos, vai continuar a ser aplicada.

O Sr. Ângelo Correia (PSD): — Não apoiado!

O Orador: — Não há nem se procuram fomentar condições de trabalho para os rendeiros. Continua a

ignorar-se a reivindicação do contrato de trabalho agrícola.

Nada de concreto se define quanto a uma política de preços, indispensável aos homens do campo, para terem um mínimo de segurança que lhes permita aumentar a produtividade do seu trabalho. Isto é, tal como os Governos anteriores, este fica-se pelos pormenores, pormenores vagos cujos resultados práticos nunca ninguém vê. Nada se define quanto à garantia de escoamento dos produtos. A batata continua a apodrecer nos armazéns e é natural que para o novo ano agrícola os camponeses restrinjam o cultivo desse produto. Não se venha, pois, falar do deficit da balança de pagamentos e na necessidade de importar produtos alimentares quando nada é feito para fomentar e preservar a produção nacional. Entretanto, os que trabalham a terra recebem a notícia de que os adubos voltaram a subir 30 %, enquanto o crédito, esse continua a faltar e os homens do campo debatem-se cada vez com maiores dificuldades.

Por tudo isto se conclui que o Programa do Governo se resume à ruína dos camponeses do Norte e do Centro e à destruição da Reforma Agrária dos assalariados rurais do Sul. Num país em que o panorama agrícola é desastroso, impõem-se, pelo contrário, medidas de apoio eficazes: impõe-se o fomento da pequena indústria no campo para desenvolver a agricultura e melhorar a vida dos camponeses; impõe-se o apoio directo do sector industrial nacionalizado à agricultura; impõe-se a diversificação das culturas, em especial no Sul, com a necessária base técnica; impõe-se a criação de estruturas de escoamento dos produtos rompendo com a especulação e a fraude das redes de intermediários que vergam os trabalhadores do campo.

Este Governo liquida o Serviço Nacional de Saúde, o único aspecto positivo do anterior Governo.

Em todo o seu programa, no que se refere à saúde, faz o que a direita exige: o congelamento do Serviço Nacional de Saúde. Mas vai mais longe: no campo da saúde não aponta uma única medida concreta, apenas fazendo uma lista — incompleta — dos problemas a resolver. Um exemplo anedótico que demonstra a incompetência de quem fez esta parte do programa: anuncia-se, como «medida concreta», que se vai facilitar a transferência de doentes crónicos e convalescentes dos hospitais, mas não se diz para onde, o que sempre foi o problema.

Quer dizer, no campo da saúde, o Governo teria feito melhor se dissesse que o seu programa era deixar tudo exactamente na mesma!

Sr. Presidente, Srs. Deputados: Temos perante esta Assembleia um Governo feito para destruir a Reforma Agrária e desenvolver as relações capitalistas no campo à custa da miséria dos que trabalham a terra. Um Governo para liquidar os projectos do Serviço Nacional de Saúde. Um Governo para indemnizar os monopolistas e acelerar a recuperação capitalista à custa da inflação, do desemprego e da miséria. Um Governo de gestores de empresas, de homens do capital estranhos ao 25 de Abril. Um Governo independente dos partidos mas dependente de Belém para, sem escrúpulos de controle democrático, levar para a frente com rapidez este programa reaccionário.

A UDP desde a primeira hora que declarou ir votar contra este Governo. Pelo seu Programa, pela sua composição e pelo que ele representa de afrontoso à Cons-

tituição e ao próprio regime democrático. Rejeitar este Governo é uma exigência dos demorcratas, dos anti-fascistas, dos trabalhadores de Portugal.

A oposição ao Governo não é para nós um acto simbólico ou oportunista. Não rejeitamos o Governo porque pretendemos arranjos com partidos de direita, para repartir o Poder. Rejeitamo-lo porque não queremos que a direita governe em Portugal. Não rejeitamos o Governo de forma simbólica e apenas para marcar uma posição. Rejeitamo-lo porque queremos efectivamente a sua queda.

Deixar este Governo governar significa deixar chegar ao Poder a direita reaccionária, que foi derrotada em sucessivas eleições. Significa abrir caminho a novos passos na escalada reaccionária, a novos passos na liquidão das conquistas populares. Significa deixar consolidar-se mais e mais uma política e um Governo estranhos aos trabalhadores e ao 25 de Abril.

Ao votar contra o Governo a UDP vota contra uma política de direita e reclama uma alteração nos rumos do País.

A alternativa existe, é a realização de eleições gerais antecipadas para fazer ouvir a voz popular e derrotar de novo a direita. A alternativa existe, é a formação de um bloco antifascista capaz de abrir novos horizontes aos trabalhadores de Portugal.

Sr. Presidente, Srs. Deputados: É sabido que a UDP não apresenta uma moção de rejeição porque isso nos foi recusado, antidemocraticamente, pelo Regimento desta Assembleia. Mas a UDP quer congratular-se com o facto de, conforme apelámos desde a primeira hora, o PS e o PCP terem apresentado moções de rejeição.

A UDP votará a favor das duas moções apresentadas. Mas não podemos deixar de salientar que consideramos de extrema gravidade que a direcção do PCP, mesmo antes de conhecer as outras moções, tenha declarado que só votará a sua própria moção, recusando-se a votar qualquer outra. Uma tal posição é um convite aos outros partidos para não votarem na moção do PCP. Pergunta-se: o PCP ao apresentar a sua moção, quer que o Governo caia ou pretende apenas dar uma satisfação demagógica às suas bases e na prática encaminhar a votação no sentido de deixar passar o Governo Nobre da Costa?

O Sr. Carlos Lage (PS): — Muito bem!

O Orador: — Poderemos chegar à situação de o PS não votar a moção do PCP e, por seu lado, o PCP não votar a moção do PS. Assim, qualquer das duas moções não obteria a maioria e o Governo acabaria por passar. Esta seria uma situação intolerável e a UDP alerta desde já os trabalhadores para ela e nem mesmo o argumento invocado pelo Sr. Deputado Carlos Brito, de que o Governo, ao passar, facilita o encontrar uma solução democrática, pode ser considerado. Se o próprio PCP considera este Governo um Governo antidemocrático, como é que um Governo antidemocrático facilita o encontrar uma solução democrática?

É preciso que as duas moções sejam aprovadas. Quem apresenta moções de rejeição é porque quer a queda do Governo. Não são os considerandos das moções que serão votados, o que se vota é o resultado prático da moção, isto é, a queda do Governo. Por

isso a UDP votará as duas moções apresentadas, não porque estejamos totalmente de acordo com as saídas para a crise que o PS e o PCP apresentam mas porque entendemos que qualquer saída válida passa pela queda deste Governo. Cumprimos o mandato dos trabalhadores, derrotemos este Governo, em nome da democracia, em nome do 25 de Abril.

O Sr. Presidente: — Srs. Deputados, pediram-me que a sessão fosse prolongada sem interrupção, até às 18 horas e 30 minutos.

Há alguma oposição da Câmara?

Pausa.

Como não há o intervalo será às 18 horas e 30 minutos.

Tem a palavra para uma intervenção o Sr. Ministro dos Negócios Estrangeiros.

O Sr. Ministro dos Negócios Estrangeiros (Correia Gago): Sr. Presidente, Srs. Deputados: Entraram já na Mesa três moções de rejeição do Programa do Governo. A Câmara vai reflectir sobre elas. Entretanto o Programa está apresentado, falemos sobre ele.

Política externa portuguesa. Que haveria que propor-se fazer, neste domínio, um Governo com características do III Governo Constitucional, que assoma ao Poder em pura missão de serviço e sem preconceitos? Naturalmente procurar, através da gestão das relações exteriores do País, maximizar as vantagens que dessas relações possam advir para os Portugueses, residentes ou não em Portugal.

Ao programar a prossecução deste primordial objectivo director, se é verdade não ter o Governo de preocupar-se com prévios postulados programáticos que sinalizem e graduem as vias a escolher, é, porém, óbvio que não pode ignorar — como o não puderam os seus antecessores — as nítidas realidades, que estruturalmente condicionam a inserção de Portugal no Mundo. Nem tão-pouco os compromissos já assumidos em função dessas realidades. Realidades geográficas, políticas, histórico-culturais, económicas e militares.

A observância destas realidades, este realismo político de que nenhum Governo responsável pode abdicar, define e ajusta como corolários naturais algumas das mais importantes directrizes da política externa portuguesa. Daí a falta de novidades chamarivas e polémicas nesta parte do Programa do III Governo Constitucional.

Pois continuaremos a aproximar-nos da Europa mais rica, com empenhamento e com os cuidados possíveis, já que com ela temos as nossas identificações mais significativas e que com ela se realiza a maior parte do nosso intercâmbio comercial e financeiro o que nos aconselha o acompanhamento e a participação nas suas organizações comunitárias.

Pois continuaremos presentes na Aliança Atlântica, onde se congregam esforços e se coordenam medidas, não só de natureza militar, votados à preservação de formas de organização político-social que, admitindo significativas variações entre as nações aliadas, todas visam a salvaguarda e o respeito das liberdades fundamentais da pessoa humana e do pluralismo de opiniões politicamente organizadas no seu seio. Em rigor, aliás, só de Abril de 1974 para

cá a nossa presença na Aliança Atlântica terá sido nacionalmente legitimada pela democratização da nossa vida política interna, hoje claríssima opção nacional.

E, no âmbito das relações bilaterais, não sobrevieram reconhecidamente circunstâncias que alteraram o quadro das que vimos, de há longos anos, privilegiando.

Continuamos a dispor, para além disso e face ao quadro de referência da Constituição da República, de campo totalmente aberto à diversificação, faculdade já amplamente utilizada por anteriores Governos, que importa, todavia, gerir racionalmente, atenta a limitação de recursos humanos e materiais que se nos impõe — e tão-só por isso. Daí que o Programa fale, sobretudo, no aprofundamento dos resultados da diversificação já feita, de preferência à sua extensão.

Também o primado do económico, em concorrência com todas as directrizes e medidas que noutras capítulos do Programa apontam para a contenção e ultrapassagem da grave crise que vimos atravessando, continuará, porventura com maior dinamismo e aplicação, a ser observado na prática da nossa diplomacia, procurando melhorar-se a articulação de ações e de meios com outros departamentos do Governo e da Administração Pública.

Onde o Programa do III Governo procura anunciar, justificadamente, uma atitude bastante mais decidida e determinada é no domínio das nossas relações com os países africanos, muito especialmente os que emergiram da descolonização portuguesa. Não repetirei aqui as razões por que nos propomos tentá-la, nem o que dessas relações pode esperar-se, pois julgo o Programa suficientemente claro a esse respeito.

Apenas sublinharei que entendemos de assumir, neste domínio, uma atitude desassombrada e clara, sem complexos de qualquer natureza, a única adequada nas relações entre estados independentes e que querem assumir, consequentemente, uma atitude de não ingerência nos assuntos internos dos outros.

Há contenciosos pendentes, interesses a proteger e a fazer valer? Claro que sim, e serão tidos em conta e acautelados. Mas não consideraremos esses factos como travões pré-condicionantes ou limitadores da preparação, já, de um futuro de enorme fecundidade potencial, através do desenvolvimento de relações entre povos que uma história de séculos efectivamente ligou e deixou falando a mesma língua. Porque, não nos iludamos, por fortes que tais vínculos ainda hoje sejam, eles não resistirão mais do que uma geração se não subermos renová-los e alimentá-los hoje, através das trocas culturais, técnicas e comerciais que lhes actualizem o conteúdo e lhes vitalizem a solidez. Dispomos de condições de preferência reconhecidamente favoráveis, mas esse capital inicial esgotar-se-á rapidamente se não for bem gerido — e a posição que perdermos para outros não será mais recuperável.

A dinamização a conferir a este domínio privilegiado das nossas relações externas, como, aliás, o aprofundamento dos resultados da diversificação já realizada e a prosseguir selectivamente, haverá de ser conduzida com pragmatismo e rigor, visando a obtenção de resultados concretos em operações bem preparadas e idoneamente executadas, que dêem con-

fiança para prosseguir e intensificar a cooperação e as trocas, reconhecidas e experimentadas que sejam as suas vantagens para ambas as partes envolvidas.

Importa, porém, ser claro. Está-se diante de um desafio que, no plano económico, nomeadamente, só pode ser ganho pela interessada mobilização das estruturas produtivas portuguesas, dos empresários e dos trabalhadores da indústria em especial, cuja atitude face aos mercados africanos terá de ser ajustada à forte e qualificada competição internacional que terão de vencer.

Outro aspecto de primordial importância na modulação das nossas relações bilaterais que o Governo continuará a ter na mais elevada conta é a presença de portugueses vivendo e trabalhando no estrangeiro. Este país deve-lhes muito, materialmente sem dúvida, mas também pela prova que estão dando, ao Mundo e aos responsáveis da sua própria terra, de que os portugueses sabem trabalhar na indústria e nos serviços, se para tal motivados e inseridos em organizações eficazes. Importa aprender essa lição, ganhar dela uma renovada confiança na nossa capacidade e assumir plenamente, embora não resignadamente, a natureza estrutural e, portanto, de longo prazo, das causas que, infelizmente, tenderão a manter expatriada de uma parte importante da nossa força de trabalho. Haveremos de assegurar que ela se mantenha portuguesa e que o expatriamento não acarrete o afrouxar dos vínculos que fazem das comunidades portuguesas no estrangeiro a forma mais concreta e hoje mais significativa e actuante da projecção de Portugal no Mundo, vínculos que vêm também justificando que para Portugal reverta boa parte do seu esforço de criação de riqueza.

O primado do económico, a nossa realidade europeia; a responsabilidade e o desafio de África; a liberdade de diversificar relações; a diáspora portuguesa. Estas as realidades moduladoras da nossa política externa, entre as quais não interessa buscar uma hierarquia de prioridades onde se quisessem descortinar signos de uma qualquer coloração ideológica. Em face destas realidades, importa, sim, usando da liberdade que elas nos deixam, ou que elas nos abrem, servir os legítimos interesses do povo português e a sua demonstrada capacidade de relacionamento amigável e criador com outros povos.

Será, todavia, principalmente no plano das relações multilaterais que a assumpção desassombrada das coordenadas que definem a nossa posição internacionais há-de incutir nas nossas atitudes e comportamentos um recorte e uma personalidade próprios.

Haveremos de saber distinguir as solidariedades dos servilismos; as dependências dos enfeudamentos; as escolhas livres dos preitos de vassalagem; as afinidades dos clubismos.

Distinguiremos, também, o amor da paz das obrigações da segurança nacional e da defesa colectiva.

Distinguiremos, ainda, o respeito e a protecção dos direitos humanos, em que comungamos, das tentações de ingerência nos assuntos internos de outros estados, de que nos defenderemos.

Há-de ser com lucidez que procuraremos seguir uma política externa que seja flexível sem ser invertebrada, oportunista e eficaz sem ser oportunista e interesseira, diversificada sem ser prolixia, activa e actuante sem impertinência nem ambição excessiva.

Para lá dos aspectos objectivamente programáticos que figuram no texto do Governo, assim terá ficado mais nitidamente perfilado, perante essa Assembleia, o estilo de conduta internacional que entendemos de adoptar como directriz das nossas actuações correntes — as quais constituem, como se comprehende, um quotidiano diplomático insusceptível de ser apri-  
sionado numa qualquer seriação de medidas.

Não nos determina outra atitude a posição singular a que nos conduziram, no mundo de hoje, oito séculos de história nascidos no ocidente da Europa, mas para todo o mundo arduamente vividos, por um povo que, ele, muito bem sabe distinguir a modéstia e a humildade, da mediocridade e da servidão.

**O Sr. Presidente:** — Tem a palavra o Sr. Deputado João Lima, para pedidos de esclarecimento.

**O Sr. João Lima (PS):** — Ouvi com a maior atenção a exposição do Sr. Ministro dos Negócios Estrangeiros, que revela uma solenidade pouco invulgar no modo expositivo do que seja uma política externa ou de uma política de emigração de um país que se chama Portugal e que — perdoe-me V. Ex.<sup>a</sup> a franqueza — tem um ar mais televisivo do que expositivo ou efectivamente digno desta Assembleia.

A solenidade é, efectivamente, um tom que convém aos grandes temas, mas julgo não poder, de modo algum, escamotear toda uma realidade que tem de ser exposta directamente a uma Câmara a quem se pede a aprovação de um programa de política externa.

V. Ex.<sup>a</sup>, Sr. Ministro dos Negócios Estrangeiros, falou como um independente de um Governo independente, sem ter em atenção os condicionamentos que sempre se verificam na formulação e na execução de uma política externa. E assim surge a primeira pergunta: como pensa V. Ex.<sup>a</sup> que um Governo de independentes, não ligados a sectores de opinião bem definidos, que se repercutem não só na opinião pública portuguesa, mas também na opinião pública internacional, pode ser um interlocutor válido para grupos de países, nomeadamente da Europa, permitindo uma aproximação directa, efectiva, rápida, de Portugal dessa mesma Europa? Pensa V. Ex.<sup>a</sup> que pode haver uma política de relações externas diversificadas sem que, do ponto de vista político, se diga qual a hierarquia das várias diversificações, o que é que vai manifestar a verdadeira opção política do Governo em matéria de política externa?

Como justifica V. Ex.<sup>a</sup> que o primado económico, num plano global de política externa, possa resultar-se na sua base não houver uma filosofia política de aproximação dos Estados que permita resultados concretos?

Por que diz V. Ex.<sup>a</sup> que neste momento e neste programa há uma abertura às relações de cooperação com os países de expressão portuguesa se é certo que, em nosso entender, a base determinante para que essa aproximação Estado a Estado se fizesse ficou precludida pela independência do próprio Governo, que se apresenta a si próprio pela independência dos seus próprios membros e que não tem qualquer articulação, num plano global de política externa, que ultrapassa o nosso País, a Europa, o Atlântico ou a África?

Na sua exposição tão solene, por que não se referiu V. Ex.<sup>a</sup> ao dever nacional de negociação com a República Popular da China, à abertura de relações essenciais aos interesses nacionais, que têm sido objecto de oposição por grupos que, efectivamente, não têm em conta os interesses nacionais?

Em suma, Sr. Ministro dos Negócios Estrangeiros, pergunto-lhe qual é a política de emigração do seu Governo, quais são as medidas concretas que se preconizam e se vão executar perante os emigrantes portugueses, para além das considerações filosóficas da diáspora portuguesa.

Pergunto-lhe ainda mais duas ou três coisas que são de grande urgência para o Executivo e para a Assembleia. Qual a posição do Governo Português face à projectada conferência dos grupos de emigração nos quadros do Conselho da Europa? Qual a posição do Governo Português face às novas propostas de política de emigração do Governo Francês, nomeadamente no domínio do ensino e da cooperação económica através do elemento mão-de-obra?

Qual a posição do Governo Português nas negociações com o Mercado Comum, no sentido da defesa e da obtenção dos direitos comunitários e dos direitos de livre circulação para os trabalhadores estacionados na Europa?

Enfim, Sr. Ministro, qual o critério que V. Ex.<sup>a</sup> adoptou para escolha do actual Secretário de Estado da Emigração? Esse critério é pela sua competência em matéria de emigração? É o conhecimento dos seus problemas? É o desejo de dinâmica na resolução dos mesmos?

**O Sr. Presidente:** — Sr. Ministro, deseja responder já ou no final de todos os pedidos de esclarecimento?

**O Sr. Ministro dos Negócios Estrangeiros:** — Prefiro responder já, Sr. Presidente.

**O Sr. Presidente:** — Então tenha a bondade, Sr. Ministro.

**O Sr. Ministro dos Negócios Estrangeiros:** — Sr. Presidente, Srs. Deputados:

É uma longa matéria de questões. Não garanto que vá abordá-las a todas; no entanto, tentarei responder o mais possível.

A primeira questão é manifestamente de forma. Parece ter saído demasiadamente solene a minha enunciado. Todavia, não estou de acordo em que temas como o da emigração, como frisou o Sr. Deputado João Lima, não sejam, no contexto actual deste país, tão solenes. São temas extremamente sérios e com isto não estou a querer desculpar-me ou a justificar-me num tom porventura despropositado, mas o que penso é que não é com certeza a solenidade que falta ao tema em si, mas a razão da sua crítica.

Quanto à pergunta sobre as dificuldades de relacionamento externo que este Governo poderá confrontar pelo facto de não ser um Governo de base partidária — não é aqui a primeira vez que lhe é feita —, não está, realmente, o Governo preocupado em excesso com isso. É natural que não disponha da mesma margem de manobra e de acesso de que disporia se fosse um Governo de base partidária, mas tem a justificada esperança de que, se for de legiti-

mação o resultado das deliberações desta Assembleia sobre o programa, não me há-de faltar o apoio dos partidos políticos sobre os contactos que deva estabelecer a bem do povo deste país. Não contamos senão com essa atitude patriótica para nos diminuir algumas das dificuldades que aponta.

Quanto à questão da diversificação, o Sr. Deputado pergunta qual a opção ou os critérios políticos a que obedece? Pois eu remeto o Sr. Deputado João Lima para a Constituição da República, que dá efectivamente a qualquer Governo legitimamente constituído neste país a mais lata liberdade de diversificar as suas relações externas. Apontei todavia, e suponho ter sido claro, um critério de selectividade nessas escolhas, até porque a diversificação está em boa parte iniciada, mas é evidente que não está completa. Quanto ao critério para gerir a diversificação já feita e eventualmente para a estender, acho que fui claro sobre ele: será um critério pragmático que atenderá aos interesses e às vantagens que mais imediatamente e com mais elevada probabilidade das diversas diversificações e do aprofundamento delas possam advir para este país.

Uma outra questão é a da abertura a África. Sr. Deputado João Lima, tenho escassos dias de Governo semilegítimo e não é, evidentemente, o resultado da minha experiência como Ministro dos Negócios Estrangeiros que me permite dizer que há abertura em África. Mas é, isso sim, o resultado da minha experiência profissional anterior. Tive ocasião de formar a esse respeito a minha opinião pessoal e como cidadão deste país e julgo poder retirar daí um capital de confiança para enetar uma acção neste sentido, que é uma opção do III Governo Constitucional e não apenas do Ministério que vou dirigir.

Quanto ao dever adicional de estabelecimento de relações com a China, os Srs. Deputados terão reparado que, por uma questão de escolha de método de exposição, tanto no programa como na minha exposição de hoje não há alusões a países individualmente considerados, com excepção, se bem me lembro, do Brasil, por boas e sólidas razões.

O estabelecimento de relações com a China é uma diligência que está em marcha, que cabe perfeitamente no quadro de possibilidades de diversificação que a Constituição nos abre e que tem, no caso português, com o estatuto muito peculiar de Macau, uma razão objectiva próxima, que levará seguramente o III Governo Constitucional a não desaproveitar, pelo contrário a estudar com o maior cuidado a situação actual do problema. Devo dizer, todavia, que já houve diligências posteriormente à entrada em semifunções do III Governo Constitucional.

Quanto à política de emigração do Governo, fez a este respeito o Sr. Deputado João Lima algumas perguntas muito concretas. Não vou poder responder-lhe a todas com toda a concretização.

Perguntou o Sr. Deputado se há iniciativas do Conselho da Europa relativamente à emigração. Com certeza que há. Serão acompanhadas e nelas participaremos. Quanto às propostas formuladas pelo Governo Francês, é um *dossier* que ainda não conheço. As negociações com o Mercado Comum relativamente aos interesses dos trabalhadores emigrados, e nomeadamente à protecção dos seus direitos de livre circulação, como tudo aquilo que interessa às comu-

nidades europeias, será também, como é evidente, objecto da maior atenção por parte do Governo.

Quanto aos critérios de escolha dos Secretários de Estado, penso que, como não é manifestamente matéria do programa, peço desculpa de não responder.

**O Sr. Presidente:** — Tem agora a palavra o Sr. Deputado Rodolfo Crespo, para pedidos de esclarecimento.

**O Sr. Rodolfo Crespo (PS):** — Sr. Ministro dos Negócios Estrangeiros: O Sr. Ministro disse que se encontra aqui em missão de serviço e eu devo acrescentar que tem da sua missão de serviço nos Negócios Estrangeiros uma compreensão bastante mercantil e pouco política.

Na realidade, o Sr. Ministro, ao falar, por exemplo, da Europa do Mercado Comum, não falou dos países democráticos, mas sim dos países da Europa mais rica. Este primado do económico que o Sr. Ministro dá às relações externas de Portugal não será, de certo modo, um entrave à inserção de Portugal nessa Europa do Mercado Comum, onde o que prima é precisamente o projecto político comum de países que querem viver em democracia, e em democracia pluralista?

O Sr. Ministro disse que haveria um prosseguimento das nossas relações internacionais no sentido da diversificação. Mas mais adiante especificou: disse que essa diversificação seria selectiva. Eu gostaria que o Sr. Ministro precisasse a selecção que vai fazer nessa diversificação.

Falou também o Sr. Ministro de afinidades e clubismos e eu gostaria que precisasse o que comprehende por afinidades e clubismos. Se se trata, por exemplo, de certas organizações internacionais, quais são elas?

Gostaria ainda de lhe perguntar, no que respeita à política de relação com os países africanos de expressão portuguesa, em que quadro é que pensa praticar essa política? Porque é evidente que há correlação entre as diversas políticas de Portugal e que os países africanos, assim como o Brasil, estão extremamente interessados em que essa política se passe também no quadro do Mercado Comum e de uma aproximação com a Europa. Ora dá a impressão que o Sr. Ministro, no seu programa e na sua exposição, fez destas relações única e exclusivamente relações bilaterais. Gostaria que precisasse o sentido da política que vai praticar.

Gostaria ainda de lhe fazer uma quantas perguntas concretas: perguntar-lhe, por exemplo, qual a política do Governo em relação ao problema de Timor, pois penso que é extremamente importante e que é uma lacuna importante do programa do Governo.

Gostaria também de lhe perguntar qual a posição do Governo face aos resultados das duas últimas conferências de Belgrado.

Gostaria ainda de lhe perguntar, qual a posição do Governo no que respeita concretamente à cooperação militar, económica e outras com a NATO e o que significa no Programa do Governo o destaque dado às relações com os chamados países de Leste, classificando-os como um dos aspectos mais significativos da diversificação introduzida nos contactos externos do País.

Gostaria de lhe perguntar ainda, e em último lugar, qual a estrutura, e o seu respectivo posiciona-

mento no leque, dos departamentos do Estado nas negociações a adoptar com a CEE.

**O Sr. Presidente:** — Tem a palavra o Sr. Ministro dos Negócios Estrangeiros para responder, se assim o entender.

**O Sr. Ministro dos Negócios Estrangeiros:** — Embora talvez todas as perguntas do Sr. Deputado sejam extremamente interessantes e facultando esclarecimentos úteis, eu preferirei deixar algumas para esclarecimentos posteriores.

Devo dizer que aceito a legitimidade da crítica que o Sr. Deputado faz à visão um tanto mercantil e não política que se pode detectar em algumas passagens do Programa do Governo e eventualmente na minha comunicação de hoje. Para isso há uma justificação. Isso não traduz, de forma nenhuma, uma concepção do III Governo quanto à política externa, mas traduz, sim, em todo o caso, uma prioridade. Porque pode o Sr. Deputado Rodolfo Crespo ter razão ao acusar de demasiadamente mercantil em detrimento do político algumas formas de redacção usadas? A razão é esta: as opções políticas deste país estão feitas; o III Governo Constitucional afirma, nomeadamente no Programa, que não entende haver ái modificações de fundo a introduzir. A realidade e a proeminência dos nossos problemas económicos actuais justifica que, dentro do quadro político que está definido para as nossas relações externas e dentro das opções que esse quadro político já determinou, e não alteraremos, a parte económica comercial será objecto de uma atenção redobrada.

Quanto à diversificação selectiva, pergunta o Sr. Deputado o que é que isto significa. Muito simplesmente que aquilo que se faça quanto à adicional extensão da diversificação das relações externas portuguesas há-de ser selectivamente escolhido em função do seu interesse pragmático para este país. Posso dar-lhe um exemplo, que aliás está no Programa: além da questão da República Popular da China, que já foi aforada e relativamente à qual já me terei explicado, o programa alude claramente ao facto de Portugal ainda não ter estabelecido relações com o mais influente dos países árabes do Médio Oriente — leia-se «Arábia Saudita» —, o que me parece, evidentemente, uma extensão e uma diversificação adicional que passa por qualquer selecção.

Quanto a afinidades e clubismos, creio que o Sr. Deputado se terá assustado demasiadamente com o que se continha nesta distinção. Não há organizações em causa. O que quis dizer e reafirmo é que, pelo facto de, por múltiplas razões e de diversas naturezas, continuarmos a sentir e deparar e a actuar em conformidade com este sentimento e esta declaração, afinidades extremamente significativas com determinados blocos de países, nomeadamente os países ditos ocidentais, isso não há-de conduzir-nos a nenhum sentimento de incondicional solidariedade em todas as situações, sentimento que eu pretendi qualificar com a possível palavra clubismo.

O Sr. Deputado Rodolfo Crespo pergunta: África em que quadro? Só no bilateral ou também no quadro das associações multilaterais, nomeadamente dos contactos entre os países africanos e as comunidades europeias? A resposta é: com certeza tanto no âmbito bilateral como no multilateral. É evidente a

possibilidade que Portugal tem, sobretudo no plano político, de desempenhar um papel extremamente importante de aproximação entre as comunidades europeias e os países que as compõem e as nações africanas, em especial as de expressão portuguesa. Acho este um dos aspectos mais interessantes do que pode ser a nossa actuação. Aqui, sim, o traço violento que podemos significar é uma possibilidade real e, quanto a mim, é extremamente interessante.

Quanto a políticas concretas, aceito a sua referência a Timor. É eventualmente uma lacuna no Programa, que estamos a tempo de colmatar. Aliás era bom que, depois da apreciação que está a ser feita, resultassem mais subsídios e contribuições deste tipo, portanto construtivas.

Quanto à nossa colaboração com a NATO, Sr. Deputado Rodolfo Crespo, julgo difícil ter sido mais claro. Nós dispomos-nos a cumprir todas as obrigações que livremente aceitámos e que resultam da nossa participação na Aliança Atlântica.

Quanto ao porquê do destaque dado no Programa aos países de Leste, sem dúvida que é o estabelecimento dessas relações qualificado como dos mais significativos aspectos da diversificação possível. Eu devo dizer-lhe, Sr. Deputado, que é perfeitamente evidente, pois antes de Abril de 1974 não era possível estabelecer-se relações com os países de regime socialista e depois passou a sê-lo.

Quanto ao posicionamento da comissão negociadora na nossa integração nas Comunidades Económicas Europeias, devo dizer-lhe que está ainda em estudo no seio do Governo. Não está ainda decidido, afinal, qual a forma que vai ser adoptada. Portanto, responderei, ou eu ou algum dos meus colegas ou então o Sr. Primeiro-Ministro, numa outra altura.

**O Sr. Presidente:** — Tem agora a palavra a Sr.<sup>a</sup> Deputada Maria Emilia de Melo, igualmente para pedidos de esclarecimento.

**A Sr.<sup>a</sup> Maria Emilia de Melo (PS):** — Muito rapidamente, Sr. Ministro, queria apenas formular-lhe uma pergunta.

Gostaria que o Sr. Ministro me informasse qual vai ser a política seguida por este III Governo no que diz respeito aos problemas da África do Sul, da Rodesia e o que é que o Sr. Ministro pensa sobre a actuação dos chamados «países da linha da frente» — e estou certa de que se se esqueceu de falar, como é óbvio, na Namíbia, foi por lapso. Era só isto que queria perguntar.

**O Sr. Presidente:** — Tem a palavra o Sr. Ministro para responder.

**O Sr. Ministro dos Negócios Estrangeiros:** — Sr.<sup>a</sup> Deputada, a Constituição da República é muito clara quanto à atitude deste país relativamente a regimes que se baseiam no racismo. Naturalmente que a posição do III Governo Constitucional não ignorará nem esse nem nenhum dos outros imperativos constitucionais.

Quanto à consideração do significado da expressão «países da linha da frente» em África, usaremos de toda a ponderação necessária para que através disto não se prejudiquem as nossas próprias relações com esses países nem a possibilidade, que já está a ser

um facto, de que os países de expressão portuguesa em África se abram ao estabelecimento de relações mais cordiais do que até agora, num futuro próximo. Só poderemos ter em conta, neste fenómeno que agrupa determinados países neste conjunto a que se chama «países da linha da frente», uma ponderação necessária para não prejudicar objectivos de ordem superior.

**O Sr. Presidente:** — Tem a palavra o Sr. Deputado Coelho de Sousa.

**O Sr. Coelho de Sousa (PSD):** — Sr. Ministro, uma única e curta pergunta: Qual o seu pensamento quanto aos chamados embaixadores políticos que o I Governo Constitucional teve o cuidado de distribuir pelas mais importantes capitais mundiais?

**O Sr. Presidente:** — Tem a palavra o Sr. Ministro para responder.

**O Sr. Ministro dos Negócios Estrangeiros:** — Agradeço a pergunta, pois suscita um esclarecimento com certeza útil, e de novo invoco o pragmatismo, Sr. Deputado. Julgo inteiramente justificado o exame, caso a caso, das situações existentes nas nossas representações no exterior, quer elas estejam preenchidas por embaixadores políticos, quer não. Haverei de fazer, como puder, com a maior isenção que consiga, uma reunião sobre a propriedade com que estão preenchidas as nossas posições de representação externa. Como princípio geral, di-lo-ei de novo aqui nesta Câmara, julgo que um certo primado de político que a alteração da realidade política interna portuguesa em 1974 com certeza justificou estará em progressivo attenuamento. Hoje o que necessitamos é progressivamente mais — estas coisas não se modificam por saltos bruscos — de profissionais de qualidade indiscutível do que de outra coisa. Dentro deste princípio director, não abdicarei, em todo o caso, de um julgamento casuístico.

**O Sr. Presidente:** — Tem a palavra o Sr. Deputado Azevedo Coutinho para fazer pedidos de esclarecimento.

**O Sr. Azevedo Coutinho (CDS):** — Sr. Ministro, começaria por perguntar-lhe se, quando qualificou a Europa da CEE como a Europa dos ricos, tem uma outra conceção da Europa, da democracia, isto é, se pensa que a Europa deve ser a Europa do Atlântico aos Urais e, neste caso, qual o modelo de sociedade que defende. Dentro desta pergunta insere-se a pergunta sobre o que pensa o Governo fazer quanto a apoiar ou não os dissidentes soviéticos na sua luta pelos direitos do Homem.

**Vozes do PSD:** — Muito bem!

**Protestos do PCP.**

**O Orador:** — Em segundo lugar, gostaria de lhe perguntar quais as orientações concretas que o seu Ministério pensa adoptar para as negociações com a CEE e qual a participação parlamentar que entende dever existir neste processo.

O Sr. Ministro falou também nas relações mais determinadas com os novos povos de expressão portuguesa e referiu contenciosos existentes. Em concreto,

queria perguntar-lhe que orientação pensa dar ao contencioso existente neste momento com Moçambique.

Quando o Sr. Ministro refere que dá o primado ao económico, gostaria de lhe perguntar se as nossas relações com os países africanos devem subordinar-se ao primado económico ou se não devem ter outras características.

Em relação à República Popular da China, o Sr. Ministro já informou que continuam as negociações, com o que me congratulo, mas invocou como motivo praticamente exclusivo do interesse para Portugal o facto da existência de Macau. Pergunto se é este o motivo essencial, na opinião do Sr. Ministro, para estabelecer as relações com a China ou se, pelo contrário, o estabelecimento de relações se deve inserir numa estratégia global.

Finalmente, sobre o problema de Timor, o Sr. Ministro afirmou ser uma lacuna do Programa. Queria perguntar-lhe se é uma lacuna do Programa ou do Sr. Ministro.

**O Sr. Presidente:** — Tem a palavra o Sr. Ministro para responder.

**O Sr. Ministro dos Negócios Estrangeiros:** — Em primeiro lugar, quero agradecer ao Sr. Deputado ter-me recordado que me referi às nações mais ricas da Europa, pois tinha deixado esse ponto em aberto há pouco. Por que é que o disse assim na minha intervenção de hoje? Porque a questão estava introduzida muito em ligação com as negociações com a CEE e não há dúvida de que a nossa aproximação à CEE necessita não só de negociações privadas, como de uma eficaz resposta das estruturas portuguesas. É no contexto em que fiz esta alusão que deve ser entendido este qualificativo. Suponho, Sr. Deputado, que, lido com atenção o Programa, e até mesmo ouvidas as minhas palavras, hoje não pode haver qualquer suspeita de sentido depreciativo na expressão, nem sequer de residir apenas nas realidades económicas a razão da nossa solidariedade europeia. Peço-lhe o favor de reler com atenção, porque o Programa é muito claro a esse respeito.

Quanto aos dissidentes soviéticos, permita-me, Sr. Deputado, que lhe torne a ler algo que já ouviu: «Distinguiremos ainda o respeito e a protecção dos direitos humanos, em que comungamos, das tentações de ingerência nos assuntos internos de outros Estados, de que nos defenderemos.»

Quanto à orientação das negociações com a CEE, o Sr. Deputado sabe que a mesma não é da responsabilidade específica do Ministério dos Negócios Estrangeiros. Portanto, com vantagem, deixarei o esclarecimento desta sua pergunta para o meu colega das Finanças e do Plano.

Relativamente aos contenciosos com os países africanos, eles existem, são de diversa natureza, não só económicos, havendo interesses humanos, interesses de cidadãos portugueses a proteger. Tudo isso estava presente no meu espírito quando afirmei, e procurarei cumprir, que nada deixará de ser feito, no que estiver na nossa mão, para proteger esses interesses. O que referi, isso sim, é que não julgo adequado à grandeza do que está em causa estar a pôr a solução destes contenciosos como condição prévia. Não-de ser diligências a levar a cabo com muita determinação, segurança e convicção, concomitantemente com o resto.

Acerca do primado do económico com África, que referiu, julgo que, instrumentalmente, será no plano da colaboração económica que se há-de progressivamente estabelecer uma base de confiança que permita dar toda a latitude, e acredite o Sr. Deputado que não me preocupo eu menos que o Sr. Deputado com as outras dimensões do nosso convívio possível com as nações africanas para além da dimensão económica, mas julgo o económico um bom ponto de partida, um bom teste.

O Sr. Deputado refere-se também a Macau e à China. Direi apenas que Macau é suficiente, e não quero dizer, evidentemente, que seja exclusivo.

Timor é uma lacuna de que eu assumo a responsabilidade.

**O Sr. Presidente:** — Tem a palavra o Sr. Deputado Sousa Franco para uma intervenção.

**O Sr. Sousa Franco (PSD):** — Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Primeiro-Ministro e Srs. Membros do Governo: Ao iniciar este debate por mandato da bancada social-democrata, começarei por reflectir serenamente sobre o que é nele mais importante, o significado e alcance nacional de que se reveste, para depois tratar, do que, não obstante, importa menos, o Governo e o seu Programa.

Vivemos, todos o sabem e todos o vivemos, um momento agudo da crise nacional que prolongadas e sucessivas crises do Governo vão, só por si, agravando. O que aqui se passa, diz respeito não apenas aos que aqui estão, mas a todo o povo português. A nossa responsabilidade, pelo mandato popular que não podemos traír, é ir ao fundo do problema denunciando tudo aquilo que sejam malabarismos e falsas soluções.

**Vozes do PSD e do PS:** — Muito bem!

**O Orador:** — Três princípios temos por indiscutíveis na busca de saídas autênticas para resolver a grave situação nacional. A crise só pode ser vencida pelas instituições democráticas e mediante a defesa e progressivo aprofundamento da democracia real.

**Vozes do PSD:** — Muito bem!

**O Orador:** — A democracia não pode ser meramente formal. Não pode deixar de corresponder à vontade real do povo. Não pode consistir no afastamento cada vez maior entre eleitos e eleitores. Se assim acontecer, ela deixaria de ser o que é: o único regime compatível com a nossa natureza de povo europeu, a nossa história e a nossa cultura. Ela deixaria de poder confirmar que no seu âmbito existem, existirão sempre, alternativas para vencer a crise que fora dela se agravaría, agravando mais a situação que vivemos.

A crise, em segundo lugar, só será ultrapassada se for possível iniciar um sólido caminho de recuperação da nossa economia, que ainda está por começar apesar dos passos dados. Por esse caminho passa hoje a salvação nacional e a construção do Portugal democrático.

**O Sr. Bento Gonçalves (PSD):** — Muito bem!

**O Orador:** — E a crise, em si, só será vencida se o povo português, na sua totalidade, vencer a descrença e o desânimo, empenhando-se decididamente

na realização de um projecto nacional a longo prazo claro, mobilizador e orientado para o progresso e o desenvolvimento, o qual há-de ser executado por um bloco social e político maioritário e estável. São estas três opções que, além da independência nacional, para nós se não discutem: o regime democrático, a prioridade da recuperação económica, a necessidade de um projecto nacional de desenvolvimento.

Tudo o mais pode e deve ser debatido entre nós com total franqueza.

Impõe-se-nos a nós, representantes legítimos do povo que aqui estamos, uma reflexão séria e profunda sobre a presente situação de Portugal.

É desde logo preocupante o facto de as instituições democráticas se terem estabilizado politicamente, mas nunca se haverem dotado de real capacidade social, económica, psicológica e cultural para vencer a crise nacional e empenhar o povo nas tarefas da reconstrução. É caso para reflectirmos sobre os motivos profundos do desentendimento partidário que levaram o Presidente da República, depois de convite público a outras soluções, a optar por uma forma de governo que em democracia é anormal: um Executivo formado à margem dos partidos.

Que responsabilidade moral assumimos todos nós por termos agora mais um Governo transitório e de passagem, quando Portugal precisa, e os Portugueses exigem, governos estáveis capazes de lançar, com horizonte largo e amplo apoio social, as acções eficazes, profundas e imperativas que hão-de vencer a crise?

É caso para reflectirmos sobre as últimas experiências do Governo, todas elas falhadas e imperfeitas: primeiro um Governo minoritário; depois um Governo maioritário mas instável e incoerente como se viu em menos de seis meses.

**O Sr. Bento Gonçalves (PSD):** — Muito bem!

**O Orador:** — Nova experiência é agora esta: a de um Governo que, menos do que minoritário, surge logo para não ser estável, pois à nascença tem de prever a sua própria morte; a de um Governo que carece de coerência, cobrindo porventura, quase toda a gama das opções políticas possíveis em Portugal; a de um Governo que nasce à margem dos partidos através dos quais em democracia se deve governar.

A quem cabe então a responsabilidade por ainda agora não ser viável um Governo normal, um Governo maioritário, estável e coerente capaz de mobilizar a esmagadora maioria dos portugueses e democratas para o reforço, cada vez mais urgente, da salvação nacional?

É caso ainda para reflectirmos sobre o desinteresse do povo pela política bem expresso no abstencionismo crescente, pois ela não tem sido muitas vezes uma forma eficaz e competente de resolução dos seus problemas concretos cada vez mais agravados mas antes um conjunto de manobras de promoção pessoal ou partidário, de meras palavras ocas cada vez mais divorciadas da vida real dos portugueses.

**Vozes do PSD:** — Muito bem!

**O Orador:** — Daí que renasça hoje uma demagogia direitista contra a democracia e os partidos, aproveitando alguns erros destes e muitas más inten-

cões, explora o desespero sem apresentar soluções nem projectos.

Daí que o nosso povo tenha hoje, não podemos ignorá-lo, muitas das suas esperanças postas neste Governo, sem curar que da sua composição se arredaram critérios da legitimidade partidária e, portanto, democráticos, esquecendo que à partida ele nasce limitado no tempo e sem apoio político real e ignorando até que ele não tem um projecto político claro nem revela condições de fundo para vencer a crise.

Daí que hoje a responsabilidade dos partidos não seja a de derrubar Governos sem terem alternativas, a de criarem vazios de Poder, fazendo cada vez mais correr o risco ao regime democrático e à satisfação das necessidades dos Portugueses e muito menos a de criarem absurdos, porque absurdo seria se um Governo que tem contra si expressamente uma maioria parlamentar conseguisse, apesar de tudo, passar nesta Assembleia.

A responsabilidade que impende sobre todos nós, responsáveis políticos, é, pois, neste momento, histórica, moral e também política.

**O Sr. Bento Gonçalves (PSD): — Muito bem!**

**O Orador:** — Sejamos capazes de nos criticarmos, de indagar por que preferem tantos portugueses um Governo sem políticos, esperando dele uma eficácia, uma competência, uma acalmia que até hoje nos têm faltado.

Ousemos pensar até ao fundo por que apoiam tantos portugueses um Governo sem projecto político claro e sem composição claramente democrática, sem duração garantida e por isso mesmo incapaz de vencer a crise. Os culpados da formação deste Governo não são os seus membros, são sobretudo os que forçaram a sua constituição ...

**Vozes do PSD: — Muito bem!**

**O Orador:** — ... e que agora mais profundamente a criticam.

Um país não pode permanecer sem Governo tempo sem fim. O vazio de Poder só ajuda quem não apostava na democracia.

**Vozes do PSD: — Muito bem!**

**O Orador:** — A alternativa de que precisamos não é feita de negações apaixonadas, das teimosias egoísticas de cada partido, em suas propostas fechadas, nem de palavras inflamadas de contestação. Deve consistir em afirmações claras e construtivas, em projectos de renovação, em actos positivos e poucas palavras, em real entendimento e negociação séria. Entretanto, alguém terá, com neutralidade mas com eficácia, que ir lutando contra a degradação económica, a desconfiança psicológica, a paralisia e o partidarismo da Administração Pública. É só isso, mas tudo isso, que, como partido da oposição, exigimos deste Governo, com vigor e clareza.

**Vozes do PSD: — Muito bem!**

**O Orador:** — Histórica é, pois, a responsabilidade que todos assumimos neste debate. O povo está can-

sado de palavras, perante a grave doença que atinge a Pátria, está desesperado com o agravamento constante das suas condições de vida, exige que os responsáveis partidários — e todos aqui de alguma maneira o somos — ponham os interesses nacionais acima dos interesses pessoais ou de grupo.

**Vozes do PSD: — Muito bem!**

**O Orador:** — Os sociais-democratas preocupam-se-ão, sobretudo, com a discussão dos problemas de fundo que preocupam o povo português e comprometem o futuro das gerações mais novas, desprezando ou pondo de lado questões jurídicas e formais que não passam ou quase não passam de entretenimentos conceituais e alienações meramente políticas.

**Vozes do PSD: — Muito bem!**

**O Orador:** — Não faremos deste debate uma campanha parlamentar contra o Presidente da República, que enfraqueceria os dois pilares fundamentais do nosso sistema democrático: o Presidente da República e a Assembleia.

**Vozes do PSD: — Muito bem!**

**O Orador:** — Nem nos lançaremos em campanhas corporativas de políticos do Parlamento contra técnicos do Governo. A experiência demonstrará que se não pode governar bem em democracia sem legitimização democrática plena, sem projecto político, e que portanto este Governo não tem, tal como está, condições para resolver os problemas de fundo do País. Mas demonstrará também que ai de nós se não percebermos que os verdadeiros políticos e estadistas são os que sabem governar e não os que só sabem fazer discursos ...

**Aplausos do PSD.**

... e que a democracia autêntica obriga a seleccionar os melhores para a governação e a construção do Estado e não para a manobra das máquinas partidárias.

**Vozes do PSD: — Muito bem!**

**O Orador:** — A tecnocracia, de que temos porventura um exemplo, é um desvio à pureza democrática, mas não é pior desvio do que o eleitoralismo, o clientelismo e o manobrismo em que tantos tanto se têm comprazido tempo de mais.

**Vozes do PSD: — Muito bem!**

**O Sr. Salgado Zenha (PS): — O PSD.**

**O Orador:** — Não atacaremos os outros partidos e com eles estamos dispostos a dialogar, mas é certo que, perante o povo, todos haveremos de assumir a quota-parte da responsabilidade que nos cabe pela situação a que se chegou e pelas acções ou omissões que contribuíram para ela e preparam (ou não) a sua superação.

**Vozes do PSD: — Muito bem!**

**O Orador:** — Neste quadro é evidente que o que importa discutir é este Governo e o seu Programa.

A natureza e composição do Governo são pressuposto da análise do seu programa de acção. Sem prejuízo das posições que iremos tomando ao longo deste debate, direi desde já que este Governo aparece como um mal menor na impossibilidade de resposta afirmativa dos partidos ao Presidente da República capaz de gerar uma coligação maioritária de partidos. Ele é e os que o formam decerto disso têm consciência — em si um mal. Embora não esteja em causa, caso passe, a sua legitimidade democrática, num regime democrático os Governos devem ser competentes, mas devem ser também politicamente capazes. Ora a ausência de apoio parlamentar, a falta de governantes eleitos entre os seus membros e o curto horizonte previsível da sua duração diminuem e anulam a capacidade política que o Governo deveria ter para responder, neste momento, aos graves problemas concretos e para tentar uma resposta de fundo à situação de um Portugal empobrecido e em busca da sua identidade nacional. Continuamos, pois, a ser um País adiado, com um projecto de Governo adiado.

Em alguns casos, por acréscimo, a composição deste órgão suscita-nos muitas dúvidas, quanto à adequação das equipas formadas aos objectivos de maior eficácia e de luta contra a paralisação da Administração Pública e, em outros, quanto à orientação política previsível que virá a ser desenvolvida. Mas, de qualquer forma, este Governo é ainda um mal menor, pois se apresenta aberto a alternativas que o levem a transcender-se, assegura uma resposta eficaz aos problemas difíceis dos meses que vêm, pretende-se evolutivo e compromete-se — de forma que deve aqui esclarecer melhor — a tomar iniciativas tendentes a um entendimento partidário sólido, estável e amplamente maioritário. A constituição deste Governo é desde já um sério aviso: tiremos dele as devidas consequências, evitemos que a situação se degrade mais ou evolua para pior, mas não fechemos os olhos nem tentemos iludir o povo sobre as suas causas, sobre o que neste momento se está verdadeiramente a passar em Portugal.

Neste momento a escolha que se nos depara é entre este Governo e hipóteses piores. Como partido de oposição que somos, é bom que o digamos, e quem nos contradisser apresente aqui perante o povo as soluções que tem e, apresentando-as, diga, afinal, porque tardou tanto em trazê-las.

**Vozes do PSD:** — Muito bem!

**O Orador:** — Uma análise do Programa do III Governo há-de responder a uma pergunta essencial: que tal é ele? Diga-se, desde logo, que o Programa tem muito mais de continuidade em relação aos anteriores do que renovação ou correcção. Ainda que isso possa justificar-se pela necessidade de continuar acções em curso, pelo carácter transitório deste Governo e pela falta de uma filosofia política clara que o inspire, daf resulta bom número de ambiguidades e contradições. É certo que surgem alguns desenvolvimentos ou correcções positivas em algumas áreas, como a da agricultura, a das áreas financeira, monetária e creditícia, e inovações em outras áreas, como é o caso da educação e cultura ou o dos seguros.

A leitura do Programa permite, todavia, detectar que, além de algumas características positivas (maior pragmatismo e realismo, melhoria num caso e correc-

ção noutras), ele confirma diversos atributos negativos. Uma primeira característica será a prolixidade e extensão, misturando sem critérios de prioridade questões essenciais e questões de mero pormenor.

Uma segunda característica será a ambição: um Governo que nasce para durar alguns meses — e, se depois se transformar, haverá de ser na prática outro Governo saído do casulo deste mas com um programa bem diferente — não pode apresentar aqui um Programa cuja execução, em termos optimistas, exigiria pelo menos uns quatro ou cinco anos. E, como não se indicam prioridades, fica-se com a impressão de que o Programa é uma ementa de restaurante, de onde o Governo escolherá, com critério que nos não explica, as medidas que quiser consoante o seu apetite de momento.

Uma terceira característica é a de uma certa indefinição: de um Governo de técnicos esperar-se-ia um Programa concreto, com medidas bem concretas, que indicasse ao menos para as providências prioritárias o quanto, o quando, o como das medidas previstas. Por exemplo, quais delas vão ser executadas até final deste ano. Ora, na verdade, este Programa não tem prioridades, nem calendários, nem listagens precisas.

Uma quarta característica é a falta de coordenação política, designadamente marcante em sectores onde se não encontra uma linha de rumo corrente e realista como, na análise sectorial, melhor demonstraremos.

Uma quinta característica, em si, é a do seguidismo e da conservação em relação aos Programas dos Governos anteriores. O centralismo estatista marcou a acção dos anteriores Governos e continua. Basta, como exemplo, que nada se diz sobre a posição do Governo acerca do reforço financeiro do poder local, mas anuncia-se a apresentação de uma proposta de lei sobre as finanças das regiões autónomas, que parece insuficiente para concretizar a autonomia regional e inaceitável por representar, como aí vem referido, um acto de centralismo.

**O Sr. Anatónio Vasconcelos (PSD):** — Muito bem!

**O Orador:** — O poder local, a regionalização, a descentralização, sem os quais não há democracia de base, continuam, pois, ausentes deste Programa. A criatividade cultural continua a estar distante da área respectiva. A democratização da economia e da vida social, pela participação e pela criação de um novo modelo económico e social que seja descentralizado, humanista e europeu, não despontam tão pouco neste Programa.

**Vozes do PSD:** — Muito bem!

**O Orador:** — Tem, é certo, para todos estes defeitos e algumas desculpas o Governo, dado que não assume qualquer espécie de projecto político. Tem também a desculpa de ser um Governo de gestão, mas aí, de duas uma: ou apresentava uma listagem muito reduzida de acções a desenvolver durante o período de gestão — e era um verdadeiro Governo de gestão — ou apresentava, como apresenta, um elenco de medidas a tomar durante um período de, pelo menos, uns quatro anos. E, afinal, não é um Governo de gestão, mas também não é um Governo de fundo, porque não tem nenhuma visão da política de médio prazo, que entende prosseguir, para este país.

Isto deve ficar dito com clareza, porque é um dos pontos fundamentais que a leitura do Programa do Governo obriga a reflectir e acerca dos quais exige do Governo uma explicação muito clara. Mas, disse eu, para a salvação da democracia, para vencer a crise, uma das prioridades é — para além da consolidação democrática — a da recuperação económica.

Vejamos as linhas políticas fundamentais do Programa económico-financeiro que não escapa à regra da continuidade relativamente aos anteriores. Nele se encontram, afinal, e se formos mais ao fundo, as mesmas medidas e metas dos velhos planos de fomento, confirmado que, por maior que seja a competência individual dos governantes, o que em muitos casos não está, evidentemente, em causa, a nossa economia continua a ser regida por uma conjunção dos restos dos velhos planos de fomento com uma profunda timidez perante os bloqueamentos criados pelo gonçalvismo e com a ambiguidade e indefinição dos anteriores Governos.

**Vozes do PSD:** — Muito bem!

**O Orador:** — Com isto não se faz, de facto, uma política económica.

A vitória sobre a crise económica é prioritária para quem queira a salvação nacional, a defesa da democracia, o bem-estar do povo português e a integração efectiva de Portugal na Europa, para quem queira, enfim, criar condições para modernizar, fazer progredir e descentralizar a sociedade portuguesa. Ela exige, pois, que vejamos quais são as linhas de fundo deste Programa e se, em algum momento, repito as críticas que fiz aos anteriores é porque tudo continua na mesma, ou pior. No estado português, actual, continuar tudo na mesma é ir cada vez para pior!

A situação de base que o Programa denuncia pode caracterizar-se por um aprofundamento da crise e pelo condicionamento estrito das políticas praticáveis pela crescente dependência da nossa economia, face aos nossos credores externos além dos compromissos assumidos perante o FMI, que o Governo diz pensar em renegociar, mas não explica como e teríamos interesse em sabê-lo.

O próprio Programa de Governo reconhece que a taxa prevista de inflação, de 20 % mencionada no último Plano, provavelmente não será atingida. Os preços sobem, embora um pouco menos do que no ano passado, e os rendimentos mínimos dos Portugueses continuam a não acompanhar tal subida, o que é agravado pela política de restrição global da procura. O desemprego continua com tendência para piorar, pois aumenta o número de pedidos de emprego por cada oferta. A taxa de cobertura das importações pelas exportações mantém-se na ordem dos 40 % e o deficit do comércio externo, no final do 1.º semestre deste ano, excede em 35 % os valores do ano passado. Dada a política restritiva adoptada, é de admitir — embora o Governo o não afirme — que a taxa de crescimento do produto seja inferior aos 3 % previstos no Plano para o ano em curso. Mas esta pergunta também aqui fica para que o Governo a confirme ou desminta. Se, sim ou não, a taxa de crescimento do rendimento nacional, este ano, vai ser, afinal, inferior à prevista no Plano. E, é

claro, para além disto tudo, o Estado continua a endividar-se a ritmo galopante, perante a Nação, e o povo português — no seu conjunto — endivida-se cada vez mais perante o estrangeiro.

É certo que alguns indicadores existem, que uma política de estabilização e austeridade foi, enfim, começada depois de por muito tempo a termos reclamado, e que — em certo sentido — alguns frutos essa política começou já a produzir. Mas chegará isto para dizer que a política económica e financeira, de continuidade, está no bom caminho? Naturalmente não. Apontarei, para o demonstrar, as principais linhas políticas de orientação. Os objectivos económico-financeiros prosseguidos por este Programa têm uma ordem de prioridades que, finalmente, no curto prazo pode considerar-se aceitável — embora continue a não se dar o devido relevo à luta contra o desemprego e à minoração das suas consequências, nem ao relançamento do investimento, dentro dos limites consentidos pelo restabelecimento do equilíbrio dos pagamentos com o exterior. Todavia, se o Governo tem — e em muitos aspectos com correcção — uma política para o dia-a-dia não existe no Programa nenhuma política para o ano que vem.

Os objectivos e as medidas de política económica e financeira, continuam a denunciar nenhuma escolha de fundo em matéria de desenvolvimento global. Temos dito, designadamente, que a austeridade só é justificável se for colocada ao serviço de um projecto de fundo de desenvolvimento. Ora neste Programa, como nos anteriores, continua a não haver tal projecto de desenvolvimento. Além disso, em matéria de política de austeridade, várias das críticas que temos feito continuam sem resposta neste Programa. O Sr. Primeiro-Ministro reconheceu, por exemplo, que estava havendo excesso de execução orçamental e o Programa revela dificuldades na contenção dos deficits programados na Lei do Orçamento para este ano. Por outro lado, continuam a ser excessivas as subvenções e subsídios atribuídos ao sector nacionalizado, que não pode viver indefinidamente à custa do agravamento injustificado e excessivo dos impostos que todos pagamos.

**Vozes do PSD:** — Muito bem!

**O Orador:** — No entanto, a austeridade continua a não ser global. Pesa mais sobre o sector privado do que sobre o sector público, e esta é uma opção que não aceitamos.

**Vozes do PSD:** — Muito bem!

**O Orador:** — A austeridade deve ser justa e no Programa aparecem — vaga e dispersamente — algumas medidas sociais que compensam os efeitos da queda dos rendimentos, em especial para os pensionistas, os desempregados, os trabalhadores que auferem o salário mínimo e as categorias sociais mais desfavorecidas. A maneira vaga como elas são enunciadas, no entanto, deixa-nos com muitas dúvidas de que realmente haja a intenção de introduzir mais justiça na austeridade necessária. Enfim, em matéria fiscal, os encargos da política de austeridade tão-pouco são repartidos justamente. E o que se diz no Programa não nos permite ter esperança nem de que a curto prazo vamos ultrapassar a situação de

caos fiscal e de pressão fiscal excessiva em que vivemos, nem de que se verifique uma justiça fiscal. Ao contrário, pagam mais os mais pobres e menos os que mais podem. É o caso de se anunciem novos aumentos do imposto de transacções, que não podem, de forma alguma, considerar-se justas nem positivas.

**Vozes do PSD:** — Muito bem!

**O Orador:** — Quanto ao equilíbrio da balança de pagamentos, é evidente que ninguém que defende a independência nacional poderá questionar a prioridade deste objectivo. Mas continuamos a não ver no Programa medidas directamente orientadas para o fomento activo da exportação. E continuamos a não ver nele a prioridade devida para a política de fomento da agricultura e das pescas, sem o qual não será possível reduzir decisivamente o *deficit* da balança de pagamentos a médio prazo.

**O Sr. Salgado Zenha (PS):** — Muito bem, muito bem!

**O Orador:** — A luta contra a inflação, essa apresenta uma política relativamente coerente, mas, no entanto, aquilo que faltava no Programa do Governo anterior continua a faltar neste. Não há uma política de preços, não há uma política de concertação e de rendimentos, e apenas começa a haver timidamente uma política de defesa dos rendimentos pela indexação ou pela conversão em moeda estrangeira, contra o dergaste causado pela inflação. Em resumo: avança-se, mas evança-se pouco, devagar, muito menos do que era necessário. Num país que tem a mais alta taxa de desemprego da Europa, este é um dos aspectos que temos considerado, também, de prioridade absoluta e daqueles que mais omissos se encontram no Programa do Governo.

Menciono apenas, como exemplo, que nada se diz sobre a viabilidade de realizar o objectivo, concretizado no Piano para este ano, de manutenção do já excessivo nível de desemprego que existe em Portugal.

Menciono a prioridade que se dá a investimentos com elevada intensidade de capital e com reduzida capacidade de criação de emprego, provindos — muitos deles — de empreendimentos de luxo ou de autênticas obras de Santa Engrácia dos velhos planos de fomento, mas que nada têm que ver com as necessidades actuais da política económica portuguesa.

No que se refere aos principais objectivos de criação de emprego, de defesa dos rendimentos dos Portugueses contra a inflação, de manutenção de independência nacional, pelo equilíbrio dos pagamentos externos, este Programa tem melhorias de pormenor, mas, no conjunto, denuncia a mesma política dos anteriores. Ou seja, quanto a melhorias de fundo, continuamos à espera, continuamos adiados. E no que se refere a outro dos problemas fundamentais de recuperação económica portuguesa — o do sector público português —, o Programa menciona efectivamente a intenção de racionalizar o sector público, evitando pô-lo em risco. E essa intenção é, com certeza positiva se se combater a tendência para o transformar num utópico motor de expansão, que não pode

ser, e para que ele continue a ser o travão ao desenvolvimento que efectivamente tem sido.

**Vozes do PSD:** — Muito bem!

**O Orador:** — Não é possível, no entanto, com algumas das medidas previstas, relativamente ao sector público, racionalizá-lo, fazendo que ele deixe de ser um peso insuportável para a actual economia portuguesa.

**O Sr. Rúben Raposo (PSD):** — Muito bem!

**O Orador:** — Assim, por exemplo, como é possível controlar os *deficits* da segurança social com a previsão desconcentração da gestão dos respectivos fundos? Mencione-se, por outro lado, o princípio da igualdade de condições entre o sector público e o privado, sujeitando ambos à disciplina de concorrência. Mas aí não se tiram consequências concretas. Por exemplo, no domínio fiscal os concursos públicos, fornecimentos e empreitadas, do acesso ao crédito, dos subsídios e do regime de preços.

**Vozes do PSD:** — Muito bem!

**O Orador:** — Por outro lado, quanto ao sector público, não se diz nada de claro que permita ficar com a ideia de que um Governo de gestores vai, enfim, racionalizar a sua gestão. Manter-se-á, como até aqui, a complexa teia de dependências burocráticas das empresas públicas? Manter-se-á, como até aqui, o critério de gestão do IPE e da banca quanto às participações do Estado? Se não, quais são as alternativas?

**O Sr. Ângelo Correia (PSD):** — Muito bem!

**O Orador:** — Eis algumas perguntas que ilustram a ideia de que este Governo terá abandonado alguns mitos sobre a estrutura e o papel do sector público português, mas ainda não tem ideias claras sobre a urgência da sua moralização e dinamização, nem sobre os critérios de gestão e de enquadramento numa economia do tipo ocidental.

Algo se avançou, mas menos do que era de desejar. E, no essencial, também aqui continuamos à espera.

O último ponto que deve ser tido em conta, a avaliar da actuação do programa económico do Governo: que tratamento dá ele à iniciativa privada, sabido que, sem esta, a democratização da economia portuguesa não poderá de forma alguma fazer-se?

A capacidade do Governo para gerar confiança aos agentes económicos privado e cooperativo é um factor essencial de criação de uma economia de tipo europeu e de vitória sobre a crise.

É evidente que o Governo acentua a sua confiança na iniciativa privada. Mas isso não chega para que tiremos a limpo se, na realidade, o presente momento permite que confiemos em alguma mudança fundamental. Desde logo, existem múltiplas razões institucionais — umas relativas às relações de trabalho, outras relativas à política e às instituições económicas — em que se nota relativo progresso, mas este é ainda insuficiente e tímido.

É urgente que o Governoouse lançar um programa de apoio e modernização das pequenas e médias empresas. Existem alguns critérios especiais de resposta

ao embate que elas já hoje sofrem devido às medidas de austeridade? Se há, o Programa não os menciona. Existem alguns critérios especiais que permitem apoiar a sua modernização face ao embate da concorrência europeia? Se há, o Programa não diz nada.

Existe algum esquema de incentivação das formas de financiamento, por via da adaptação dos actuais benefícios fiscais, por uma dinamização de contratos de viabilização, de desenvolvimento à exportação e à habitação, aterradoramente emperrados por uma burocracia desesperante, ou existe algum projecto para dar segurança, rapidez e dinamismo aos sistemas de bonificação de crédito? Se há, o programa não diz nada. Promete-se, mais uma vez, e depois de passadas já duas séries de prazos avançadas por dois governos sucessivos, aplicar, enfim, o processo de atribuição e mobilização das indemnizações, embora nada se diga sobre uma possível revisão dos respectivos juros que tenha em conta a alteração ocorrida nos mercados de dinheiro e sobre eventuais alterações nos critérios de mobilização. Este é decerto um dos caminhos mais seguros para relançar o investimento em Portugal. Promete-se regulamentar as novas instituições financeiras previstas na lei de delimitação dos sectores de produção — já não era sem tempo que isso acontecesse —, mas omitem-se as caixas de crédito agrícola mútuo, as cooperativas de crédito e outras instituições parabancárias. E nada se diz, enfim, embora outras medidas positivas existam nesse domínio, quanto ao estímulo e ao lançamento de acções, tornando assim real a bolsa de títulos que entre nós é praticamente um fantasma, nem sobre a eliminação de discriminações e a desburocratização e normalização de diversas operações e serviços prestados pelo sector público, desde os transportes ao comércio externo. Em suma: este levantamento demonstra claramente que, no que ao sector privado diz respeito, o Programa enuncia, apenas com os lábios, o maior respeito por ele. Diz que alguma coisa vai fazer para restabelecer condições para que a iniciativa privada se não sinta estrangeira na economia portuguesa, mas em muitos dos pontos fundamentais o que diz é nada ou pouco mais. Também neste domínio continuamos adiados, continuamos à espera.

Nas suas linhas de fundo, o programa económico sofre a gravíssima limitação de não ter nenhuma nova visão de conjunto. Vamos continuar, como até aqui, sem reformas de fundo, sem descentralização, sem regionalização fiscal e financeira, sem um modelo coerente de desenvolvimento económico e de progresso.

Vamos continuar sem justiça social, com o caos fiscal e salarial que temos. Vamos continuar sem concertação e participação. Vamos continuar sem objectivos precisos de progresso e sem modelo de desenvolvimento. Afinal, a mais de meia dúzia de programas económicos e sociais surgidos após o 25 de Abril nunca foi, na realidade, aplicada e continuarmos a ser governados neste domínio metade por Marcelo Caetano, metade por Vasco Gonçalves.

**O Sr. Bento Gonçalves (PSD):** — Muito bem!

**O Orador:** — Quanto a um programa democrático de desenvolvimento e de reformas de fundo, também continuamos à espera.

Este não é o Governo ainda que aponta novas linhas e novas metas.

Se é este o juízo que formamos acerca do programa económico do Governo, importa tirar algumas conclusões quer da sua natureza e composição, quer desta parte importantíssima do Programa que apresenta a esta Assembleia.

É afinal a própria natureza híbrida do Governo — visto ser governo de gestão ambicioso e de governo de legislatura sem certezas e sem legitimação democrática — que o obriga a não definir objectivos precisos a médio prazo, a não programar reformas de fundo. É ela que o leva a apenas aplicar com eficácia o que existe, de preferência abstendo-se de propor alternativas. E, se ele governar com eficácia, por nós, e de momento, já não será mau. Todavia, não se resolve com mera eficácia o problema de fundo do povo português. O mal português é muito mais profundo, muito mais radical e continua a agravar-se significativamente. Para grandes males, grandes remédios. Infelizmente, não é este ainda o grande remédio adequado ao mal português. Ele constitui apenas um adiamento das opções fundamentais. Um paliativo de recurso, e não um necessário tratamento de fundo.

Importa, a partir desta experiência, construir uma base sólida de substituição; que torne objectivos claros; que possua força social assente na adesão activa e não na desconfiança ou no desinteresse de uma maioria larga de portugueses; que disponha de tempo suficientemente dilatado de actuação e consiga gerar a tranquilidade político-social para atacar de raiz o canceroso estado de Portugal. No plano político existem decerto soluções democráticas. A democracia gera sempre novas alternativas e novas soluções.

A luz do interesse de Portugal, para verdadeira salvação nacional e defesa da democracia, que não por exclusivo arranjo partidário, é de exigir que os partidos, a expressão da vontade popular, e nunca substituição ou disfarce dela, cheguem a um entendimento sério e profundo. Já tarda, mas ainda será tempo.

**Vozes do PSD:** — Muito bem!

**O Orador:** — Para isso, mais valem programas do que pessoas, mais pesam projectos claros que ambições de partilha do Poder. É este o imperativo ético e histórico, mais do que meramente político.

A criação de uma base sólida de entendimento, preparando as grandes opções que haverão de ser tomadas em 1980; não pode, porém, ser feita a trouxe-mouxe, não pode improvisar-se de um dia para o outro, quando, ao longo de anos, se foi sucessivamente perdendo tempo. Mas ela é ainda viável se os Portugueses quiserem. Não sob a forma de um mero e formal compromisso partidário, mas no mais amplo horizonte de um compromisso democrático e nacional, que encare de frente e sem medo as profundas reformas democráticas de que Portugal carece. Um compromisso democrático entre os partidos democráticos, o Presidente da República e outras forças de progresso da sociedade portuguesa é necessário e cada vez mais urgente; e, como tudo o que é necessário, será possível. A democracia não existe sem duas coisas: o respeito da vontade popular expressa

nos partidos e pelos próprios partidos e, como dizia Chesterton, o princípio de que é muito mais importante o que é comum e nos une do que aquilo que é dissemelhante e nos separa.

No respeito da vontade popular, encontraremos o supremo critério da salvação nacional e do interesse público, ao qual, sempre que necessário, se poderá apelar para desfazer os impasses e os desentendimentos. Entretanto, esse respeito nos impõe, desde já, dois deveres: o de não inviabilizar o funcionamento normal das instituições democráticas e o de procurar um verdadeiro acordo, sólido, profundo, estável e duradouro entre os partidos e com o apoio do Sr. Presidente da República, que defende a democracia e inicie a verdadeira arrancada para o progresso de Portugal.

A principal responsabilidade dos democratas não é falarem da democracia — é lutarem por ela e viabilizá-la. Temos na nossa mão os instrumentos para isso, temos a responsabilidade para viabilizar a democracia, não a desgastando com palavras, mas fortalecendo-a com os actos. É ainda tempo, mas não abusemos demais da paciência do povo português.

O Sr. Presidente: — Como já são 18 horas e 50 minutos, não sei se os Srs. Deputados querem fazer agora um curto intervalo, uma vez que já aqui estamos há muitas horas em trabalho contínuo. Aliás, isto faz-me lembrar o campo de Auschwitz, onde estive há pouco tempo, e estou a lembrar-me do calor que os que lá estiveram teriam passado ...

Há alguma oposição a que se faça um pequeno intervalo?

O Sr. António Guterres (PS): — Dá-me licença, Sr. Presidente?

O Sr. Presidente: — Faça favor, Sr. Deputado.

O Sr. António Guterres (PS): — Se o Sr. Presidente me permite, proporia que houvesse intervalo após um curto período de perguntas e respostas.

O Sr. Presidente: — Faça favor, Sr. Deputado.

O Sr. António Guterres (PS): — Sr. Deputado Sousa Franco, ouvi com muita atenção a sua intervenção e não quero deixar de dizer que existem, quer no que diz respeito à apreciação da situação política portuguesa — das causas, da crise e das responsabilidades a assumir perante ela —, quer no que diz respeito à situação económica do País, muitas divergências que poderiam ser aqui sublinhadas.

Entendo, no entanto, que não está em causa um debate entre os partidos sobre o Governo, mas uma discussão serena entre os partidos e o Governo acerca do seu Programa, pelo que procurarei não entrar em polémica acerca da sua intervenção.

Ficou-me, todavia, uma dúvida que gostaria de ver esclarecida em relação à posição de fundo do PSD neste debate, que se pode exprimir em termos simples e talvez um pouco irónicos desta maneira: será que o PSD é um partido de oposição que apoia este Governo, ou partido de apoio que é oposição a este Governo? Ou, se quiser, ainda: o objectivo político

do PSD neste debate não será que o Governo seja derrubado, mas, se possível, lavando daí as suas mãos?

### Risos do PS.

Uma voz do PSD: — Mas que labirinto!

O Sr. Presidente: — O Sr. Deputado Sousa Franco pretende responder já ou depois das perguntas que outros Srs. Deputados lhe querem formular? Ou, por outro lado, depois do intervalo?

O Sr. Sousa Franco (PSD): — Sr. Presidente, tanto me faz ser agora como depois do intervalo.

O Sr. Presidente: — É que, por este andar, chegam as 8 horas e já não faz sentido o intervalo ...

O Sr. Sousa Franco (PSD): — Tanto me faz, Sr. Presidente. De resto, o Sr. Presidente é quem manda no intervalo.

O Sr. Presidente: — Nesse caso, continuemos.

Tem a palavra o Sr. Deputado Rui Pena.

O Sr. Rui Pena (CDS): — Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Deputado Sousa Franco: Ouvi com atenção a sua exposição, a que se poderia dar o título «das opções que queremos continuar a adiar para o nosso País».

Uma voz do PSD: — Olhe que não, Sr. Deputado.

O Orador: — Tal como o Sr. Deputado Guterres, considero que não é altura de entrarmos numa polémica interpartidária, mas de analisarmos construtivamente a fórmula, a composição e o Programa do Governo que se apresenta à Assembleia da República.

No entanto, a sua exposição suscita-me quatro perguntas muito breves e uma reflexão final. A primeira, é esta: referiu-se V. Ex.º, Sr. Deputado, à curta duração do Governo e ao tipo de governo de gestão, e não de legislatura, que entendeu inferir das declarações preliminares do Sr. Primeiro-Ministro e do próprio Programa que foi apresentado à nossa consideração. Pergunto, pois, ao Sr. Deputado em que baseia exactamente essa conclusão: será que, efectivamente, o Governo que se apresenta perante nós pretende ter uma duração temporal limitada e pretende, pura e simplesmente, limitar-se no seu tipo de governação à fórmula de um mero governo de gestão; ou, muito pelo contrário, o Governo exorbita, no âmbito do mandato que lhe foi expressamente cometido pelo Sr. Presidente da República, quanto à duração temporal? Além disso, praticaria também aquilo que é chamado de excesso de poder político, naquilo que propõe, como ressalta do Programa, para reabilitar durante o seu mandato.

Em segundo lugar, tendo este Governo, à partida, três moções de rejeição, já conhecidas, tendo, inclusive, o Sr. Deputado da UDP pronunciado uma dura crítica ao actual Governo e representando essas três moções de rejeição mais do que estrita maioria desta Câmara, pergunto se um Governo para ser democrático, que necessita de ter o apoio do Sr. Pre-

sidente da República mas que precisa de ter o apoio desta Câmara, se este Governo com três moções de rejeição, à partida, é ou não é, neste momento, democrático. Isto é, se o Sr. Deputado o considera ou não democrático e se o seu partido o considera igualmente democrático.

O Sr. Deputado referiu que o seu partido fez uma declaração pública de que não entrava em qualquer acordo partidário antes de o povo português, em acto eleitoral e expresso, dizer da sua vontade. Pergunto se, atenta a conclusão do seu discurso, efectivamente, isso é ou não, da parte do seu partido, mais uma opção adiada?

A quarta questão é esta: na análise que o Sr. Deputado fez aos Governos anteriores referiu-se ao I Governo — e nisso estamos de acordo — dizendo que não poderia ter longa vida, apesar de ser um Governo Constitucional, de ser um Governo estabelecido de acordo com a Constituição, por ter um apoio parlamentar minoritário e, repito, acompanho-o inteiramente na sua crítica.

Quanto ao II Governo, disse o Sr. Deputado que, apesar de ser maioritário e, portanto, nesse aspecto sanado do vício da formação do I Governo, não tinha uma maioria estável parlamentar coerente a apoiá-lo. Ou seja, por outras palavras, que era sustentado por uma maioria incoerente, ou, repetindo críticas que ouvi da sua bancada aquando da discussão do Programa do II Governo, um Governo, digamos, em linguagem que recorda as previsões criminais do direito inquisitorial, que tinha a apoiá-lo uma maioria *contra naturam*. Pergunto então, no entender do Sr. Deputado e do seu partido e tendo em vista a composição partidária da Assembleia da República, quais os governos maioritários coerentes que se poderiam, com o seu apoio, formar?

Gostaria que, realmente, me desse a esse respeito uma resposta clara e construtiva, já que, como o Sr. Deputado disse, e bem, é preciso que não continuemos a adiar soluções, é preciso que dentro de um quadro previsível a curto prazo encontremos soluções estáveis e coerentes para resolver esta situação.

Por último, Sr. Deputado, a reflexão: concordo inteiramente que é necessário que este País não seja por de mais adiado; concordo inteiramente, Sr. Deputado, que é necessário não nos prendermos com questões de *lana caprina*, daquilo que chamou de democracia formal, e que é preciso fazer coincidir a democracia real com a democracia formal do nosso país. Mas pergunto então, Sr. Deputado, porquê continuarmos nestas águas mornas, porquê continuarmos a pretender dar a vida a um Governo que se apresenta desde logo perante nós decapitado? Porquê, Sr. Deputado, continuarmos a adiar, a fazer da execução deste Programa — com o qual o Sr. Deputado não concorda — mais um atraso, mais um compasso de espera na solução das opções inadiáveis do nosso país?

**O Sr. Presidente:** — O Sr. Deputado Sousa Franco deseja responder já?

**O Sr. Sousa Franco (PSD):** — Posso responder no fim, Sr. Presidente.

**O Sr. Presidente:** — Tem a palavra o Sr. Deputado Veiga de Oliveira.

**O Sr. Veiga de Oliveira (PCP):** — Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Deputado Sousa Franco: É muito breve a pergunta que desejo fazer. Naturalmente que teria muitas perguntas e muitos reparos a fazer-lhe no sentido de mostrar quanto os pontos de vista expostos por si são diferentes dos nossos, mas, como não é a altura própria, irei directo à pergunta, sem contudo deixar de dizer que o Sr. Deputado fez críticas tão graves e tantas que cheguei a pensar que, no fim, iria anunciar a apresentação de uma moção de rejeição ao Governo....

**O Sr. Bento Gonçalves (PSD):** — Essa agora! Não queria mais nada, não?

**O Orador:** — Mas a pergunta é esta: o Sr. Deputado referiu, a certa altura — e é uma das talas coisas graves — que «a um mal menor» ... como a palavra «menor» é um comparativo, quais são, então, os males maiores em que o Sr. Deputado estava a pensar?

**O Sr. Bento Gonçalves (PSD):** — Era isso mesmo!

**O Sr. Presidente:** — Tem a palavra o Sr. Deputado Amaro da Costa para pedidos de esclarecimento.

**O Sr. Amaro da Costa (CDS):** — Sr. Presidente, Srs. Deputados: Devo começar por confessar ao Sr. Deputado Sousa Franco que partihi seguramente de 80 % das suas reflexões e em particular de uma — a que diz respeito à necessidade de que este debate não se caracterize por uma dialéctica entre as posições dos vários partidos, já que, manifestamente, os partidos estão aqui não como autores mas como espectadores.

**O Sr. Vital Moreira (PCP):** — Singular concepção!

**O Orador:** — Nesta medida, queria colocar-me no ponto de vista do Sr. Deputado Sousa Franco, para formular uma única pergunta e gostaria, portanto, que não visse nela a pergunta de alguém que se põe em posição diversa, mas a pergunta de alguém que procura pôr-se na sua própria posição e na do seu partido.

*Risos.*

Não pretendo estabelecer, pela insistência na forma, qualquer intuito de separação entre aquilo que disse e o que o seu partido pensa — julgo que o seu partido pensa aquilo que disse.

O Sr. Deputado alinhou um conjunto largo de reflexões que apontam para sérias reservas em relação a este Governo. Considerou, no entanto, que ele era um mal menor, mas afirmou simultaneamente que, desde já, a atitude do PSD em relação ao Governo é uma atitude de oposição.

A questão que se me põe é esta: O que é melhor? Será melhor que o Governo passe agora, criando, portanto, expectativas não só às pessoas que aceitaram integrá-lo como também, eventualmente, a sectores importantes do público e da opinião pública que resolvem apoá-lo?

Será melhor que o Governo passe já, alimentando-se, portanto, a sensação de que, finalmente, alguma coisa vai mudar, finalmente alguma coisa vai andar melhor — tal é sempre o significado dos novos governos?

Será melhor, portanto, fazer isso, deixando para depois, digamos, para daqui a um, dois, três meses, quando haja um acordo entre os partidos, o derrubar o Governo? Será esse o mal menor? Isto é, será um mal menor deixar que se arraste uma determinada situação que cria expectativas, mas que, de antemão, já sabemos que vão ser defraudadas?

Do ponto de vista dos eleitores e dos portugueses em geral acredito que muitos nutrem em relação ao Governo do engenheiro Nobre da Costa uma atitude de simpatia ou de abertura — não ponho isso em causa. Mas não será nossa obrigação procurarmos desde já alertá-los para quanto nisso vai de ilusão, quanto nisso poderá ir de frustração? A nossa obrigação não será dizer, claramente e desde já, apesar da simpatia que as pessoas ou a fórmula do Governo podem suscitar, apesar do entusiasmo que se possa sentir por um Presidente da República que aparece, de certo modo, prestigiado em certos sectores nos últimos tempos, apesar de tudo isso, não será melhor, dizia, esclarecer já a questão e dizer claramente que por ai não vamos a sítio nenhum e o melhor é não alimentar ilusões por esse caminho?

Esta é que parece ser a questão fundamental, porque é ela que levanta, ao fim e ao cabo, o problema das nossas próprias responsabilidades, não apenas das responsabilidades de alguém que ausulta os eleitores, que ausulta os pontos de vista de quem connosco convive, mas que procura, simultaneamente, exercer aquilo a que se chama um acto de pura sinceridade política e um acto de consciência? Isto é, e finalizando: se a nossa consciência nos diz que este Governo não serve, independentemente do mérito de quem o integra, por que não servir a consciência? Em nome de que motivos não devemos seguir a nossa consciência?

**O Sr. Presidente:** — Para responder, tem a palavra o Sr. Deputado Sousa Franco.

**O Sr. Sousa Franco (PSD):** — Sr. Deputado António Guterres: queria dizer-lhe, quanto à pergunta que fez, que há dois aspectos que me parecem importantes referir na resposta.

O primeiro é o de que ela, de algum modo, pretende obter no início do debate uma declaração da forma como vamos votar no final — e isso não faremos. Dissemos que não íamos apresentar moções de rejeição por razões diversas, mas não dissemos até agora e não diremos aqui (ver-se-á no debate) como é que vamos votar. Isto não impede, porém, que a sua pergunta tenha um outro sentido, que é o de explicitar a atitude política do PSD em relação a este Governo e, não há dúvida, de que a esse respeito a posição é clara: nós não somos o partido enformador ou o partido que apoia este Governo. Neste sentido somos, claramente, um partido de oposição, não deve haver dúvidas a esse respeito. E recordo ao Sr. Deputado que há muitas maneiras de exercer a oposição. O Partido Socialista quando esteve no Governo, naturalmente, terá visto isso da parte desta bancada e também de outras. A oposição não é sempre o «bota abaixou», a oposição não é sempre a guilhotina, a oposição pode ser, em muitos casos, viabilizar soluções possíveis, dar em concreto os apoios

necessários para que aquilo que existe seja um mal menor, na perspectiva de maiores males.

**O Sr. Angelo Correia (PSD):** — Muito bem!

**O Orador:** — Nesse sentido, pois, não somos um partido situacionista, nem somos um partido deste Governo, que, por definição, é um Governo que não tem partido nem no apoio, nem na composição. Somos um partido da oposição, mas isso não significa que a atitude que viermos a tomar, quer durante este debate, quer no momento da votação das moções de rejeição, quer posteriormente, seja condicionada por um conceito primário de oposição. Será condicionada, como sempre, pelo interesse nacional. É isso que nos preocupa acima de tudo.

*Aplausos do PSD.*

Em relação às perguntas que fez o Sr. Deputado Rui Pena, diria, quanto à primeira, que me parece que a sua resolução definitiva cabe essencialmente ao Governo. Ele é que deve definir qual o seu horizonte desejado de governação, qual o tempo e o modo pelo qual deseja governar.

Na minha intervenção procurei dizer que um dos defeitos deste programa é que se apresentava ou como um programa de um governo de gestão para quatro anos, ou como um programa de um governo estabilizado e duradouro, mas sem objectivos de fundo. E as duas coisas eram, evidentemente, negativas.

A partida, parece-me que este Governo surge, na intenção ou na fórmula que lhe preside, como um Governo, na presente fórmula e antes da apresentação de uma moção de confiança ou da criação de alternativas maioritárias e estáveis, que é transitório, que é de recurso, e que, nesse sentido, mas só nesse, poderá ser qualificado de gestão.

Sr. Deputado sabe perfeitamente que a expressão governo de gestão é, no entanto, equívoca. Pode significar alguns casos governo que não pode praticar reformas de fundo, pode significar, noutras casos, governo cujo mandato é limitado no tempo, por exemplo até eleições gerais, que serão marcadas para um determinado prazo; pode significar um governo que tem o mero poder de praticar os actos correntes imprescindíveis para evitar a paralisação da Administração Pública e da vida nacional, e seria neste terceiro sentido a posição em que este Governo ficaria no caso de ser aqui votada maioritariamente uma moção de rejeição.

Em qualquer dos dois primeiros sentidos, a duração limitada do Governo e a intenção por ele claramente expressa de não praticar reformas de fundo, ele poderá ser, porventura, qualificado de gestão. No terceiro, salvo se for aqui derrubado, evidentemente que não pode ser.

No primeiro sentido também, ele deverá ter a possibilidade de o fazer porque isso é da própria natureza das declarações do Sr. Presidente da República. Foi aqui dito pelo Sr. Primeiro-Ministro que caso o Governo passe se tentarão criar condições para se viabilizar maioritariamente, pela alteração da fórmula e também, naturalmente, pela alteração do Programa. Neste aspecto, pois, não creio que haja um excesso de Poder no excesso de medidas que o Governo apresenta, mas creio que há realmente uma certa incontinência, talvez por este Governo ter a perspectiva de

que neste país, muitas vezes, o que se diz que nasce para durar pouco dura muito e o que se diz que nasce para durar muito dura pouco.

Risos.

Foi o que aconteceu com o II Governo Constitucional.

*Aplausos do PSD.*

É evidente que este Governo, neste momento, é ainda um Governo democrático. É um Governo democrático porque foi validamente designado pelo Sr. Presidente da República, nos termos em que ele o possibilitou, enquanto na altura vários partidos o convidaram a avançar para a sua segunda alternativa do discurso de 1 de Agosto. Não creio que esses partidos tivessem a intenção de fazer uma armadilha ao Sr. Presidente da República, e quando o convidaram a avançar, com certeza que entenderam que, à partida, a fórmula que ele propunha era viável. Se mudaram de ideias, naturalmente explicarão porquê.

Creio que isso deverá ter em conta que só é legítimo mudar de posição quando há alternativas que se apresentem, crítica e construtivamente.

Acontece que este Governo, neste momento democrático, correspondeu, por vezes, a confissões de impossibilidades de viabilização prática das suas propostas por parte de vários dos partidos representados nesta Câmara, e correspondeu mesmo, nalguns casos, a convites e a desafios expressamente feitos ao Sr. Presidente da República para que se avançasse neste sentido. Evidentemente que o Sr. Presidente da República não é responsável pelos actos que são da competência própria do Sr. Primeiro-Ministro, nem responde por eles. Mas criticar a fórmula nesse aspecto poderá representar má memória, na pior das hipóteses ...

*Vozes do PSD:* — Muito bem!

**O Orador:** — Por outro lado, sendo este Governo democrático, é evidente que se encontra numa situação difícil.

Encontra-se numa situação difícil, porque uma de duas: das três moções apresentadas alguma poderá alcançar maioria, ou nenhuma delas alcançará a maioria. Se alguma alcançar maioria, é evidente que o Governo ficará investido numa posição de mera gestão e será necessário procurar outra solução; se nenhuma delas alcançar a maioria, estou de acordo com o Sr. Deputado em que o povo português não compreenderá que, havendo uma maioria de bloco contra este Governo, ela não seja arrogada por partidos que tão depressa tomam a posição que tomam.

Dir-se-á que os partidos apenas são capazes de se entenderem para formularem soluções positivas e não se entendem para dizerem não!

*Aplausos do PSD.*

Até este momento — e como Deputado de um partido assumo a minha quota-parte de responsabilidade, pois não estou a falar apenas dos outros, mas também de mim, é bom que se entenda —, o Governo será um governo democraticamente derrubado. Continua a não ser legítimo dizer que ele não

é democrático. Foi derrubado democraticamente e perdeu um dos dois factores: a confiança desta Assembleia para poder exercer funções que não sejam de gestão corrente. Mas, nem pela composição, nem pela intenção, nem pelas condições em que surgiu me parece que se possa dizer que ele não é democrático. É pouco normal, evidentemente; é o tipo de governo que normalmente assegura situações de transição e seria bom que a transição e a evolução fossem para uma fórmula melhor do que esta, para um governo melhor do que este, para, enfim, conseguirmos a ter o futuro que o povo português exige e que nós lhe vamos negando todos os dias. É bom que não se esqueçam.

**O Sr. Amaro da Costa (CDS):** — Dá-me licença que o interrompa?

**O Orador:** — Faça favor.

**O Sr. Amaro da Costa (CDS):** — Era só para pedir um esclarecimento e talvez para a Câmara.

Recordo que quando foi da discussão e votação do Programa do II Governo Constitucional, o PSD e o PCP apresentaram ambas moções de rejeição. Curiosamente, nenhum destes dois partidos votou a moção do outro partido. Considera o Sr. Deputado que, nessa altura, tivesse sido útil que ambos se tivessem posto de acordo para votarem a moção de rejeição?

**O Orador:** — É evidente que não. Nesse caso os dois partidos que não apresentaram moção de rejeição contavam com a maioria clara e suportavam o Governo. O PS e o CDS são maioritários nesta Câmara. Era bastante irrelevante considerar que os fundamentos de cada uma dessas moções eram suficientemente diferenciadas para justificarem votações desencontradas.

O problema agora é muito diferente, tanto mais que uma das moções, se não me engano, praticamente não tem fundamentos, que é a do CDS ...

*Aplausos do PSD.*

Quanto à terceira pergunta do Sr. Deputado Rui Pena: não é verdade que tenhamos dito alguma vez que não participamos em acordos partidários. Temos dito, isso sim, que não participamos em negociações para acordos partidários — foi dito no nosso último Conselho Nacional — durante a discussão deste Programa do Governo. Isto é, naturalmente e com esta restrição, uma demonstração de seriedade. Como já dizem aí, por outras palavras, não acredito francamente que aquilo que se não fez em dois anos se vá conseguir fazer em dois ou três dias. Com certeza que é muito mal feito!...

*Vozes do PSD:* — Muito bem!

E lembro o acordo PS/CDS, que demorou a ser negociado um mês e tal, para depois dar um governo que teve seis meses de duração.

Naturalmente que se aplicássemos a mesma fórmula a um governo negociado em dois dias ele não teria uma duração muito longa, com certeza.

Parece-me, deste modo, que a atitude de negociar depois da discussão do Programa deste Governo, com

o tempo imprescindível para termos soluções de fundo, é uma atitude fundamentalmente séria. Por outro lado, nunca dissemos que não aceitamos acordos partidários antes de um acto eleitoral expresso. Aliás, cada vez mais se estão criando condições para a defesa de eleições antecipadas. Mas há pelo menos uma proposta nossa, e não vou insistir nas palavras, mas sim no conceito e em muitos dos aspectos do conteúdo dessa proposta, que, claramente, é viável em qualquer momento, haja ou não eleições. Temos proposto aquilo que chamamos de governo de salvação nacional, embora o nome seja o menos importante. A realidade, essa sim, é que é importante.

**Vozes do PSD:** — Muito bem!

**O Orador:** — Propomos um governo baseado num acordo maioritário, um acordo que tenha em vista os problemas de fundo do País e não a mera partilha do governo, um acordo que seja coerente e democrático e que, por esta via, permita aquilo que chamamos de salvação nacional. Para isso estamos sempre abertos. Mais: quando das negociações posteriores à queda do II Governo Constitucional essa proposta foi feita e foi expressamente recusada pelo CDS e pelo Partido Socialista. Aguas passadas não movem moinhos, o que lá vai lá vai, mas a proposta está de pé, e, é evidente, essa não está condicionada, de forma alguma, pela antecipação das eleições.

Não fechamos todas as portas e só entramos por portas que tenham saída sólida. Mas não vamos é fazer acordos para daqui a dois ou três meses estamos a derrubar de novo outro Governo.

**Vozes do PSD:** — Muito bem!

**O Orador:** — Quanto ao II Governo, é evidente que, em nossa opinião, a maioria que foi formada e o acordo, apressado no conteúdo, embora demorado no tempo que levou a produzir, em que ele se baseou eram claramente incoerentes. Era, para usar a expressão que o Sr. Deputado Rui Pena recordou, um acordo *contra naturam*. Os factos aí estão a demonstrá-lo. Por isso, julgo que não vale a pena também gastar mais cera com ruínas defuntas.

**Vozes do PSD:** — Muito bem!

**O Orador:** — Para nós, um governo coerente e de fundo seria o que chamamos de governo de salvação nacional, com a mais ampla maioria democrática. Naturalmente, entendo que outras maiorias são possíveis neste hemicírculo. Passam todas elas, em virtude do actual resultado eleitoral, pelo Partido Socialista, mas é evidente que outras são possíveis. A escolha fundamental continua a ser do PS, visto que sem ele não há maioria coerente. Mas para o nosso governo de salvação nacional é óbvio que visiomávamos um governo que fosse maioritário. Não só maioritário, mas, à partida, essencialmente maioritário. Outros governos, porventura mais coerentes do que o II Governo Constitucional, eram também possíveis nesta Câmara. É óbvio que eu não consideraria desejável que alguns deles se formassem; é óbvio que não seria um defensor, mas sim um opositor, por exemplo, de um governo de maioria de esquerda; mas é óbvio também que isso seria uma maioria. Portanto,

há várias maiorias possíveis nesta Câmara e, quanto à coerência de cada uma delas, naturalmente todos temos o direito de nos pronunciarmos a esse respeito, perante factos concretos e não sobre hipóteses. Em política, às vezes, discutir hipóteses reduz demasiado o campo de manobra, sem vantagens para ninguém.

O Sr. Deputado Veiga de Oliveira perguntou-me se havia males maiores. Sabe o Sr. Deputado que sim. Para já, como é evidente, um mal maior é uma situação de vazio governativo, um vazio governativo prolongado. Era seguramente um mal maior e poderia criar riscos muito graves para a sobrevivência do regime democrático.

Dir-me-á que um vazio governativo não é uma forma de governo. Pois não, mas, infelizmente, é o que se aproxima de algumas realidades de governo que já tivemos neste país. Era bom que isso não se repetisse. Em relação ao vazio governativo, este é, assim, o mal menor.

É óbvio, também, que quanto à composição concreta do Governo poderia haver condições que o convertessem num mal maior. Já agora, também, direi que, para nós, governos onde estivessem claramente presentes forças antidemocráticas seriam, também eles, males maiores.

Há, como se vê, infelizmente, muitos males maiores. E ao dizermos que consideramos este Governo como o mal menor, pensamos — o Sr. Deputado Veiga de Oliveira compreenderá com certeza — em todos esses males maiores.

Quanto ao Sr. Deputado Amaro da Costa, queria dizer que todos estamos aqui a pensar o Programa deste Governo, tendo em conta a viabilização do regime democrático em Portugal, em termos de consciência, muito mais do que em termos de partilha ou de manobra. É essa a atitude desta bancada, a atitude de quando procurei ser o porta-voz de toda ela.

**Vozes do PSD:** — Muito bem!

**O Orador:** — Nesses mesmos termos, é óbvio também que aquilo que disse, até com as diversas ponderações negativas e positivas da solução a que chegamos, representa o balanço actual que fazemos desta situação. O debate do Programa do Governo, com certeza, vai permitir-nos ficar mais esclarecidos, porque mau seria — embora não adiram à ideia de um governo de competências — que o Governo fosse aqui reprovado apenas por questões que nada têm a ver com o seu Programa. É importante que o Programa seja analisado e debatido e por isso também entendemos que a nossa posição deverá ficar reservada para o fim, sem sindicatos de voto e sem jogo que não seja o da nossa consciência e o da apreciação que fizermos do debate.

**Vozes do PSD:** — Muito bem!

**O Orador:** — Põe o Sr. Deputado duas alternativas. O que será melhor: que este Governo passe e crie expectativas ou que seja derrubado aqui já?

Permito-me desenvolver a seguinte alternativa: o Sr. Deputado prefere que este Governo crie expectativas e que depois se veja se é ou não capaz de as alimentar? Ou prefere que este Governo fique como um mito ...

**Vozes do PSD:** — Muito bem!

**O Orador:** — ... e que os Portugueses comparem sempre a imagem daquilo que não foi a acção governativa deste Governo, porque derrubado pelos partidos, com o que foi a acção governativa de outros governos?

*Aplausos do PSD.*

A ponderação política que temos de fazer tem de ter em conta a escolha entre expectativas que o tempo, o *contrôle* da Assembleia, o seu sentido democrático e a sua disponibilidade — tantas vezes comprovadas ao Sr. Presidente da República — sempre permitiram aferir e de cuja defraudação permitirão tirar as devidas consequências, por um lado, e a ideia popular, por outro, de que se os partidos derrubassem este Governo sem alternativa apenas estavam com medo da obra que ele poderia fazer, apenas queriam criar um vazio governativo, apenas queriam impedir que se governasse enquanto há problemas interpartidários a resolver.

Creio, no entanto, que o melhor será que este Governo seja um dos motivos, mas não o principal, para que surja o entendimento partidário.

**Vozes do PSD:** — Muito bem!

**O Orador:** — Se o entendimento partidário for motivado pelo medo de um qualquer governo, será também um mau entendimento partidário. O entendimento partidário deve ser livre, e não, pura e simplesmente, negativo, pois não deve ser por pressão.

Esta, em resumo, a razão por que, sendo, como somos, um partido da oposição, um partido que não tem relações políticas, orgânicas ou pessoais com a composição deste Governo, entendemos que, apesar de tudo e nestas condições, a negação e o derrube de um governo são um acto grave, que deve fazer-se por motivos sérios e que deve fazer-se apresentando uma alternativa que seja séria e ainda melhor do que ele. Isso é, com certeza, possível!

*Aplausos do PSD.*

**O Sr. Presidente:** — Tem a palavra o Sr. Ministro adjunto do Primeiro-Ministro.

**O Sr. Ministro adjunto do Primeiro-Ministro (Costa Freitas):** — Sr. Presidente da Assembleia da República, Srs. Deputados: É esta a primeira vez que me apresento nesta Casa e nela exerce o direito de me dirigir a VV. Ex.<sup>as</sup>

Permitam-me, pois, que, antes de mais, diga da grande honra que sinto e exprima todo o respeito que esta Assembleia me merece.

Perdoem-me por ser, neste ponto, excessivamente breve, mas, como sabem, tenho contado o tempo desta minha intervenção.

Vou, pois, prosseguir.

O Governo apresentou a esta Assembleia da República, para ser discutido e apreciado, o Programa que elaborou e aprovou, no curto espaço de tempo que a Constituição para tal lhe concede; e sobre esse Programa vão, certamente, ser formuladas, neste debate, críticas mais ou menos severas, como vão ser, também, suscitadas dúvidas mais ou menos pertinentes. A tudo tentará o Governo responder, como é normal, considerando as críticas e esclarecendo as dúvidas, ao mesmo tempo que se haverá de preocupar

com a clarificação de certos aspectos que se lhe afigurem menos bem tratados ou, por qualquer outra razão, merecedores de mais algumas palavras.

Serão, porém, os Ministros das respectivas pastas que hão-de ocupar-se dessas matérias, e não será esse, pois, o objecto desta minha intervenção.

Acontece, porém, tal como aconteceu no debate que teve lugar quando aqui se apresentou o II Governo Constitucional, que a Assembleia parece preocupada, como aliás é seu indiscutível direito e, talvez mesmo, inalienável dever, com certos aspectos que à margem do Programa se situam, em tal medida e com tal intensidade que, também agora, se retém a impressão de que por mais excelente que o Programa fosse, por imprestável haveria sempre de ser tido por certos sectores desta Assembleia.

Se, pois, tais aspectos ganham tão acentuado relevo, é bom que sejam tratados; deles, portanto, me irei ocupar.

Começarei por me referir às características e intenções deste Governo, sobre as quais, ao que parece, se levantam sérias dúvidas, quando não profundas reservas; e, nesta matéria, julgo que presto um bom serviço à clarificação do debate, se me preocupar antes de mais em definir conceitos aos quais se hão-de aplicar as designações que, com certa indisciplina têm vindo a ser usadas.

Só realmente se formos para além das palavras e accordarmos nos conceitos que com elas queremos traduzir será possível que nos entendamos e falemos, uns e outros, da mesma coisa.

Com essa intenção, esclareço que para nós, Governo — e não só para nós — um governo de gestão é aquele que, tendo perdido a confiança política da Assembleia da República ou não a tendo sequer chegado a merecer, está demissionário: nomeadamente, um governo que apresentou um Programa à Assembleia da República e o viu rejeitado.

Não há, pois, diferença entre «governo de gestão» e «governo demitido»; e nós entendemos (embora a Constituição o não diga expressamente) que um tal Governo, não gozando da confiança da Assembleia para a execução do seu Programa, terá de limitar-se a despachar negócios correntes e a praticar actos de administração ordinária.

É, pois, nesse sentido e só nesse sentido — e é importante que isto fique bem claro — que o Governo diz que será «Governo de gestão» se a Assembleia rejeitar o seu Programa.

Se tal não acontecer, porém, se o Programa não for rejeitado, o Governo ficará vinculado ao seu cumprimento, para o que, efectivamente, gozará da confiança não só do Sr. Presidente da República como também desta Assembleia da República, órgãos perante os quais é politicamente responsável: competir-lhe-á, então, conduzir a política geral do País e dirigir a Administração Pública, tudo em ordem à execução desse mesmo Programa, cujas virtudes — como se terá de admitir — terão sido bastantes para não converter o Governo num simples «Governo de gestão» ou «Governo demitido».

A Constituição só prevê estas duas hipóteses — não poder cumprir ou dever cumprir um programa apresentado e apreciado — e não será a nós, Governo, que alguém poderá acusar de invenção de um terceiro termo. Dir-se-á, pode dizer-se, que tudo isto é relativamente pouco: que a vida — e há nisto in-

teira verdade — é mais rica do que todas as previsões que possam fazer-se; que o Programa não pode, pois, definir-se a respeito de todas as situações possíveis; e que o Governo deve, portanto, fazer profissão de fé em certas linhas gerais de orientação, a que pode, a que deve, ficar obrigado.

Salvo o devido respeito, já fez:

Já disse que se dedicaria, prioritariamente, à execução de tarefas que se comportassem em quadros políticos e legislativos já definidos;

Já prometeu que não abandonaria estudos em curso;

Já afirmou que não enjeitaria, contudo, a sua obrigação de tomar opções políticas de fundo, mas só quando exigidas por uma oportunidade que não pudesse, legitimamente, ignorar-se. Acrescentem-se os compromissos assumidos quanto ao recenseamento como quanto à apresentação oportuna de uma moção de confiança. Sinceramente, creio que, para além de possíveis confusões de palavras em que se queira insistir, o problema está esclarecido: o Governo definiu uma orientação e apresentou um programa. A uma e outro ficará ou não vinculado, conforme a atitude desta Assembleia. Mais clareza não se lhe pode nem deve exigir.

Outro ponto que penso valer a pena abordar é o do interesse, gosto ou ambição de Poder que este Governo possa ter ou não ter.

Também aqui, ao que creio, se fizcram algumas confusões de palavras, naturalmente involuntárias, mas que importa dissipar: o Governo nunca disse, com efeito, que exerceeria o Poder a contragosto ou com desgosto ou, ainda, que tinha por maior desejo o de «ir-se embora».

O que disse — e mantém — foi apenas que não pediu, não desejou, não se bateu pelo exercício do Poder, o que é, evidentemente, coisa muito diferente.

Pode-se, na verdade, aceitar o encargo de formar Governo, o encargo de ser Governo, sem o ter pedido nem o ter desejado, mas tão-só pelo sentimento de cumprir um dever, pela convicção de prestar um serviço, pela consideração de interesses que, confundindo-se com o interesse nacional, podem e devem sobrepor-se a interesses pessoais, ou outros.

Quem se limita a cumprir um dever, porém, não o faz necessariamente com desgosto, mas, pelo contrário, para o cumprir bem há-de fazê-lo com gosto; quem presta um serviço, só, na verdade, o prestará em boas condições, se o não fizer contrariado; quem se dá a uma causa, há-de dar-se por inteiro, sob pena de traír quem nele tenha confiado. Mas nada disto exige vocação para o Poder, ambição do Poder, intenção de conservar posições para além das circunstâncias que as justificaram.

Assentemos, pois: o Governo não pediu, não desejou, nem se bateu pelo exercício do Poder; mas se for chamado a conduzir a política geral do País, a essa tarefa se há-de entregar com toda a determinação e com todo o empenho.

Não me parece que sobrepor o interesse nacional aos interesses pessoais ou outros seja, efectivamente, um crime que fique mal confessar; nem creio que exercer o Poder sem o ter desejado seja um fatal contra-senso.

Mas se o for, julgo poder afirmar que não seremos felizmente nós — os membros deste Governo — os primeiros réus desse crime e desse contra-senso; nem mesmo, valha a verdade, os primeiros que os confessam ou simplesmente os afirmam.

Tratarei agora de outro aspecto que preocupa esta Assembleia, qual é o das simpatias políticas dos membros deste Governo ou da falta dessas mesmas simpatias políticas.

E, a esse respeito, centrarei as minhas palavras sobre duas afirmações que foram aqui feitas: a de que «as pessoas que não estão nos partidos, não estão de acordo com os programas dos partidos», a de que, por serem oriundas de meios diversos, por já terem proferido declarações discordantes, os elementos da equipa governamental não podem dar garantia de coerência.

A primeira destas afirmações é, sem nenhuma dúvida, uma total inverdade: se as pessoas que não estão nos partidos estivessem, necessariamente, em desacordo com os programas dos partidos, os votos colhidos em eleições reduzir-se-iam drasticamente. Porque assim é — e tenho por certo que é assim — haverá de reconhecer-se como evidente, também, a possibilidade de não estar nos partidos e, todavia, ter simpatias políticas bem firmes, esclarecidas e determinadas — há exemplos nesta Assembleia da República. O que se recusa, então, será apenas uma filiação partidária e a consequente disciplina.

Por isso, os membros deste Governo, ao afirmarem-se independentes, não se prociamaram contra os partidos ou contra os seus programas; nem negaram a si próprios o direito de ter simpatias e formular opções; simplesmente se confessaram não obrigados a qualquer disciplina partidária.

Quanto à segunda das afirmações, de que me estou a ocupar — a da fatal incoerência que há-de resultar para a equipa governamental de o facto de os seus membros serem oriundos de meios diversos ou de terem já proferido declarações discordantes —, confesso que a tal respeito não sou tão pessimista.

Não é a primeira vez que homens inseridos em sectores políticos bem diferenciados podem pôr-se de acordo e prometer ao País uma certa coerência na sua acção conjunta, uma suficiente aptidão para formarem um órgão colegial e como órgão se comportarem. Nem, segundo tudo leva a crer, será a última.

Pois também os membros deste Governo puderam pôr-se de acordo sobre um certo número de ideias básicas que já aqui foram apresentadas, puderam elaborar e aprovar um programa e mostraram clara disposição de se submeterem, individualmente, às orientações que o Governo, como órgão colegial, definia.

Sinceramente, parece-me que o mínimo de coerência para formar um Governo se pôde, também agora, alcançar.

Finalmente, dedicarei breves palavras a um último ponto.

Disse o Governo — e não se importa de o repetir — que «não teme o julgamento do povo, que se obriga a servir, certo como está de que sempre lhe será reconhecido, pelo menos, o seu desejo de cumprir, a sua dedicação, o seu sentido do dever».

Mas afirmou-se aqui que, embora tal declaração fosse respeitável, dúvidas surgiam quando se trata

de saber como é que, em moldes democráticos, este Governo é susceptível de ser julgado pelo povo.

Direi, em primeiro lugar, que estando o Governo sujeito à constante fiscalização e ao constante julgamento desta Assembleia, que é — recordo — a assembleia representativa de todos os cidadãos portugueses, é evidente a susceptibilidade de ser julgado pelo povo — que é, exactamente, o conjunto de todos os cidadãos portugueses.

Mas direi mais que, mesmo quando se duvide da representatividade desta Assembleia — dúvida que eu não tenho nem ninguém no Governo tem —, é certo que em democracia, numa verdadeira democracia, o povo encontra sempre forma de se pronunciar e formular os seus julgamentos.

Temos para nós como certo que o povo nos julgará pelos nossos actos, pelas nossas omissões, pelas nossas intenções; que detectará os nossos erros e nos perdoará, ou não, consoante eles forem, ou não, justificados; que do que nós formos ou não formos saberá tirar a lição que se imponha; e que, pelo que fizermos, ou não fizermos, saberá atribuir responsabilidades a quem as tenha.

Não nos preocupam muito as formas que o povo há-de encontrar para nos julgar e se pronunciar. Mas é lição da história que as encontrará e nos julgará.

E se, como já dissemos, não tememos o seu julgamento é só porque, efectivamente, estamos dispostos a servi-lo o melhor que pudermos e soubermos.

Com erros? Certamente. Mas com toda a nossa dedicação, toda a nossa capacidade, todo o nosso empenho, todo o nosso gosto?

Com não menor certeza!

O Sr. Presidente: — Para pedir esclarecimentos, tem a palavra o Sr. Deputado António Guterres.

O Sr. António Guterres (PS): — Sr. Ministro, ouvi com muita atenção a sua intervenção e gostaria de lhe pôr apenas uma questão.

No caso de nenhuma das moções de rejeição já apresentadas nesta Assembleia reunir no fim do debate a maioria necessária, não há nada na Constituição que obrigue este Governo a demitir-se. O Sr. Ministro, no entanto, afirmou na sua intervenção que considera que é possível o povo julgar a actividade deste Governo e que, no seu entender, esse julgamento é expresso através dos Deputados presentes nesta Assembleia. Por isso gostaria de lhe fazer a seguinte pergunta: o Sr. Ministro, com as suas convicções democráticas, sentir-se-á bem a governar este país, integrado no Governo, sabendo que tem contra si pelo menos 75% dos Deputados desta Câmara ou até 100%, se interpretarmos como de oposição as palavras que acaba de proferir o Sr. Prof. Sousa Franco?

O Sr. Presidente: — Sr. Ministro, há mais três pedidos de esclarecimento, mas, se assim o entender, pode responder já.

O Sr. Ministro adjunto do Primeiro-Ministro: — Sr. Deputado António Guterres, confesso que essa pergunta me deixa um pouco perplexo, porque me parece que a deve fazer primeiro à Assembleia. Eu

pergunto: se a Assembleia tiver a consciência de que este Governo não reúne o consenso do povo português, que ela representa, deixá-lo-a passar e, nos termos da Constituição, não rejeitará o seu programa?

O Sr. António Guterres (PS): — Peço a palavra, Sr. Presidente.

O Sr. Presidente: — Faça favor, Sr. Deputado.

O Sr. António Guterres (PS): — É apenas para afirmar ao Sr. Ministro que, pela nossa parte, estamos inteiramente dispostos a assumir essa responsabilidade.

O Sr. Presidente: — Tem a palavra o Sr. Deputado Rui Pena.

O Sr. Rui Pena (CDS): — Sr. Ministro adjunto do Primeiro-Ministro: Referiu V. Ex.<sup>a</sup> que não considerava pertinente a discussão havida acerca das simpatias políticas apontadas quanto às diferentes personalidades que integram o III Governo Constitucional.

Em todo o caso, creio que a questão é pertinente. O Governo não é apenas programa, o Governo é fundamentalmente vontade e a vontade é dos homens, logo os homens que compõem o Governo são, para nós, um factor fundamental acerca do juízo que deveremos fazer sobre o mesmo Governo. E nesta ordem de ideias — foi uma defesa que V. Ex.<sup>a</sup> não apontou, Sr. Ministro — gostaria de perguntar muito concretamente se tem ou não tem o seu Governo, o de que V. Ex.<sup>a</sup> faz parte, personalidades com condições políticas com partidos à esquerda do Partido Socialista, mais concretamente nas áreas do Partido Comunista Português e do MDP/CDE.

Caso a resposta seja positiva, gostaria de saber, se, no seu entender, a posição que essas personalidades irão desenvolver no seio do seu Governo serão coerentes com os pontos de vista que V. Ex.<sup>a</sup> professa ou com os pontos de vista declaradamente professados pelo Sr. Primeiro-Ministro.

Uma outra pergunta: referiu V. Ex.<sup>a</sup>, Sr. Ministro, que o seu Governo não teme o julgamento do povo, que não teme o julgamento do povo, declarou expressamente, aqui representado nesta Assembleia.

Mas, não li, foi apenas por audição directa que me apercebi, não terá havido da sua parte o desejo de recurso do veredicto desta Assembleia para o povo que nos mandou? Por outras palavras: não defenderá o Governo em que V. Ex.<sup>a</sup> participa — se acaso vier a ser rejeitado por esta Assembleia — o recurso por via de referendo junto do povo português?

O Sr. Octávio Pato (PCP): — Um referendo?

O Orador: — Terceira pergunta, Sr. Ministro: entende V. Ex.<sup>a</sup> que o III Governo Constitucional é, nos termos da Constituição, um governo típico, um governo inteiro, um governo constitucional? Ou, dada a sua composição, dada a forma como se constituiu, deverá ser apenas considerado, necessariamente, um governo de gestão?

O Sr. Presidente: — Faça favor, Sr. Ministro, pode responder.

**O Sr. Ministro adjunto do Primeiro-Ministro:** — Sr. Deputado Rui Pena, devo começar por rectificar uma afirmação que fez. Realmente eu não disse que não considerava pertinente que a Assembleia se preocupasse com as simpatias políticas dos membros deste Governo. Não disse, nem diria! Não sei como o Sr. Deputado pôde ouvir isso. Se calhar fui eu que, com o natural nervosismo, me exprimi mal.

Realmente o que disse foi que os membros deste Governo se consideravam no direito de ter simpatias políticas, apesar de não terem filiação partidária, o que é, portanto, coisa diferente.

Quanto à sua pergunta sobre as simpatias políticas dos membros deste Governo, e concretamente se sei que há neste Governo quem tenha simpatias políticas em zonas situadas em áreas do Partido Comunista Português, devo dizer-lhe que pude assistir junto do Primeiro-Ministro ao processo de formação deste Governo e posso garantir-lhe que ele assentou, prioritariamente, em razões de competência técnica e nunca em razões estritamente políticas. Não andámos, naturalmente, com uma lupa a ver qual era ao certo a situação ou a posição de cada um dos membros convidados.

Quanto à afirmação de que o Governo não teme o julgamento do povo, posso a esse respeito tranquilizá-lo inteiramente. O Governo não procurará, de forma nenhuma, submeter-se a um julgamento do povo diferente do que possa ser representado por esta Assembleia. Sabe, contudo, que o povo o fará, independentemente de o Governo se dirigir a ele. Fará um juízo deste Governo como fez do I e do II Governos Constitucionais e como fará de todos os governos que aqui se apresentarem.

Finalmente, perguntou-me se considero que este Governo é típico. Pois não considero que o Governo seja típico, mas a partir da circunstância de que depois da aprovação da Constituição já tivemos três Governos completamente diferentes na sua tipicidade, tenho uma certa dúvida e uma certa dificuldade em saber qual é afinal o governo típico!

**O Sr. Presidente:** — Tem agora a palavra o Sr. Deputado Vital Moreira.

**O Sr. Vital Moreira (PCP):** — As considerações iniciais da intervenção do Sr. Ministro deixaram-me, até certo ponto, intrigado — mas esteja à vontade, Sr. Ministro, porque não vou pedir nenhuma comissão de inquérito para investigar das simpatias partidárias dos membros do Governo ...

O que me deixou intrigado foi a afirmação do Sr. Ministro segundo a qual este Governo era um Governo comum — e estou a traduzir aquilo que julgo ser o cerne da primeira parte da intervenção do Sr. Ministro. Mas não será verdade que este Governo nasce, à partida, sob a condição de, ao fim de alguns meses, logo que estejam preparados os mecanismos eleitorais, apresentar uma moção de confiança à Assembleia da República? Não é verdade, pois, que ele próprio se põe sob a condição política de apresentar, dentro de um curto espaço de tempo, uma moção de confiança?

Não é verdade que, deste modo, é o próprio Governo que introduz uma nota de precariedade política e temporal no Governo de que o Sr. Ministro faz parte? E, a ser assim, não considera o Sr. Mi-

nistro que, estando ele mesmo sob condição de ser renovado — ou, se quiser, para usar um termo jurídico, novado — daqui a alguns meses, se, entretanto, passar agora, não deveria ser este um elemento a considerar para não introduzir no Programa do Governo de que o Sr. Ministro faz parte intenções ou propostas que claramente discrepam no Programa de um Governo que a si mesmo se apresenta sob condição e que em todo o caso sempre se teria de considerar como precário?

Por exemplo, como entender, nesta configuração a intenção de autonovar a criação de instituições financeiras privadas, conhecendo a dimensão e a relevância política, e, direi mesmo, constitucional, de uma decisão deste tipo e sabendo que não basta, quer, invocar o facto de que há uma lei a autorizar a criação dessas instituições? É que essa lei limita-se a autorizar e a dar um poder ao Governo e não a impor. E sabendo que o próprio Governo que promoveu essa lei, ele mesmo, não promoveu o cumprimento nesse ponto, não considera o Sr. Ministro que há algo de discrepante entre o próprio autocondicionalismo deste Governo, o carácter incomum, para dizer o mesmo das condições que a si mesmo deixou fixar-lhe, e as propostas e a dimensão política de algumas das propostas do seu Programa de que me limitei a indicar uma?

**O Sr. Ministro Adjunto do Primeiro-Ministro:** — Sr. Deputado Vital Moreira, creio, sinceramente, que não disse que este era um Governo comum e é verdade que ele nasce sob a condição de apresentar uma moção de confiança. O Governo assumiu muito claramente esse compromisso perante o Sr. Presidente da República e a Assembleia da República, o que não podia deixar de fazer porque o convite para a sua formação foi feito nessa mesma condição. Portanto, não há dúvida de que neste Governo se introduziu uma certa nota de precariedade política e estamos perfeitamente de acordo com isso. Este é um Governo que tem, à partida, um horizonte temporal limitado ou, antes, que pode ser limitado se no momento da apresentação da moção de confiança ela for votada favoravelmente.

O Sr. Deputado Vital Moreira perguntou também se considero que o Governo, nestas condições, pode tomar decisões importantes, como as que referimos, nomeadamente, a criação das sociedades de financiamento. Ora, devo dizer que o Governo procurou justamente tornar muito claro que se moveria prioritariamente no quadro de opções políticas e legislativas já feitas. E posso esclarecer que esta afirmação é válida nos dois sentidos, isto é, o Governo procurará não ir para além de quadros legislativos já definidos, mas também não se sente no direito de não cumprir leis já aprovadas..

**O Sr. Vital Moreira (PCP):** — Posso interromper, Sr. Ministro?

**O Orador:** — Tenha a bondade, Sr. Deputado.

**O Sr. Vital Moreira (PCP):** — Sr. Ministro, creio ser importante insistir neste ponto: é que relativamente à lei que veio autorizar que o Governo, mediante decreto-lei, num acto próprio de decisão política, viesse criar sociedades financeiras privadas, não

se trata de a cumprir ou deixar de cumprir. Não há nenhuma lei que imponha a nenhum governo a criação de sociedades financeiras privadas; há sim, uma lei que apenas autoriza o Governo a tomar essa relevantíssima e gravíssima decisão, se este o quiser fazer. Porque, se seguirmos a lógica do Sr. Ministro, então, por que é que o Governo não anuncia aqui, na mesma lógica, a intenção de cumprir não uma autorização mas uma imposição da lei, que é a de expropriar os 600 000 ha ou 700 000 ha de terreno que, à face da Constituição, estão ainda por expropriar? Por que é que o Governo neste caso não cumpre uma imposição, e em relação a uma autorização corre lesto e prazenteiro para o seu cumprimento?

*Risos.*

**O Sr. Octávio Pato (PCP):** — E o Serviço Nacional de Saúde também podia dar um jeitinho!

**O Orador:** — Sr. Deputado Vital Moreira, tenho a impressão de que o Governo não corre lesto e prazenteiro para coisa nenhuma. O que o Governo diz é que se a lei define uma orientação ele julga-se obrigado a seguir nessa orientação, mas, aliás esse é um ponto de política económica bastante concreto que o Sr. Ministro da respectiva pasta poderá, com vantagem, abordar no momento oportuno.

**O Sr. Presidente:** — Tem a palavra o Sr. Deputado Narana Coissoró.

**O Sr. Narana Coissoró (CDS):** — Sr. Ministro Adjunto do Primeiro-Ministro, desejava fazer-lhe apenas duas perguntas.

Em primeiro lugar, em resposta à pergunta formulada pelo meu colega de bancada Rui Pena, V. Ex.<sup>a</sup> disse que tinha dúvidas sobre o que seria um governo típico. Ora, nós nesta bancada temos defendido que um governo típico, nos termos da Constituição, é um governo que conta com a participação dos partidos e com apoio parlamentar, e não sendo este um Governo típico — do seu ponto de vista —, qual é a noção que V. Ex.<sup>a</sup> tem de tipicidade, para ter dúvidas se o Governo é ou não normal, de corpo inteiro?

Passo à segunda pergunta: durante a tarde de hoje ouvimos duas vezes, primeiro pela boca do Sr. Ministro dos Negócios Estrangeiros e depois durante a alocução de V. Ex.<sup>a</sup>, que os Ministros estavam aqui em missão de serviço, para servir o interesse nacional. Eu gostaria de lhe perguntar se os outros Ministros que estiveram noutros governos antes de V. Ex.<sup>a</sup> não estiveram a cumprir uma missão de serviço, uma missão nacional. E se o Sr. Ministro da Indústria e Tecnologia do I Governo Constitucional, agora Primeiro-Ministro, quando pertenceu a esse Governo, não esteve em missão de serviço, em missão nacional. Ou esteve para servir outros interesses e só agora é que se lembrou de servir a nação?

**O Sr. Presidente:** — Tem a palavra para responder, se assim o entender, o Sr. Ministro Adjunto do Primeiro-Ministro.

**O Sr. Ministro Adjunto do Primeiro-Ministro:** — Sr. Deputado Narana Coissoró ...

**O Sr. Presidente:** — Queira desculpar a interrupção, Sr. Ministro, mas atingimos a nossa hora regimental.

Vamos prolongar a sessão, se não há oposição.

*Pausa.*

Tenha a bondade de prosseguir, Sr. Ministro.

**O Orador:** — O Sr. Deputado pretende saber qual é a minha noção de governo típico e o que eu disse foi que não tinha noção de governo típico, que estava na dúvida do que seria um governo típico e disse que os três governos eram todos diferentes. O Sr. Deputado Narana Coissoró diz-me agora que, para si, um governo típico é um governo participado pelos partidos e com apoio parlamentar, e eu digo que de acordo com esse conceito este não é, logicamente, um governo típico.

Em segundo lugar, quanto à missão de serviço, pergunto-me o Sr. Deputado se entendo que os membros dos outros governos não estiveram aqui a cumprir uma missão de serviço, a servir o interesse nacional. Sr. Deputado, eu entendo que estiveram e por isso mesmo estranho muito que esta nossa afirmação sofra tantos comentários e tanto espanto da parte dos Srs. Deputados.

**O Sr. Narana Coissoró (CDS):** — Sr. Presidente, peço a palavra para dar um esclarecimento.

**O Sr. Presidente:** — Faça favor, Sr. Deputado.

**O Sr. Narana Coissoró (CDS):** — Fiz o comentário à afirmação de V. Ex.<sup>a</sup> porque ela é feita como diferenciadora dos Ministros dos governos anteriores.

**O Sr. Manuel Alegre (PS):** — Peço a palavra, Sr. Presidente.

**O Sr. Presidente:** — Faça favor, Sr. Deputado.

**O Sr. Manuel Alegre (PS):** — Sr. Ministro, se estávamos perplexos mais perplexos ficámos. Isto porque o Sr. Ministro fez e reincidiu na afirmação de que não sabe o que é um governo típico. Tal afirmação coloca-nos na obrigação de lhe dizer que qualquer democrata, e sobretudo um Ministro responsável das ligações com o Parlamento tem obrigação de saber que em democracia um governo típico é um governo com base nos partidos políticos e que respeite o sufrágio. Como o Sr. Ministro continua a não expor a sua opinião sobre o que é um governo típico eu queria perguntar-lhe se, na sua opinião, um governo típico será um governo asséptico, um governo limpo do pecado original de ter uma base partidária.

**O Sr. Presidente:** — Tem a palavra para responder, Sr. Ministro.

**O Sr. Ministro Adjunto do Primeiro-Ministro:** — Sr. Deputado, posso responder claramente que não é. *Risos.*

**O Sr. António Guterres (PS):** — Peço a palavra, Sr. Presidente.

**O Sr. Presidente:** — Faça favor, Sr. Deputado.

**O Sr. António Guterres (PS):** — Sr. Presidente, o Partido Socialista não utilizou ainda todo o tempo das suas intervenções. Está preparado para o fazer, aceita naturalmente interromper a sessão desde que o princípio que tinha sido estabelecido de não ser possível transferir tempo para as sessões seguintes seja revogado. Caso contrário, desejaríamos utilizar o tempo que temos disponível nesta mesma sessão.

**O Sr. Presidente:** — Tem a palavra o Sr. Primeiro-Ministro.

**O Sr. Primeiro-Ministro:** — Sr. Presidente, não cronometrei os tempos das intervenções e pedia à Mesa se nos podia informar quanto tempo foi utilizado pelos diversos grupos parlamentares e pelo Governo. Penso que o Governo está na situação do Partido Socialista porque não utilizou nem metade, ou pouco mais de metade, do tempo que tinha disponível. Dado o adiantado da hora, deve passar-se qualquer coisa em relação à distribuição dos tempos, facto que eu gostaria de ver esclarecido. Inclusivamente há um orador do Governo inscrito e não vemos inconveniente que passe para amanhã, desde que não se desorganize completamente o programa, obrigando sucessivamente a prolongar as sessões.

**O Sr. Presidente:** — Informo o Sr. Primeiro-Ministro que em matéria de gastos o Governo já gastou mais oito minutos do que o seu horário previsto para hoje. O Partido Socialista ainda tem para gastar doze minutos e trinta segundos; o PSD gastou mais quinze minutos; o PCP ainda tem nove minutos; o CDS gastou mais trinta e oito minutos do que o previsto; a UDP tem um minuto e meio para intervir e ainda nenhum dos Deputados independentes falou.

**O Sr. Carlos Laje (PS):** — Peço a palavra, Sr. Presidente.

**O Sr. Presidente:** — Faça favor, Sr. Deputado.

**O Sr. Carlos Laje (PS):** — Sr. Presidente, Srs. Deputados: Recordo que ficou convencionado que se algum partido ultrapassasse o tempo que lhe estava destinado para o dia, seria reduzido no seu tempo do dia seguinte.

**O Sr. Menores Pimentel (PSD):** — Dá-me licença, Sr. Presidente?

**O Sr. Presidente:** — Tem a palavra, Sr. Deputado Menores Pimentel.

**O Sr. Menores Pimentel (PSD):** — Sr. Presidente, Srs. Deputados: Lembrava que também ficou acordado que o partido que não utilizasse o tempo que lhe foi atribuído para cada uma das sessões o perderia definitivamente.

**O Sr. Carlos Robalo (CDS):** — Dá-me licença, Sr. Presidente?

**O Sr. Presidente:** — Sr. Deputado Carlos Robalo, faça favor.

**O Sr. Carlos Robalo (CDS):** — Sr. Presidente: O Sr. Deputado António Guterres tem toda a razão, porque estava previsto poder prolongar-se a sessão até às 21 horas e estava também previsto que se perdesse tempo que não fosse utilizado.

Tendo em conta que o PS e o PCP são os únicos partidos que não utilizaram o tempo, quer o PS, quer o PCP, têm direito a utilizar o tempo de que dispõem hoje mesmo.

**O Sr. Lopes Cardoso (Indep.):** — Peço a palavra, Sr. Presidente.

**O Sr. Presidente:** — Faça favor, Sr. Deputado Lopes Cardoso.

**O Sr. Lopes Cardoso (Indep.):** — Sr. Presidente. Há um Deputado independente que está inscrito praticamente desde o início da sessão e que pretende usar da palavra. Mas se a Assembleia entender que o seu uso da palavra deve passar para a sessão de amanhã, com a condição de que esse tempo não lhe venha a ser retirado pelo facto de não ter podido falar nesta sessão, não levantará nenhum problema.

Não levantaremos, pois, qualquer problema, seja qual for a decisão da Assembleia, desde que esse tempo não nos seja retirado.

**O Sr. Presidente:** — Sr. Deputado Lopes Cardoso, queria informá-lo de que o Sr. Deputado Vital Rodrigues é o Deputado que se segue e vou dar-lhe já a palavra.

**O Sr. Vital Moreira (PCP):** — Sr. Presidente, dá-me licença?

**O Sr. Presidente:** — Sr. Deputado Vital Moreira, tem alguma objecção a fazer?

**O Sr. Vital Moreira (PCP):** — Sr. Presidente: Creio que está tudo esclarecido e queria só dizer que, a nosso ver, não deve haver alterações ao preestabelecido e, portanto, deve-se prolongar a sessão de modo que todos aqueles que querem utilizar o tempo que lhes resta o utilizem.

**O Sr. Presidente:** — Sr. Deputado Vital Rodrigues, tem a palavra.

**O Sr. Vital Rodrigues (Indep.):** — Sr. Presidente, Sr. Primeiro-Ministro, Srs. Membros do Governo, Srs. Deputados: Disse o Sr. Primeiro-Ministro que o escasso tempo atribuído, por norma constitucional, para apresentação do Programa do Governo terá sido responsável pela extensão do texto que o contém. Concordo que assim seja; com efeito, não é fácil exprimir ideias claras em poucas palavras. Por isso mesmo, se nada se quiser dizer, pelo menos de forma clara, inequívoca, é bem mais fácil fazê-lo dizendo ou escrevendo muito. Isto é tão verdadeiro que se chega ao extremo de afirmar que o calado é o melhor.

Concordemos, também, que o tempo disponível para apreciação de tão extenso texto foi igualmente escasso, como são, para o meu caso, os dez minutos que me foram concedidos por decisão dos presidentes dos grupos parlamentares, para intervenção neste debate.

No entanto, da leitura tão cuidadosa quanto possível do texto em causa retirei duas conclusões fundamentais, que exporei seguidamente, pois, apesar de tudo, para tal ainda me chega o tempo.

A primeira conclusão é a de que, se tempo tivesse havido para uma reescrita do texto, entendendo-se que a mesma seria aproveitada para o expurgar do que tem de demasiado vago e de notoriamente supérfluo, bem pouco ficaria.

A segunda conclusão é que este Programa do Governo não é, afinal, um Programa de Governo. É, muito mais, uma extensa enumeração de intenções e objectivos, que talvez pudessem servir para a elaboração de um plano a médio e até a longo prazos; de Programa propriamente, dentro da concepção que tenho de Programa de Governo, muito, mas muito pouco encontrei, quer no conteúdo, quer na forma.

Não desisti, contudo, de encontrar indícios que me permitissem aperceber de quais as linhas programáticas que irão orientar a prática do III Governo Constitucional, se acaso o seu Programa, ou melhor, o documento que apresentou à apreciação desta Assembleia não for rejeitado.

A este respeito, agora por manifesta falta de tempo, apenas referirei três casos.

Assim, conforme se poderá deduzir do que está escrito, e que também oralmente já foi referido, a economia não estará ao serviço do homem, mas sim este, em geral, e os trabalhadores, em especial, deverão estar ao serviço da economia, por força da circunstância de ter sido «congelada» a via para o socialismo, congelamento para o qual não faltará capacidade tecnológica ao elenco governativo, como não faltará para o descongelamento de certas contas bancárias e indemnizações.

Dir-se-á que se trata de uma forma simplista e até pessimista de interpretar uma situação e o apelo feito ao trabalho, o esforço pedido aos trabalhadores, a ameaça de maiores males. Que tudo isso, afinal, se poderá condensar na expressão muito querida por alguns sectores, que se recorda: para distribuir riqueza é preciso, primeiro, produzi-la.

Se nessa expressão se especificassem os esquemas de distribuição de riqueza e da sua produção, poderia, eventualmente, estar de acordo. Produzir e distribuir dentro de que modelo sócio-económico? Sem resposta a tal questão, aquela frase que, sendo verdadeira, nada diz, tendo, embora, em atenção que quem tantas vezes a invoca muito queira dizer.

Que é necessário produzir ninguém contestará. Que quanto mais se produzir mais haverá para distribuir também é óbvio.

Um segundo ponto: o do modelo de prestação de serviços de saúde.

É evidente que, pelo que tem sido dito, não está no Programa, ou melhor, nas intenções do Governo, estruturar os serviços de saúde numa óptica do utilizador, mas sim na dos agentes (e não de todos) da sua prestação. E isto depois de já se dispor do projecto para proposta da lei de bases para a criação de um serviço nacional de saúde, proposta que talvez como nenhuma outra foi submetida a longa discussão pública; e isto, apesar de o Sr. Primeiro-Ministro ter afirmado no seu discurso e também se encontrar escrito que os programas sectoriais se orientam, em princípio (sublinho em princípio), com respeito por

tais linhas fundamentais, das quais reproduzo estas: «Lançamento de acções já suficientemente estudadas ou em fase adiantada de estudo.» Não será este o caso do Serviço Nacional de Saúde? Será que aquela expressão «em princípio» representará o fim de mais um preceito constitucional? Pelo sim, pelo não, a Ordem dos Médicos já se afadigou em ser recebida pelo Sr. Secretário de Estado da Saúde.

O terceiro caso incluirá algumas referências à política a seguir pelo sector da agricultura.

Registe-se, desde logo, o propósito de orientar a política agrícola no sentido de ajustar o sector ao objectivo de integração na CEE, o que, aliás, também fora expresso pelo II Governo Constitucional.

Talvez — ou certamente — por isso não se fala em trabalhadores rurais. Nem uma referência. As medidas previstas são todas referenciadas ao agricultor.

Nem admira, pois o modelo de agricultura europeia constituirá, diz-se, quadro-guia (uma vez mais defendido pela CAP no seu recente encontro de Rio Maior) e, em tal modelo, o trabalhador rural quase não existe, dado que, quando do mesmo não se pode ainda prescindir de todo, os emigrantes resolvem o caso.

Também por isso mesmo não faz sentido naquele modelo (nem, por consequência, no Programa) o cooperativismo de produção, menos ainda quaisquer outras formas de associativismo de trabalhadores rurais com o mesmo objectivo. Com efeito, o cooperativismo de produção tem, na área da CEE, fraquíssima representação e, de qualquer modo, associando agricultores e não trabalhadores rurais. Aqueles preferem, de uma maneira geral, formas associativas diversas, como seja a da agricultura de grupo, que poderá servir agricultores-proprietários, mas dificilmente agricultores-rendeiros, e mais difficilmente ainda trabalhadores rurais.

Quando lá, e como por cá vai sucedendo, se fala de cooperativismo, pensa-se, sobretudo, no de transformação, de comercialização ou de serviços.

Os três aspectos referidos enquadraram-se muito bem numa ideia comum: a de manter privilégios das classes tradicionalmente mais favorecidas. Se as menos favorecidas estiverem a isso dispostas, que trabalhem, que trabalhem, que depois de aquelas terem recuperado posições, nalguns casos um tanto abaladas, talvez lhes caiba alguma coisa. Caso contrário, tanto pior para elas.

Recorda-se ainda, agora como exemplo do sentido extremamente vago que impregna todo o Programa, a passagem, no referente a medidas no domínio da produção agrícola, em que se alude a «novas culturas», sem especificar quais. Tudo cabe, desde a beterraba ao maracujá, mas um Programa de Governo não deveria, no meu entender, deixar tal dúvida por esclarecer. Talvez o maracujá tenha mais hipóteses, mas admito poder estar enganado.

Este Governo — o III Constitucional — apresenta-se sem apoio partidário próprio, situação que poderá caber na letra da Constituição, mas que, em boa verdade, não me parece coadunar-se com o espírito da mesma.

Como tantas das medidas de política do seu Programa estão, no meu critério, concebidas em sentido contrário ao da letra e espírito da Constituição, não vá suceder que, como o Governo não tem base par-

tidária, alguém pense criar partido de base governamental. Como diria o Sr. Deputado Salgado Zenha, que Deus nos ajude.

**O Sr. Presidente:** — Tem a palavra o Sr. Deputado Arons de Carvalho, para uma intervenção.

**O Sr. Arons de Carvalho (PS):** — Sr. Presidente, Srs. Deputados: O sector da Comunicação Social é, desde há muito, um dos mais controversos e «quentes» da vida política portuguesa.

Não se estranhará assim que em torno da personalidade do escolhido para titular desse cargo e do conteúdo do Programa se crie uma certa expectativa. Para o cargo, foi designado um homem da confiança do Presidente da República há mais de dois anos na administração da RDP e militar de profissão, o que não acontecia desde o tempo do comandante Correia Jesuíno. Como Programa, o Governo apresenta a esta Assembleia e ao País onze lacónicas páginas, cuja filosofia inspiradora ou orientação política é totalmente inexistente.

Com efeito, para além da simples remissão para alguns artigos da Constituição ou para dois ou três diplomas, um dos quais, aliás, sujeito a alterações já que o próprio Programa de Governo o propõe, nada há que defina ou permita descortinar qual a política de informação do III Governo.

Grande parte do Programa consiste em acções de saneamento económico e financeiro das empresas ligadas ao sector e ao seu redimensionamento ou na racionalização dos equipamentos.

Dir-se-ia que, perante a imagem com que este Governo se apresentou de ser formado por competentes técnicos e gestores, o Secretário da Estado da Comunicação Social quis, antes de conseguir, ter o proveito, obter, pelo menos, a fama ...

Ninguém discute a necessidade de acções de natureza técnica que combatam a grave crise existente no sector da comunicação social. Mas é manifestamente insuficiente um programa que nada diga sobre a política de informação que comanda essas acções.

Ficam assim por responder muitas perguntas: entende o Governo que os meios de informação têm uma função social? Entende o Governo que é defensável que a Secretaria da Estado da Comunicação Social proponha a adopção pelos meios de comunicação de normas de orientação da defesa do interesse público, das instituições democráticas e dos direitos, liberdades e garantias consignadas na Constituição, de apoio da prática da democracia, de respeito dos valores fundamentais como a liberdade, a paz, a justiça e o respeito mútuo, de apoio ao progresso económico, social e cultural do País?

Citámos algumas das normas de orientação incluídas no projecto de bases gerais da política de informação apresentado pelo II Governo Constitucional que mereceu pressurosa atenção em algumas iniciativas, cuja execução está prevista no Programa do III Governo, mas cuja filosofia inspiradora fica completamente esquecida. Discorda o III Governo destes princípios? E se discorda, tem outros? Quais são?

Por outro lado, qual a opinião deste Governo sobre a existência de um importante sector estatizado na comunicação social? Que pensa da autodenominada radiotelevisão independente? Está ou não de acordo

com a existência de uma imprensa propriedade de empresas públicas? Que comentários faz à campanha que contra ela é dirigida?

Pensa o Governo que existe uma imprensa fascista que põe em causa as instituições democráticas e a bom nome das pessoas ou, pelo contrário, pensa que essa imprensa exerce apenas os seus legítimos direitos e é... «tudo fácil, tudo natural, tudo democrático»?

E em relação às iniciativas previstas no Programa do Governo, que critérios presidirão à sua execução? Que adequados instrumentos legais se adoptará para o saneamento económico e financeiro das empresas jornalísticas? Como pensa o Governo resolver o problema *O Século*? Caso a Secretaria do Estado entenda dar o seu patrocínio à hipótese de venda, conta exigir condições que salvaguardem os interesses do Estado e dos trabalhadores? Pensa evitar que se aproveite essa venda para uma eventual grande operação imobiliária? E ainda em caso de venda, que pensa fazer a Secretaria do Estado do título *O Século*? Pensa seguir uma política que visa conservar o maior número de postos de trabalho?

O Governo propõe-se concluir os estudos corrigentes à proposta de lei relativa às medidas de apoio à imprensa. Atendendo, porém, à grave situação com que se debate a maioria dos órgãos de comunicação social, não se propõe o Governo um prazo para o fazer, particularmente para que possam ser utilizados os 125 mil contos constantes do Orçamento Geral do Estado para 1978! Consta dessas medidas de apoio a manutenção do porte pago?

O Programa do III Governo no capítulo da comunicação social reduz-se, pois, quase exclusivamente à enumeração de uma série de medidas cuja execução não está em causa, transcritas praticamente na íntegra do Programa do II Governo e do projecto de bases gerais da política de informação.

Descontando a surpreendente ausência de qualquer definição de uma política de informação, poucas são as novidades deste Programa. As que existem não podem, no entanto, passar sem comentários apropriados.

No capítulo respeitante à imprensa e como acção de execução imediata e a curto prazo prevê-se, nada mais nada menos, do que a cessação da intervenção do Estado nas empresas editoras do *Jornal do Comércio*, *Diário de Lisboa*, *Comércio do Porto* e *Jornal de Notícias*. Será que a desintervenção, sem resolver previamente os problemas de ordem económico-financeira, não vai equivaler ao encerramento das respetivas empresas, entre as quais a que edita o que é actualmente o maior jornal português? Pôr-se-á em causa os postos de trabalho de milhares de trabalhadores? Que se seguirá à desintervenção? Como se pensa fazê-la? A prevista desintervenção do Estado nestas quatro empresas editoras, em termos e com consequências não explicitadas, é um assunto demasiado grave para que não seja esclarecido oacionismo do Programa do Governo.

Manifestamente menos controversa é a deliberação de nomear uma comissão destinada a estudar a criação do futuro Museu da Imprensa. Mas terá ela dignidade para fazer parte do Programa do Governo, sendo como é praticamente a única originalidade? E será assim tão importante essa iniciativa nesta fase de crise no sector da comunicação social? Que pensarão muitos órgãos de informação por esse país fora,

cujos equipamentos são, infelizmente, na maior parte dos casos, merecedores de museus? Terá já o tal museu um êxito assegurado?

O Programa do Executivo no sector da comunicação social é, pois, praticamente, um mero catálogo de iniciativas, cuja execução estava em curso, estudada ou ainda apenas prevista pelo anterior Governo. Essas iniciativas são correctas se fossem ou se pudessem vir a ser adequadamente enquadradas por uma política de informação de que este Programa nada diz. No que tem de original já o Programa merece reparos e levanta questões graves a que não responde.

Quase se poderia dizer, citando alguém, que este Programa no sector da comunicação social contém, pois, iniciativas boas e iniciativas originais. Só que as boas não são originais e as originais não são boas ...

*Aplausos do PS.*

**O Sr. Carlos Laje (PS):** — Sr. Presidente, peço a palavra.

**O Sr. Presidente:** — Faça favor, Sr. Deputado.

**O Sr. Carlos Laje (PS):** — Sr. Presidente, Srs. Deputados: O Grupo Parlamentar Socialista não quer deixar de registar a ausência do Governo na sua bancada enquanto o meu camarada fazia a sua intervenção.

É uma atitude deselegante, mas talvez se possa explicar pelo facto de o Governo respeitar os fins-de-semana. Será que também tem tendência a fechar às oito?

**O Sr. Presidente:** — Srs. Deputados, a sessão de amanhã iniciar-se-á às 10 horas. Está encerrada a sessão.

*Eram 20 horas e 30 minutos.*

*Deputados que entraram durante a sessão:*

#### Partido Socialista (PS)

Albano Pereira da Cunha Pina.  
António Chaves Medeiros.  
António Fernando Marques Ribeiro Reis.  
António José Pinheiro Silva.  
António Manuel Maldonado Gonelha.  
António Manuel de Oliveira Guterres.  
Aquilino Ribeiro Machado.  
Beatriz Almeida Cal Brandão.  
Carlos Manuel Natividade da Costa Candal.  
Delmiro Manuel de Sousa Correia.  
Fernando Jaime Pereira de Almeida.  
Florêncio Quintas Matias.  
Joaquim José Catanho de Meneses.  
José Maria Parente Mendes Godinho.  
Luís José Godinho Cid.  
Manuel do Carmo Mendes.  
Manuel Pereira Dias.  
Mário Manuel Cal Brandão.  
Pedro Amadeu de Albuquerque dos Santos Coelho.  
Rui Paulo do Vale Valadares.  
Teófilo Carvalho dos Santos.

#### Partido Social-Democrata (PSD)

Amantino Marques Pereira de Lemos.  
Américo de Sequeira.  
Anatílio Manuel dos Santos Vasconcelos.  
Antídio das Neves Costa.  
António Augusto Lacerda de Queiroz.  
António Coutinho Monteiro de Freitas.  
António Egídio Fernandes Loja.  
António Joaquim Bastos Marques Mendes.  
António Joaquim Veríssimo.  
António Jorge Duarte Rebelo de Sousa.  
António Luciano Pacheco de Sousa Franco.  
Armando António Correia.  
Artur Videira Pinto da Cunha Leal.  
Cirilo Oliveira Marinho.  
Cristóvão Guerreiro Norte.  
Fernando José da Costa.  
Fernando José Sequeira Roriz.  
Francisco Barbosa da Costa.  
Francisco Braga Barroso.  
Gabriel Ribeiro da Frada.  
João António Martelo de Oliveira.  
João Gabriel Soeiro de Carvalho.  
João José dos Santos Rocha.  
Jorge de Figueiredo Dias.  
José Adriano Gago Vitorino.  
José Augusto Almeida de Oliveira Baptista.  
José Manuel Ribeiro Sérvelo Correia.  
José Rui Sousa Fernandes.  
Luís Fernando Cardoso Nandim de Carvalho.  
Manuel Cardoso Vilhena de Carvalho.  
Manuel Henrique Pires Fontoura.  
Maria Helena do Rego da Costa Salema Roseta.  
Nicolau Gregório de Freitas.  
Olívio da Silva França.  
Pedro Manuel da Cruz Roseta.  
Rui Manuel Parente Chancerelle de Machete.

#### Centro Democrático Social (CDS)

Adelino Manuel Lopes Amaro da Costa.  
Álvaro Manuel Brandão Estêvão.  
António Jacinto Martins Canaverde.  
Basilio Adolfo Mendonça Horta da Franca.  
Diogo Pinto de Freitas do Amaral.  
Emídio Ferrão da Costa Pinheiro.  
Francisco Manuel L. V. Oliveira Dias.  
João Lopes Porto.  
João da Silva Mendes Morgado.  
José Cunha Simões.  
José Luís Rebocho de Albuquerque Christo.  
Luís Aníbal de Sá de Azevedo Coutinho.  
Manuel António de Almeida de Azevedo e Vasconcelos.  
Narana Sinai Coissoró.  
Rui Eduardo Ferreira Rodrigues Pena.

#### Partido Comunista Português (PCP)

Fernando de Almeida Sousa Marques.  
Jaime dos Santos Serra.  
Joaquim Gomes dos Santos.  
Joaquim da Silva Rocha Felgueiras.  
Jorge Manuel Abreu de Lemos.  
Manuel Mendes Nobre de Gusmão.

**Independentes**

António Jorge de Oliveira Aires Rodrigues.  
 António Miguel Moraes Barreto.  
 Carlos Galvão de Melo.  
 Carmelinda Maria dos Santos Pereira.  
 José Manuel Medeiros Ferreira.

*Deputados que faltaram à sessão:***Partido Socialista (PS)**

Amadeu da Silva Cruz.  
 António Fernandes da Fonseca.  
 António Magalhães da Silva.  
 Carlos Alberto Andrade Neves.  
 Dieter Dellinger.  
 Francisco Cardoso Pereira de Oliveira.  
 Francisco Igrejas Caeiro.  
 Jaime José Matos da Gama.  
 Jerónimo da Silva Pereira.  
 Joaquim Sousa Gomes Carneiro.  
 Luís Filipe Nascimento Madeira.  
 Nuno Maria Monteiro Godinho de Matos.  
 Telmo Ferreira Neto.

**Partido Social-Democrata (PSD)**

Afonso de Sousa Freire de Moura Guedes.  
 Álvaro Barros Marques de Figueiredo.

Amélia Cavaleiro Monteiro de Andrade de Azevedo.  
 António José dos Santos Moreira da Silva.  
 António Manuel Barata Portugal.  
 Eduardo José Vieira.  
 Fernando Adriano Pinto.  
 Henrique Manuel de Pontes Leça.  
 João Vasco da Luz Botelho Paiva.  
 José António Nunes Furtado Fernandes.  
 José Ferreira Júnior.  
 José Theodoro de Jesus da Silva.  
 Manuel da Costa Andrade.  
 Mário Fernando de Campos Pinto.

**Centro Democrático Social (CDS)**

Álvaro Dias de Sousa Ribeiro.  
 Eugénio Maria Nunes Anacoreta Correia.  
 Francisco António Lucas Pires.  
 Henrique José Cardoso Menezes Pereira de Moraes.  
 João Gomes de Abreu de Lima.  
 José Duarte de Almeida Ribeiro e Castro.  
 José Manuel Cabral Fernandes.  
 Nuno Krus Abecasis.  
 Rui Fausto Fernandes Marrana.  
 Rui Garcia de Oliveira.  
 Vítor Afonso Pinto da Cruz.  
 Victor António Nunes de Sá Machado.  
 Walter Francisco Burmester Cudell.

O CHEFE DA DIVISÃO DE REDAÇÃO, *José Pinto*.